

ISABEL LEMOS FRANCISCONE DA ROSA

**GESTÃO PARTICIPATIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM ESPAÇOS DE
AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BAIANO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, pós-
graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências
Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas

FLORIANÓPOLIS
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

R788g Rosa, Isabel Lemos Franciscone da
Gestão participativa e segurança alimentar e
nutricional

[dissertação] : um estudo de caso em espaços de
agricultura familiar no semiárido baiano / Isabel
Lemos Franciscone da Rosa ; orientador, Valmir Luiz
Stropasolas. - Florianópolis, SC, 2011.

145 p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Famílias rurais - Bahia.
3. Comunidades agrícolas - Organização -
Participação do cidadão. 4. Segurança Alimentar
e Nutricional. 5. Desenvolvimento territorial
sustentável. 6. Permacultura. 7. Regiões áridas
- Bahia. I. Stropasolas, Valmir Luiz. II.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.
III. Título.

CDU 631

TERMO DE APROVAÇÃO

ISABEL LEMOS FRANCISCONE DA ROSA

GESTÃO PARTICIPATIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM ESPAÇOS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BAIANO

Dissertação aprovada em 17/03/2011, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas
Orientador

BANCA EXAMINADORA:

Presidente – Prof. Dr. Valmir
Luiz Stropasolas (UFSC)

Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella
(UFSC)

Prof^a. Dr^a. Claire Marie T.
Cerdan (UFSC)

Prof^a. Dr^a. Maria Ignez
Silveira Paulilo (UFSC)

Florianópolis, 17 de março de 2011.

Ao meu pai (in memoriam), ao Bob (in memoriam)
e a minha mãe pelo apoio neste trabalho e na vida,
reconhecimento, exemplo de força
e, principalmente, pelo o amor...

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram também responsáveis pelo desenvolvimento deste trabalho, e aqui farei um pequeno agradecimento, tendo em vista que com palavras seria pouco para exprimir minha gratidão e, por muitas delas, meu amor.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Paulo Roberto Franciscone da Rosa (in memoriam) e Valderes Lemos de Souza que com amor incondicional me apoiaram, e meu irmão, Tiago Lemos Franciscone da Rosa, pelo exemplo de determinação.

Ao Bob (in memoriam), meu companheirinho que me proporcionou muitos ensinamentos e muitos momentos felizes e, que, de certa forma, me motivou a continuar neste caminho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas, pela paciência nos momentos mais difíceis e pelo compartilhamento de sua sabedoria e conhecimentos.

Sou grata a Janete Guenka pelos serviços prestados, ao programa de mestrado em Agroecossistemas pela oportunidade e à CAPES pelo suporte financeiro por meio da bolsa oferecida durante todo o período do mestrado.

E, finalmente, aos agricultores, técnicos do Instituto de Permacultura da Bahia, Agentes Comunitários Rurais do projeto Policultura no Semiárido e os policultores pelo apoio e colaboração durante as pesquisas de campo.

RESUMO

A presente pesquisa trata de um estudo de caso em gestão participativa voltada à organização comunitária e à segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do município de Umburanas, semiárido baiano, envolvidos no projeto Policultura no Semiárido (PSA) desenvolvido pelo Instituto de Permacultura da Bahia (IPB). Este município, assim como o semiárido, é caracterizado pelo empobrecimento econômico e social e pela degradação ambiental, além de apresentar baixa participação nos espaços de decisão, em decorrência de seu histórico de relações verticais e clientelistas de poder, e condições alimentares precárias em todos os períodos do ano. A partir desta situação, o IPB atuou com o PSA no município de Umburanas, inicialmente, objetivando construir técnicas agrícolas adaptadas ao semiárido a partir dos princípios da permacultura e, através delas garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias e diminuir a degradação ambiental local. Posteriormente, buscou o fortalecimento dos espaços de participação com a finalidade de estabelecer uma gestão mais participativa dos recursos locais. Neste contexto, a pesquisa visou analisar as transformações ocorridas entre os agricultores, de ordem individual e coletiva, no que diz respeito à participação; de maneira a verificar se foi estabelecida uma gestão participativa no âmbito das comunidades de Umburanas, por meio da Associação de Policultores, e no interior das propriedades, com inserção das mulheres e jovens nas atividades produtivas. Assim como, foram analisadas as transformações ocorridas no âmbito das propriedades em relação às condições alimentares das famílias dos agricultores a partir da adoção de estratégias de gerenciamento mais participativo e inserção de novas atividades, especialmente o cultivo de espécies em policultura, em hortas e o beneficiamento de frutas. Inicialmente realizou-se uma pesquisa documental junto ao IBGE, prefeitura de Umburanas e relatórios do IPB, para obter informações sobre o município, seus agricultores e a atuação do IPB na região. Foram realizadas pesquisas em campo com entrevistas focadas nos dois conceitos chaves dessa investigação: a gestão participativa e a segurança alimentar e nutricional. Os resultados indicam que houve a estruturação de uma gestão participativa significativa no âmbito da comunidade com certas ressalvas, entre as quais: a atuação dos agricultores se dá apenas no

nível local e a distinta compreensão dos membros da Associação de Policultores sobre a participação, o que repercutiu em diferentes ações de cunho coletivo dentro da organização. Já no âmbito das propriedades verifica-se que além da inserção dos jovens e mulheres nos espaços de produção, estes estão conquistando os espaços de tomadas de decisão, estruturando um gerenciamento mais participativo da propriedade. Assim como, esse gerenciamento participativo, ao administrar as novas atividades produtivas ligadas ao autoconsumo, representou uma grande transformação nas condições alimentares dessas famílias chegando a alcançar as dimensões do conceito de segurança alimentar e nutricional, além de garantir um complemento à renda e certa estabilização frente ao mercado. A partir dos resultados alcançados, fica evidente a importância das estratégias de desenvolvimento específicas para a agricultura familiar e para o semiárido, assim como é imprescindível que essas estratégias sejam ambientalmente sustentáveis, cultural e economicamente viável, onde os agricultores sejam agentes do seu próprio desenvolvimento.

Palavras-chave: gestão participativa, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial, agricultura familiar, semiárido e permacultura.

ASBTRACT

This research is based on a case study in participatory management focused on community organization and nutrition security of farmers in the municipality of Umburanas, semi-arid region, involved in the project Polyculture in Semi-arid (PSA) developed by the Institute of Permaculture Bahia (IPB). This municipality, as well as the semi-arid region, is characterized by economic and social impoverishment and environmental degradation, besides its low participation in decision making spaces, due to its history of vertical relations of power and patronage and poor feeding conditions in all periods of the year. From this scenario, the IPB has worked with the PSA in the city of Umburanas, initially aiming to build agricultural techniques based on the principles of permaculture and adapted to the semi-arid region, and ensure through them nutritional safety and reduction of local environmental degradation. On a second moment, IPB aimed the strengthening of participatory spaces for the purpose of establishing a more participatory management of local resources. In this context, this search aimed the analysis of changes occurred among farmers, individually and collectively, with regard to participation, in order to check whether it has established a participatory management within Umburanas communities, through the Association of Policultores, and within their properties, with inclusion of women and youth in productive activities. It was analyzed the changes occurring within their properties, food conditions of the families of farmers from the adoption of more participatory management strategies and inclusion of new activities, especially the cultivation of species in polyculture, in kitchen-garden and processing of fruit. Initially, it was made a documentary research at IBGE, Umburanas prefecture and IPB reports for further information about the municipality, its farmers and performance of IPB in the region. It was made field interviews focused on two key concepts of this research: participative management and nutrition security. The results indicate that was structured a significant participatory management within the community with certain provisos, including: farmers actions are only present on local level and diverse understandings about participation among Association of Policultores members, which results in different actions for collective nature issues within the organization. In the property context, it was noticed that besides the inclusion of youth

and women in the production spaces, they are conquering decision-making spaces, structuring a more participatory management of the property. In addition, this participatory management caused a major change in food conditions of these families which reached the dimensions of the concept of food security and nutrition, also enduring additional family revenue and some market stabilization. From the results obtained, it is evident the importance of developing specific strategies for family farming and for the semi-arid region, as it is essential that these strategies are environmentally sustainable, culturally and economically viable, where farmers are agents of their own development.

Key-words: participatory management, food security and nutrition, territorial development, family farming, semi-arid and permaculture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR – Agente Comunitário Rural

CNA - Confederação Nacional de Agricultura

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

IPB – Instituto de Permacultura da Bahia

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PDNE - Plano de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste

PDSA - Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSA – Policultura no Semi-árido

RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural do Centro-Oeste do Paraná

SECOMP - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais da Bahia

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEI – Superintendência de Estudos Integrados

SUMÁRIO

RESUMO	9
ASBTRACT	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Problemática	16
1.2 Objetivo geral	19
1.2.1 Objetivos específicos	20
1.3 Hipóteses	20
1.4 Procedimentos metodológicos	21
1.5 Estrutura da dissertação	24
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
5.1 Desenvolvimento territorial: a inclusão dos excluídos	26
5.2 Agricultura familiar	31
5.3 Gestão participativa	38
5.4 Segurança alimentar e nutricional	43
3. O SEMIÁRIDO NORDESTINO E OS AGRICULTORES FAMILIARES	51
3.1 Aspectos fisiográficos e climatológicos	52
3.2 Uso do solo semiárido e degradação	54
3.3 Estigma do semiárido nordestino e relação causal seca-recursos	55
3.4 Aspectos políticos	56
3.5 Aspectos socioeconômicos	57
3.6 Local de estudo: município de Umburanas - BA	59
4. INSTITUTO DE PERMACULTURA DA BAHIA E PROJETO POLICULTURA NO SEMIÁRIDO	65
4.1 Permacultura: uma proposta de mudança	71
5. PERFIL DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA	74
6. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA GESTÃO PARTICIPATIVA ENTRE OS POLICULTORES DE UMBURANAS	82
7. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE OS POLICULTORES DE UMBURANAS	99
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	120
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	127
ANEXO 2 - PRÁTICAS AGRÍCOLAS PERMACULTURAIS	132
ANEXO 3 - LISTA DE PLANTAS CULTIVADAS	138
ANEXO 4 - LISTA DE RECEITAS	140

1. INTRODUÇÃO

A noção de território aliado ao desenvolvimento é, cada vez mais, alvo de debate entre autores e entrou na agenda das políticas públicas como elemento importante para se pensar no desenvolvimento de regiões, principalmente, rurais.

O desenvolvimento territorial contrapõe-se ao reducionismo economicista, que vem sendo guia da maioria das políticas públicas, na medida em que valoriza o caráter multidimensional do espaço (SACHS, 2004). Este enfoque preconiza a descentralização do poder e o aproveitamento dos recursos humanos e naturais locais. Assim como, traz a ideia de que as ações exógenas não causam o mesmo resultado em todas as regiões, visto que, os espaços possuem um complexo conjunto social, e, conseqüentemente, têm reações diferentes. Isso faz com que estes sejam dotados de diferentes formas de inserção no processo de desenvolvimento (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Desta forma, os espaços de agricultura familiar requerem propostas de desenvolvimento específicas que considerem suas particularidades econômicas, sociais, culturais e ambientais. É o que vem acontecendo a partir da década de 70, quando a academia, movimentos sociais e, mais tarde, os formuladores de políticas públicas passaram a reconhecer a agricultura familiar como um modelo mais eficiente para constituir um eixo estratégico de desenvolvimento dos espaços rurais. Isso porque este modelo é considerado o mais apropriado para garantir a segurança alimentar, sustentabilidade na produção e preservação do meio (ABRAMOVAY, 2003) (DO CARMO, 1998) (JEAN, 1994). Ou seja, essa categoria social passou a ser um alicerce do desenvolvimento territorial.

Neste movimento de inclusão desse grupo excluído nas estratégias de desenvolvimento, foram debatidas também questões relacionadas ao empoderamento da população e à importância da participação para um melhor desempenho organizacional (FREIRE, 1992) (PRETTY, 1994) (ABRAMOVAY, 2003). Porém, a inserção da agricultura familiar e o desenvolvimento de um espaço de participação como estratégias de desenvolvimento rural exigem esforços dos formuladores de políticas e dos extensionistas em lidar com a diversidade sociocultural e econômica rural; e, além disso, requer uma redefinição da postura do extensionista, o de facilitador e fomentador do

espaço de participação (STROPASOLAS, 2008).

Assim, como existem desafios na formulação das políticas e metodologias de ação dos extensionistas voltadas ao fomento da participação, há uma série de desafios no âmbito dos atores locais. A gestão participativa é um instrumento importante para o empoderamento da população e o desenvolvimento territorial. Porém, isto requer que a população tenha a consciência de seu papel como cidadão, do seu direito de atuar em espaços de decisões locais e regionais, assim como, exige um fortalecimento dos laços de reciprocidade, a percepção da importância das ações coletivas para a mudança da realidade local, entre muitas outras qualidades que não se verifica com frequência nos espaços rurais e, mais incisivamente no semiárido nordestino (COSTA, 2006).

Além do eixo da participação, há um movimento de inclusão nas políticas públicas de questões relacionadas à melhoria das condições alimentares desse grupo excluído. A importância deste tema como parte das estratégias de desenvolvimento local é, também, com frequência, foco de debate nos movimentos sociais e na literatura. *Maluf et al.* (2000) afirmam que a inserção desta temática nas políticas públicas é imprescindível, visto que, a alimentação adequada é um direito humano básico e o sistema alimentar, desde a produção até o consumo, desempenha um papel central no desenvolvimento econômico e social; o que remete à necessidade de estratégias de desenvolvimento com eixo no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O autor ressalta também que a incorporação desta temática nas políticas públicas não apenas se refere ao desenvolvimento de ações em distribuição de renda e aumento da oferta de empregos e, sim, em mudanças nas formas sociais de produção objetivando uma transformação nesta situação de subordinação dos agricultores à lógica do mercado.

1.1 Problemática

O município de Umburanas, local de estudo localizado no semiárido baiano, possui um baixo desenvolvimento econômico e é classificado como um dos dez municípios de mais baixo índice de desenvolvimento social (SEI, 2009) e de desenvolvimento humano da Bahia (PNUD, 2009). Possui uma baixa densidade demográfica formada por pequenos e médios produtores, pequenos comerciantes e trabalhadores rurais sem terra, cuja renda, basicamente inferior a um salário mínimo, é, em sua grande maioria, fruto do cultivo do feijão,

mamona, milho e mandioca e da criação de caprinos (IBGE, 2009a). A produção e a comercialização são geridas, de modo geral, pelo núcleo familiar, sendo poucos os casos de cooperação ou associativismo entre os agricultores. Verifica-se, também, a ausência de indústrias no município. E, segundo agricultores do município, suas propriedades não são contempladas pela assistência técnica do governo e, além de que, os incentivos governamentais para os setores agrícolas são raros.

Adicionando-se a esta situação, o município em estudo no quesito político, é marcado pela pouca participação de seus cidadãos nas tomadas de decisões em políticas regionais e em organizações locais. Os sertanejos vivenciam relações políticas verticais, historicamente construídas, que desestimulam as ações coletivas e fortalecem sua dependência em relação às elites regionais.

Umburanas também apresenta uma significativa situação de insegurança alimentar representada pela carência de alimentos em todos os períodos do ano entre os agricultores familiares, pois não armazenam alimentos e estão, cada vez mais, substituindo o plantio de autoconsumo pelo cultivo de espécies de valor econômico e, muitas vezes, não alimentar, como a mamona. O que significa que, além da insegurança alimentar marcante nessa região, a reprodução social da agricultura familiar é fortemente dependente do mercado e vulnerável a suas flutuações. Ademais, são realizadas práticas agrícolas, muitas vezes, que não são adaptadas às especificidades do semiárido, provocando a perda da biodiversidade local e, muitas vezes, da safra.

Neste contexto, o Instituto de Permacultura da Bahia (IPB) com o projeto Policultura no Semiárido (PSA) atua no município de Umburanas, objetivando a gestão participativa dos recursos locais no âmbito da comunidade, através do desenvolvimento de lideranças comunitárias e do apoio às associações comunitárias por meio de cursos de capacitação (comunicação, administração, trabalho em grupo, elaboração de projetos, associativismo, tomada de decisão, entre outros).

O Instituto busca também a segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores, preservação da caatinga, diminuição da dependência do mercado e aumento de renda. Para o alcance de tais objetivos, o IPB desenvolveu estratégias agrícolas sustentáveis baseadas em técnicas permaculturais, juntos aos agricultores, voltadas ao plantio para o autoconsumo, e estratégias de diversificação produtiva por meio de capacitações em beneficiamento de frutas, apicultura, culinária, entre outras.

Box 01: O Instituto de Permacultura da Bahia e a permacultura

O Instituto é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundado em 1992 por Marsha Hanzi, suíça-americana pioneira nas práticas e difusão da permacultura no Brasil formada em Antropologia Ecológica na Universidade da Flórida (E.U.A.), mestre em Linguística Aplicada na Universidade de Essex (Inglaterra) e diplomada em Permacultura por Bill Mollison, um dos formuladores da permacultura, na Austrália. O Instituto é formado por um corpo técnico de formações diversas, na qual atuam também em sítios e comunidades do litoral norte da Bahia nas áreas de preservação e conscientização ambiental utilizando técnicas de permacultura e bioconstrução. Porém, é no semi-árido, e particularmente, nos municípios de Umburanas, Ourolândia e Carfanaum que o IPB, através do PSA, vem se destacando e, ao longo de dez anos de duração, atuou com 1.500 famílias de agricultores (atualmente atua com 700 famílias), e recebendo inúmeros prêmios, dentre eles de atuação sustentável e tecnologia social.

A permacultura define-se, basicamente, por sistema de projeção de propriedades sustentáveis, integrando sistemas de produção de alimentos, construções, sistemas de água e energia. Ela objetiva a criação de sistemas socialmente justos e financeiramente viáveis, utilizando em conjunto saberes científicos e tradicionais na criação de paisagens produtivas específicas para cada local e em harmonia com a natureza. A permacultura visa desenvolver tecnologias de baixo impacto ambiental por meio de processos que utilizem os próprios mecanismos da natureza na agricultura, como o uso de espécies fixadoras de nitrogênio na manutenção da qualidade do solo, uso de flores consorciadas com legumes, tubérculos e outros vegetais com intuito de atrair insetos nocivos para as flores, deixando os alimentos intocados, uso de algumas hortaliças no mato, como acontece em um ambiente natural, para evitar pragas e doenças. Além disso, se utiliza de características físicas do terreno a favor da agricultura, como as elevações no transporte de água, a direção do vento e do sol, e integrar os animais ao processo produtivo agrícola, como exemplo da utilização de galinhas na fase de pós-colheita para a manutenção de lagartas e adubação do solo.

Inicialmente, a permacultura restringia-se a produção auto-sustentável de alimentos e, mais tarde, extrapolou para diversas áreas, como o paisagismo, arquitetura ecológica, como o sistema de uso consciente da água e captação da água da chuva, banheiro com tecnologia de compostagem, entre outros. Além disso, inclui também o design de produtos ecologicamente corretos com o desenvolvimento de produtos funcionais feitos com materiais da natureza e materiais reciclados da indústria.

A partir desta problemática, surgem diversas questões que norteiam a pesquisa, sejam elas: Quais foram as mudanças individuais e coletivas dos agricultores no que se refere à participação nas dimensões da comunidade e da propriedade? Essas mudanças estruturam uma gestão participativa nestas duas dimensões de análise? Qual foi a contribuição dessas mudanças para a estruturação da SAN? As novas estratégias agrícolas adotadas, principalmente o cultivo de espécies em policultura, baseado nos princípios da permacultura, contribuíram para o alcance da SAN e da diminuição da dependência dessas famílias frente ao mercado?

A pesquisa, portanto, focalizou as transformações de ordem individual e coletiva vinculada à gestão participativa (no âmbito da comunidade e da propriedade) e a segurança alimentar e nutricional entre os agricultores familiares de comunidades do município de Umburanas, alvo das ações do IPB.

A temática da gestão participativa abordada na pesquisa possui relevância acadêmica na medida em que mobilizou autores que discutem sobre a participação como mecanismo para o empoderamento da população sobre o espaço político, econômico, social e ambiental. Além disso, como o público-alvo do projeto são agricultores familiares, dotados de uma singularidade própria e um modo particular de inserção do processo de desenvolvimento, a pesquisa trouxe à discussão um processo de desenvolvimento específico ao espaço de atuação do IPB, contribuindo para a melhora das condições de vida dos agricultores envolvidos.

Além disso, o presente estudo de caso aborda outra temática muito importante para reprodução social da população semiárida, a segurança alimentar e nutricional, demonstrando uma estratégia de manejo agrícola que propõe contribuir para uma melhoria das condições alimentares das famílias de agricultores. A discussão deste tema, envolvendo a pesquisadora e os responsáveis pelo PSA, poderá contribuir para discussão de estratégias propondo mudanças na forma de atuação do IPB na realidade local e propõe uma reflexão sobre a forma insustentável com que é realizada a agricultura de modo geral.

1.2 Objetivo geral

Identificar e analisar as iniciativas e práticas em gestão participativa voltadas à organização comunitária e à segurança alimentar

e nutricional de agricultores familiares residentes no município de Umburanas envolvidos no projeto Policultura no Semiárido.

1.2.1 Objetivos específicos

- levantar práticas de organização comunitária voltadas à gestão comunitária pré-existentes ao PSA entre agricultores do município de Umburanas;

- analisar se houve uma incorporação de noções como participação, organização comunitária, gestão participativa, permacultura e segurança alimentar e nutricional pelos agricultores em seu cotidiano;

- analisar os objetivos, ações e estratégias metodológicas implementadas pelos técnicos do IPB junto aos agricultores; particularmente as ações de capacitação, vivência, extensão orientadas à organização e à participação dos agricultores;

- identificar as ações e os resultados obtidos pelos agricultores por meio das iniciativas de ação coletiva voltadas à gestão participativa;

- analisar em que medida as práticas e iniciativas promoveram a gestão participativa;

- identificar e analisar resultados obtidos pelos agricultores com a adoção da permacultura, mais especificamente no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional.

1.3 Hipóteses

- Houve transformações de ordem individual, ou seja, construção de novas noções sobre a participação entre os agricultores envolvidos no PSA;
- Houve transformações de caráter coletivo, ou seja, a partir das ações desencadeadas pelo PSA os agricultores desenvolveram ações práticas de gestão participativa com fins de produção e comercialização;
- Houve resultados positivos na condição de vida dos agricultores adeptos à permacultura e ao gerenciamento mais participativo da propriedade, mais especificamente no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional.

1.4 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa investiga transformações de ordem individual e coletiva em comunidades de agricultura familiar envolvidas com o projeto Policultura no Semiárido desenvolvido pelo Instituto de Permacultura da Bahia, mais especificamente analisa iniciativas e práticas de gestão participativa voltadas à segurança alimentar e nutricional e à organização comunitária. Além disso, são destacadas as transformações nas condições de vida dos agricultores envolvidos com o PSA advindas da adoção do cultivo em policultura, em especial com relação à segurança alimentar e nutricional.

Apesar de o PSA atuar em outros três municípios do semiárido baiano, desde 1999, envolvendo atualmente 700 famílias no projeto, optou-se por estudar o caso de Umburanas, pois neste município o projeto foi iniciado (onde se encontram setenta e cinco famílias adeptas).

Por tratar-se de um estudo de caso, a investigação possui um grande leque de possibilidades de ferramentas de análise e fontes de dados a utilizar (YIN, 2001). Desta forma, a pesquisa faz uso de dados documentais, de observações e entrevistas em campo, incluindo a análise de conteúdo, e baseia-se em um estudo teórico prévio que conduz à coleta e análise de dados. Essa pluralidade dos métodos de coleta de informações promove uma flexibilidade necessária diante dos objetivos propostos (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998).

Foi realizada, inicialmente, uma pesquisa documental a fim de obter um arcabouço de informações sobre o IPB, buscando informações sobre suas ações, objetivos, estrutura e concepções teóricas em torno de noções como semiárido, organização comunitária, gestão participativa, participação e segurança alimentar e nutricional, por meio de relatórios e materiais publicados pelo IPB. Assim como foram feitas descrições e análise das ações do IPB relacionadas à dinamização da organização comunitária dos agricultores, objetivou-se também o levantamento de informações sobre o município de Umburanas junto à prefeitura e o IBGE, de maneira a obter informações sobre sua população, características de sua produção, situação econômica e ambiental, e ações em organização social e participação comunitária.

As observações e as entrevistas foram realizadas a partir de uma amostra selecionada da população de agricultores envolvidos com o projeto PSA do município de Umburanas. A amostra foi selecionada de

acordo com os seguintes critérios: distância entre as famílias, de modo a entrevistar famílias de comunidades diferentes; gênero, buscando entrevistar proprietários homens e mulheres; e tempo de adesão ao PSA. Dentre as setenta e cinco famílias policultoras do município, foram entrevistadas vinte e cinco famílias (o que corresponde a 33,3% do total) em dezoito comunidades (do total de quarenta) do município, sendo vinte estabelecimentos geridos por homens e cinco por mulheres, envolvendo no total cento e duas pessoas. Com a finalidade de obter-se uma amostra do tipo controle, foram entrevistadas cinco famílias não adeptas ao PSA, envolvendo dezoito pessoas. Foram entrevistados também dois técnicos extensionistas do IPB com o objetivo de identificar sua concepção sobre gestão participativa e segurança alimentar e nutricional, assim como buscar informações sobre a história de atuação do IPB no município. Ao total, as entrevistas compreenderam cento e vinte e duas pessoas, dentre crianças, jovens, adultos e idosos das famílias dos policultores e não policultores e técnicos do IPB.

As visitas ao município em estudo foram realizadas em três momentos. O primeiro, de 18 a 30 de julho de 2009, destinou-se à realização de uma pesquisa exploratória, quando foram acompanhados os trabalhos dos técnicos nas propriedades dos policultores e as reuniões na sede do projeto em Umburanas. Nesta visita foram estabelecidos os primeiros diálogos com os policultores e realizadas visitas à prefeitura local em busca de informações sobre o município. Este primeiro contato com o público-alvo aconteceu por meio dos técnicos do PSA que acompanharam a pesquisadora apresentando-a aos policultores individualmente em algumas propriedades e coletivamente em reuniões da Associação de Policultores.

A segunda visita, ocorrida no mês de março de 2010, buscou informações mais concretas sobre os indicadores vinculados aos conceitos-chaves da pesquisa, tanto com os policultores quanto com os técnicos do PSA. Desta vez, a pesquisa de campo deu-se sem a presença dos técnicos acompanhando a pesquisadora nas visitas às propriedades dos policultores e às reuniões da Associação dos policultores.

Na terceira visita, realizada entre 14 de julho a 9 de agosto de 2010, seguiu-se de aplicação dos questionários com o público-alvo. Esta etapa da pesquisa de campo também foi efetuada sem a presença dos técnicos.

Foram realizadas visitas em várias ocasiões, também na sede do

IPB, localizada em Salvador, tendo em vista a obtenção de informações sobre o histórico de ações e pontos de vista sobre os objetivos e indicadores que permeiam esta pesquisa, por meio de entrevistas aos técnicos envolvidos no PSA e análise de relatórios e publicações do Instituto.

A observação assistemática em campo serviu como uma ferramenta de análise da realidade, visto que, a partir dela, foram percebidas: a relação dos agricultores com os técnicos do IPB e deste com os agricultores e o modo com que os agricultores participam do processo de construção de mecanismos de organização dirigidos à gestão comunitária do território.

As entrevistas, aplicadas em uma amostra dos agricultores envolvidos com o PSA de comunidades do município de Umburanas, foram elaboradas na forma de questões semiestruturadas, para que houvesse maior flexibilidade e oportunidade de abordar temas que não foram levados em consideração no momento de elaboração do roteiro, além de conferir um caráter mais informal ao processo (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998).

As questões das entrevistas foram elaboradas dentro de uma ótica qualitativa, visando uma melhor e mais aprofundada compreensão da realidade socioespacial do fenômeno analisado. Neste processo foram também coletados relatos e depoimentos dos agricultores e técnicos do IPB. No roteiro constam questionamentos que procuram investigar as transformações de ordem individual, no que diz respeito às mudanças e incorporações de novas noções em seu cotidiano, como organização comunitária, participação, gestão participativa e segurança alimentar e nutricional; e transformações de ordem coletiva, ou seja, práticas de ações coletivas e de organização comunitária voltadas à organização comunitária e à segurança alimentar e nutricional dos agricultores das comunidades em análise. Além disso, foram elaboradas questões referentes à investigação de uma possível contribuição das estratégias de manejo agrícola (especialmente o cultivo em policultura) praticadas pelos agricultores na segurança alimentar e nutricional de suas famílias. O roteiro de entrevista pode ser visto no anexo 1.

Para auxiliar a elaboração do questionário e, na etapa seguinte, ajudar na confrontação dos dados colhidos em campo com as hipóteses de pesquisa e o referencial teórico, foi esquematizado um “modelo de análise” (como pode ser visto na figura 1) inspirado na proposta de Quivy e Campenhoudt (1998), onde as dimensões do modelo nada mais

são que os diversos aspectos pertinentes ao conceito e aos indicadores (atributos ou categorias) das variáveis pelas quais as dimensões podem ser medidas.

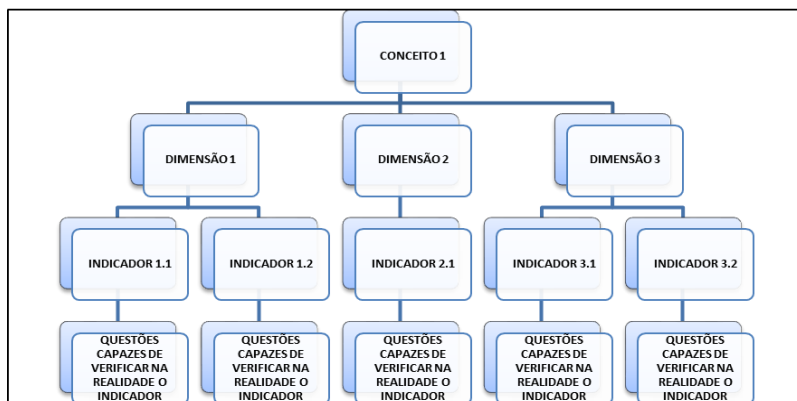


Figura 1: Modelo de análise.

Fonte: Adaptado de Quivy e Campenhoudt (1998)

É importante ressaltar que este modelo trata-se de uma construção-seleção, por isso, não se pretende expor todos os aspectos da realidade e, sim, aqueles que expressam o essencial selecionado pelo investigador. A partir deste modelo de análise foram elaboradas questões que compõem o roteiro das entrevistas, que primeiramente foi submetido a um pré-teste com uma porção do universo amostral da pesquisa, a fim de eliminar erros com relação à complexidade das questões, ambiguidade, perguntas supérfluas, dentre outros. Ao final da aplicação dos questionários definitivos as informações foram transcritas, sistematizadas e analisadas. Foi também utilizado o Software Sphinx para o tratamento dos dados qualitativos em tabelas e gráficos, e ao final foram interpretados e registrados de forma textual no presente trabalho. Posteriormente, foram correlacionados os resultados obtidos com o referencial teórico e com os objetivos e hipóteses de trabalho.

1.5 Estrutura da dissertação

A dissertação é composta por oito capítulos. No Capítulo 1 é apresentada a introdução, problemática, a justificativa, os questionamentos que norteiam a pesquisa, seguido dos objetivos,

hipóteses e, ao fim, os aspectos metodológicos e a estrutura da dissertação.

No Capítulo 2 apresenta-se a revisão teórica de modo a demonstrar o conceito de desenvolvimento territorial e sua inserção nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Em seguida, discute-se o conceito de agricultura familiar abordado na dissertação e a situação dessa categoria social no Brasil, no semiárido nordestino e no município em estudo e das políticas públicas direcionadas a esta categoria. Posteriormente, são apresentados os principais conceitos da pesquisa, gestão participativa e segurança alimentar e nutricional.

No Capítulo 3 são apresentados aspectos ambientais, econômicos, sociais e políticos do semiárido nordestino e, em seguida, mais especificamente, do município de Umburanas. Neste Capítulo dá-se ênfase aos agricultores familiares.

No Capítulo 4 apresenta-se o Instituto de Permacultura da Bahia, sua proposta de atuação no semiárido com o projeto Policultura no semiárido, suas perspectivas sobre os principais conceitos em análise. No Capítulo 5 é feita uma caracterização dos agricultores familiares de Umburanas e um perfil dos agricultores entrevistados.

No Capítulo 6 apresentam-se os resultados da pesquisa com relação à problemática da gestão participativa concomitantemente à sua análise buscando compreender as transformações individuais e coletivas desses agricultores com relação à temática da participação e estabelecendo sua relação com a estruturação da uma gestão participativa dos mesmos.

No Capítulo 7 são apresentados os resultados da pesquisa e análise dos mesmos sobre o conceito de SAN procurando estabelecer ligações entre as práticas agrícolas adotadas e as estratégias de democratização dos espaços de produção e de decisão na propriedade com a estruturação da SAN dessas famílias.

Por fim, no capítulo 8, são feitas as principais conclusões da pesquisa, onde foi retomado o objetivo da pesquisa, evidenciado os principais resultados e confrontados com as hipóteses.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentada a problemática teórica da pesquisa, onde abordaremos os conceitos de desenvolvimento territorial, agricultura familiar, assim como discutiremos os principais conceitos da pesquisa, gestão participativa e segurança alimentar e nutricional, e explicitadas suas dimensões e indicadores com o intuito de compor o modelo de análise apresentado nos capítulos 6 e 7, nos respectivos quadros 2 e 3.

5.1 Desenvolvimento territorial: a inclusão dos excluídos

Cada vez mais instituições públicas e privadas, ONGs e a academia percebem a importância do desenvolvimento territorial para a reestruturação do espaço rural brasileiro e para se pensar estratégias de desenvolvimento específicas para essas áreas. Porém, o conceito de desenvolvimento pressupõe uma diversidade de visões, e muitas delas são setoriais, atendo-se apenas a um aspecto do espaço¹ como o instrumento dinamizador do desenvolvimento, o setor econômico, centralizado nos grandes pólos urbano-industriais.

No meio rural, a visão do desenvolvimento setorial é materializada no *agribusiness*, cujo principal objetivo é a expansão produtiva e resultados econômicos altamente lucrativos. Esta visão do desenvolvimento considera a noção de progresso ao movimento no sentido do rural ao urbano, da agricultura à indústria e do tradicional ao moderno, o que gerou o crescimento do setor industrial e valorização do urbano e a desvalorização do rural e da agricultura familiar (que passou a ter um papel residual no desenvolvimento) (CABRAL, 2004). Além

¹ O espaço é visto aqui como um híbrido constituído de processos socioespaciais que se fundamentam em objetos e ações. Os objetos moldam a forma com se dão as ações e, concomitante e complementarmente, as ações condicionam a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes, dentro da lógica da história passada e da lógica da atualidade; é, portanto, uma complexa composição de formas, sentidos, atividades e contextos (SANTOS, 2006). Essa complexidade social se deve às temporalidades e racionalidades do universo rural. Ou seja, mesmo que as estruturas verticais da sociedade imponham uma racionalidade e temporalidade única (o chamado *just-in-time* que hegemoniza a existência daqueles a quem subordina), os lugares se estruturam e respondem a partir de suas próprias racionalidades e temporalidades (as quais se fundamentam na escala do cotidiano). O resultado é a fragmentação do espaço em termos de técnica, social, econômico e cultural, ou seja, uma diversidade social e cultural (SANTOS, 2002).

disso, o desenvolvimento era pensado a partir do progresso de uma base técnica-produtiva e em termos de potencialidade da atividade agrícola, o que resultou em uma marginalização de lugares e grupos e em problemas ambientais.

Veiga (1998) aponta cinco razões que dificultam a emergência de estratégias de desenvolvimento rural:

“Por viverem em um país que inchou suas cidades com mais 100 milhões de habitantes em apenas meio século, é muito forte entre os brasileiros a associação entre rural e passado, ou rural e atraso. O Brasil é um país com um “viés urbano” tão forte que muitos chegam a dizer que a única saída é a “urbanização do meio rural,” sem sequer se darem conta de que essa é uma maneira de legitimar a desvalorização do meio rural que reina entre as multidões de novos urbanos (...) a percepção de que a agricultura é um setor declinante leva muita gente a não considerá-la importante para o desenvolvimento (...) a queda dos preços reais dos alimentos durante as duas últimas décadas gerou uma espécie de complacência em relação ao setor agrícola. Tal complacência, por sua vez, minou a capacidade de executar as complexas reformas e programas necessários ao progresso no meio rural (...) a incipiente presença política dos pobres rurais. Com a dispersão geográfica das populações rurais somada à precariedade da infra-estrutura de transportes e comunicações, é muito frequente que essas populações - e as mulheres em especial - tenham imensos obstáculos a enfrentar se quiserem expressar suas preferências no âmbito das dinâmicas políticas.” (p. 173)

Nesta pesquisa, o conceito de desenvolvimento está associado a uma abordagem espacial, uma visão que valoriza o caráter multidimensional do espaço, opondo-se ao reducionismo economicista. O conceito desenvolvimento, aqui referido, deve ser percebido como um processo de longa duração, e não como uma etapa a ser alcançada (SEN, 2000).

Ao se falar de desenvolvimento, portanto, não se deve pensar

somente em sustentabilidade econômica e, sim, em um conjunto multidimensional e multifacetado de ordem política em uma governança democrática, de ordem cultural, econômica e territorial relacionada à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades, de ordem social tanto por motivos intrínsecos quanto instrumentais e ecológicos (SACHS, 2004). Para Sen (2000), o desenvolvimento incluyente está na garantia dos direitos civis, cívicos e políticos, e:

“se concentra sobre nossa capacidade (conjunto de modos de funcionamento humano que são potencialmente acessíveis a uma pessoa, quer ela os exerça ou não) de realizar os funcionamentos valorizados dos quais é feita a nossa existência e, mais amplamente, sobre nossa liberdade de promover os objetos que nós temos razão em valorizar.” (p. 22).

Assim como, não se deve restringir o conceito à sustentabilidade ecológica, ou seja, a gestão equilibrada dos recursos naturais e, sim, deve-se considerar o homem como parte do ambiente e, com isso, preservar o equilíbrio de todos os componentes, inclusive o homem em sua multidimensionalidade.

O modelo de desenvolvimento que preconiza a abordagem espacial e descentralizada pode ser chamado, conjuntamente, a três termos a depender do autor, a saber: local, territorial e regional. Porém, nesta pesquisa, será utilizado o termo desenvolvimento territorial, devido ao conteúdo implícito na palavra território.

O território é o espaço apropriado por um grupo e, portanto, não apenas o espaço físico, um substrato em que atuam as atividades humanas e, sim, o espaço de convivência de relações de poder e estratégias identitárias que controlam e gerenciam o lugar, assim como, é o lócus de conflitos de interesses (RAFFESTIN, 1999). Pode-se dizer que ele é o resultado da confrontação dos atores nas esferas política, econômica, cultural e social, e por isso, entende-se também que território sugere a noção de constante mudança, tanto no âmbito espacial quanto temporal (SANTOS, 2000).

A noção de território traz consigo também a ideia de que não existem territórios completamente iguais e que as ações exógenas (do Estado ou do mercado, por exemplo) não geram os mesmos resultados em territórios diferentes, em termos de desenvolvimento (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006). Isso porque cada território é dotado de atores sociais

diferentes que agem de formas distintas às ações que são impostas nos âmbitos político, social, cultural, econômico e ambiental (SANTOS, 2000). O território, portanto, é uma unidade ativa do desenvolvimento e os seus atores são os agentes do desenvolvimento.

A dinâmica do desenvolvimento territorial é, desse modo, voltada para o aproveitamento dos recursos humanos e naturais de cada localidade. Esta abordagem também apoia o desenvolvimento descentralizado em pequenos centros urbanos ou rurais, e, portanto, opõe-se à centralização do poder político-administrativo em centros urbanos ou industriais.

Os estudos e movimentos sociais direcionados ao enfoque territorial contribuíram para uma mudança nas políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social. Como exemplos, existem ações do Ministério da Integração Nacional na divisão do Brasil em mesorregiões estratégicas e ações prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tendo como base os territórios de concentração da pobreza (BACELAR, 2008). Assim como, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural busca a inclusão social da população rural mais pobre e a valorização da diversidade social nos espaços rurais, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a iniciativa dos “Territórios Rurais”, do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e do PRONAF, que representam um reconhecimento, dentro das políticas públicas, do papel da agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento nas zonas rurais e de que este espaço é dotado de especificidades que devem ser levadas em consideração no planejamento de ações para o desenvolvimento.

Foi elaborado recentemente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA), como desdobramento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e da PNDR. Este é o primeiro plano específico para esta região e um exemplo de políticas governamentais de base territorial, na qual se verifica a estruturação de estratégias regionalizadas, sejam elas: Sertão Norte, Sertão Sul (onde se localiza o município em estudo) e Ribeira do São Francisco. Na Bahia, o governo adotou um recorte com base nos territórios de identidade² e já inserido

² O Território de Identidade é uma política pública implantada em 2003 que tem por objetivo a descentralização e democratização das decisões nas políticas públicas, permitindo a

na elaboração do Plano Plurianual.

Porém, a inserção da agricultura familiar e o desenvolvimento de um espaço de participação como estratégias de desenvolvimento rural exigem esforços dos formuladores de políticas, os órgãos que desenvolvem estas políticas são setoriais e não se articulam entre si.

Assim como, a inserção destas temáticas exige esforços dos extensionistas em lidar com a diversidade sociocultural rural. É imprescindível também que se redefina as práticas e concepções metodológicas dos projetos e que se compreenda “*a forma como se organizam os grupos, as relações de poder que conformam a ação dos indivíduos nas comunidades e reconhecer os valores que fundamentam a sua interação com os agentes externos na vida cotidiana*” (STROPASOLAS, 2008, p. 33); e, além disso, lidar com uma nova concepção do papel do extensionista, o de facilitador e fomentador do espaço de participação. Freire (2006) acrescenta que o extensionista deve compreender uma síntese de uma ação dialógica, em que o saber técnico e o tradicional são submetidos a uma crítica das perspectivas culturais em questão.

Além do papel dos órgãos governamentais e dos extensionistas, é imprescindível também a atuação das ONG's, chamadas de terceiro setor que, segundo Habermas (1994) e Viola (1992), são a manifestação sociocultural, inerente ao cotidiano e à experiência vivida, que se contrapõe ao âmbito ao regime estatal e da economia de mercado. São também responsáveis por apontar transformações sociais, denúncias, questionamentos e ações práticas para melhorar as condições de vida, em especial da população mais pobre e de minorias marginalizadas. E, no caso das ONG's agrícolas, elas têm uma tendência a agirem em dois sentidos: uma a partir das suas formas de gestão (no caso autogestão, autossustentável) e outra por uma proposta alternativa de desenvolvimento, sustentável ou ecológico, como o caso do IPB em estudo.

Em razão do enfoque das estratégias de desenvolvimento rural territorial e da valorização da agricultura familiar neste processo faz-se necessário ressaltar o conceito de agricultura familiar utilizado na pesquisa, assim como, expor sua situação no Brasil e no semiárido

regionalização de ações e co-responsabilidade popular. A Bahia foi subdividida em 26 territórios com o intuito de estimular a participação efetiva dos representantes territoriais e o trabalho com um enfoque multi setorial, interdisciplinar e com bases sociais.

nordestino.

5.2 Agricultura familiar

É muito complexo o exercício de conceituação da Agricultura Familiar, visto a diversidade socioeconômica e cultural vivida pelos agricultores. Apesar de haver um consenso entre diversos autores em atribuir aspectos de ordem familiar na lógica de produção e reprodução social, há uma grande diversidade de situações que permite afirmar que essa categoria não é homogênea.

O termo agricultura familiar é capaz de comportar uma diversidade de tipologias sociais de exploração agrícola de cunho familiar (WANDERLEY, 2000). Seguindo esta linha de raciocínio do caráter genérico do termo agricultura familiar, Lamarche (1993) propõe quatro tipologias da agricultura familiar, definida pelo autor como “*uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*” (p.15). Com isso a gestão, trabalho e família são noções importantes para se compreender o conceito de agricultura familiar, sua reprodução social e cultural, organização interna, assim como, é um dos fatores que pode servir para compreender as diversas reações econômicas e sociais aos atores externos.

Nas tipologias constituídas no âmbito da pesquisa coordenada por Lamarche as categorias diferenciam-se pelo grau de dependência aos fatores externos e pelo peso da família na lógica de funcionamento, sejam elas: Empresa, Empresa familiar, Agricultura Camponesa ou de Subsistência e Agricultura Familiar Moderna. Segundo o autor, a categoria que mais se aproxima da realidade brasileira é a de Agricultura Familiar Moderna, a qual é caracterizada pela unidade de produção semi-intensiva e mais autônoma, onde a mão de obra familiar ocupa um espaço muito reduzido e possui uma relativa independência em relação ao Estado. Porém, as categorias que são tidas como a mais próximas da realidade dos agricultores do semiárido é a Empresa Familiar e, em sua grande maioria, a Agricultura Camponesa. A diferença entre elas é o grau de dependência de fatores externos (Estado e o mercado).

A Empresa familiar contempla aquelas unidades de produção semi-intensivas, fortemente dependentes no âmbito da produção (pois produzem essencialmente para o mercado) e na qual a família está intensamente presente nas relações sociais de produção. Já a Agricultura Camponesa é a que mais se aproxima da realidade da agricultura

familiar do município de Umburanas, pois possui laços familiares bastante fortes nas relações sociais de produção, possui também um grande vínculo com o local, é considerada mais independente do Estado³ e do mercado do que a Empresa Familiar e sua produção é basicamente voltada para subsistência (LAMARCHE, 1998).

Segundo o enfoque marxista na análise da questão agrária, as sociedades rurais estavam fadadas a desaparecerem com o avanço do capitalismo e a agricultura tornar-se-ia um mero espaço de aplicação do capital semelhante a qualquer outro setor econômico. Este enfoque, que previa o aumento do assalariado agrícola e o fim da exploração de base familiar, predominou na academia até o início da década de 70 e influenciou o pensamento crítico brasileiro. Porém, o que se verifica atualmente é que as sociedades rurais estão vivenciando transformações em função do esforço de adaptação ao regime socioeconômico capitalista, buscando novas estratégias para sobreviver (JEAN, 1994). Além disso, o agricultor moderno, sobretudo o agricultor familiar, guarda laços sociais e simbólicos como a tradição camponesa (WANDERLEY, 2000).

Estas unidades familiares têm adotado cada vez mais tecnologias modernas que estão aumentando e intensificando sua produção e distanciando-se das práticas camponesas, e inserindo-se, à sua maneira, na produção capitalista (ABRAMOVAY, 1992). Além disso, a agricultura familiar não se restringe às atividades de caráter agrícola. A pluriatividade, adoção de atividades não agrícolas que complementam a renda familiar como estratégia de sobrevivência, é cada vez mais recorrente e é considerada elemento característico das transformações das sociedades agrárias (SCHNEIDER, 2007) (WANDERLEY, 2000). Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009b), 55,1% dos chefes e 64% dos membros das famílias desta categoria social são pluriativos.

A agricultura de base familiar, portanto, está inserida no modelo de produção capitalista e cumpre um papel importante nesta sociedade, como o de abastecer a cidade de alimentos de baixo custo, gerar

³ Sobre a dependência dos agricultores camponeses em relação ao Estado é necessário levantar certa ponderação. É verificado que esses agricultores estão, cada vez mais, dependentes de políticas públicas compensatórias, de erradicação da pobreza, da previdência social rural e de fortalecimento da agricultura familiar, entre outras; porém estes não dependem tanto do Estado na medida em que não deixariam de existir se não tivessem mais acesso a essas políticas públicas.

empregos na zona rural, ocupar a população rural e gerir o território. E, a sua manutenção no regime socioeconômico capitalista é garantido por sua capacidade de integrar inovações. Ou seja, o que se verifica, atualmente, é que o desenvolvimento das áreas rurais não está ligado apenas ao dinamismo do setor agrícola e, sim, à sua capacidade de atrair novas atividades econômicas e interesses sociais, da mesma maneira como está relacionada à capacidade de “resignificação” de suas próprias funções (CABRAL, 2004).

Assim como o modelo capitalista de produção, o Estado é também um dos responsáveis pela modelagem da estrutura social do capitalismo agrário, por meio de sua interferência nas estruturas agrárias, a partir de políticas de preços, do estímulo ao processo de inovação técnica, por cumprir o papel de dispositivo de regulação de vários mercados agrícolas e financiador de instituições de defesa dos interesses da classe agrícola (sindicados agrícolas, cooperativas, políticas de crédito agrícola e de acesso à terra e difusão do ensino agrícola). Abramovay (1992) afirma que o Estado foi determinante na modelagem da atual estrutura social do capitalismo agrário e foi o fator determinante para que a agricultura familiar desempenhasse um papel fundamental no desenvolvimento do mundo capitalista. Segundo Jean (1994), o agricultor moderno interage com o Estado de maneira contraditória, ele *“utiliza-se dele, mas também dele desconfia”* (p.59).

No Brasil, é clara a importância que a agricultura familiar tem sobre a sociedade brasileira, na medida em que é a base da produção agrícola. Segundo dados do IBGE (2009b), 84,4% dos estabelecimentos rurais do Brasil pertencem a agricultores familiares, mas apenas 24,3% das terras agrícolas pertencem a esta categoria. Cerca de 60% dos produtos alimentícios, 40% do valor bruto da agropecuária brasileira e 33% do Produto Interno Bruto nacional são provenientes da exploração familiar, com uma área média por estabelecimento de 18,37 ha. Além disso, 74,4% da população rural (que corresponde a 25,6% da população ativa no Brasil) está empregada na agricultura enquanto que 25,6% em outras atividades. Já a agricultura patronal representa 15,6% dos estabelecimentos, mas ocupam 75,7% das terras agrícolas com uma área média por estabelecimento de 309,18 ha.

Esta situação é resultado de um modelo de desenvolvimento, inicialmente, pensado para as oligarquias e, mais tarde, para o mercado externo. As políticas dos anos 70, voltadas para o mercado externo (influenciadas pelo modelo tradicional de modernização), transformou o

Brasil em uma grande potência agrícola, mas, acarretaram também sérios problemas de ordem ambiental e socioeconômica, dentre eles: ineficiência energética dos agroecossistemas; perda de biodiversidade devido ao desmatamento e à expansão agrícola; utilização de espécies exóticas e simplificação biológica de espécies já cultivadas; degradação do solo pelo uso intensivo, contaminação de rios pelo uso de insumos químicos; concentração fundiária, pois foi priorizada a tecnificação ao invés da alteração da estrutura agrária; perda da diversidade e qualidade agroalimentar; redução do uso de mão de obra nas atividades agropecuárias orientados à exportação; beneficiamento em maior escala da produção patronal (com subsídios creditícios); êxodo rural; exclusão social, queda dos preços pagos aos produtores rurais e desigualdade entre as regiões (CABRAL, 2004).

Atualmente há um esforço de descentralização das políticas voltadas para o setor agrícola, por vezes conflitantes. Por um lado, há a política do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com Planos Plurianuais a partir de um enfoque setorial sobre a expansão da produção e da produtividade, incorporação de tecnologias, na competitividade do agronegócio e no fortalecimento da produção de *commodities* (soja e café para exportação, cana-de-açúcar para produção de etanol, oleaginosas para o biodiesel, entre outras). Apesar dos resultados do censo de 2006 (IBGE, 2009b)⁴, baseado na lei da Agricultura Familiar 11.326, o setor político composto pelo MAPA e pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), assim como alguns autores ligados a estes órgãos, como Alves e Rocha (2010) e Navarro (2010), desvalorizam esta categoria social em relação ao agronegócio. E também desqualificam as políticas de desenvolvimento direcionadas à agricultura familiar, mais especificamente, àquelas voltadas à agricultura praticada pelos mais pobres. Segundo estes autores, esta população não contribui economicamente para o desenvolvimento do país e deveria encontrar outro meio de vida que não a atividade agrícola.

Esta visão resulta em um cenário de disparidade. Enquanto que, em algumas regiões, observa-se estratégias de dinamização socioeconômicas e inovações socioespaciais, em outras regiões o que se

⁴ O censo agropecuário de 2006 representa um processo de reconhecimento da diversidade rural brasileira por parte do setor político, demonstra que a agricultura brasileira é um setor diverso e que a agricultura familiar tem grande contribuição econômica e social para o país.

percebe é a reprodução de processos de exclusão e de marginalização socioeconômica. Deste modo, a agricultura familiar ficou bastante fragilizada e, cada vez mais, dependente das políticas compensatórias do Estado.

O semiárido é um exemplo desta desigualdade. O modelo de desenvolvimento acarretou nesta região uma crescente expansão da monocultura da soja, da mamona e da fruticultura irrigada pertencentes ao agronegócio e, em paralelo uma crescente diminuição da produção de subsistência (reduzindo a 10% do seu total), assim como gerou a exclusão da parcela da população que não tem acesso às culturas da soja, mamona e a fruticultura irrigada ou que não conseguem concorrer com o agronegócio (COUTO FILHO, 2007).

Porém, mesmo com o avanço das políticas públicas no que se refere ao desenvolvimento rural, o que se verifica no Nordeste é que a política que cumpre a função de distribuição de renda entre os agricultores mais pobres é a previdência social rural (GOMES, 2001) (SANDI e HERINGER, 2001). Sendo esta, portanto, uma das estratégias de sobrevivência dos agricultores familiares sertanejos. O que pode ser verificado atualmente no município em estudo, que, em termos de renda, a importância da atividade agrícola e da aposentadoria são similares. Além disso, a pluriatividade, as atividades não agrícolas exercidas pelos membros das famílias rurais, também é um elemento importante na sua reprodução social e com parte importante na composição da renda das famílias rurais.

Por outro lado, há uma série de programas governamentais de desenvolvimento voltados à agricultura familiar, assim como autores, como *França et al* (2010), que contrapõem a visão setorial do MAPA e do CNA, afirmando a importância desta categoria social evidenciada pelo Censo Agropecuário de 2006. O PRONAF, programa do MDA, é um exemplo dessa visão que privilegia ações de fortalecimento da agricultura familiar. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008), este programa afirma sua contribuição ao estimular a criação e manutenção de empregos na zona rural e aumentar a estabilidade da renda dos beneficiários do crédito. Porém, o Instituto sinaliza a concentração dos benefícios nas regiões Sul e Sudeste, enquanto que o Nordeste, que possui 52% dos produtores potencialmente beneficiários, recebeu apenas 13,7% dos recursos aplicados pelo Programa.

Este conjunto de políticas visa à diversificação das atividades

produtivas por meio do crédito agrícola e do fortalecimento da agricultura familiar. Apesar de diversos autores atribuírem a estas políticas diversas críticas, como a reprodução do modelo excludente de crédito agrícola e a colaboração para o modelo desenvolvimentista de modernização da agricultura, ela é importante na determinação dos pontos de ação para o desenvolvimento rural.

Conjuntamente ao crescimento da adoção do enfoque territorial pelo pensamento crítico e pelas políticas públicas, e a partir da evolução das discussões deste modelo de desenvolvimento, na década de 70, surgiu a necessidade de romper com modelos de desenvolvimento dominantes e desenvolver soluções locais próprias fundamentadas no potencial emancipador contido na noção de endogeneidade das dinâmicas do desenvolvimento⁵ (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006). O foco de estudos voltou-se para modelos alternativos de planejamento e gestão que levam em consideração os recursos humanos e naturais locais e utilizam-se de estratégias endógenas, participativas e ecologicamente prudentes, ou seja, um modelo de desenvolvimento socialmente construído e sustentável.

A agenda 21, um dos principais documentos elaborados durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (CNUMAD-92), é um exemplo da influência deste novo enfoque, em que são reconhecidas as metodologias participativas de ação são requisitos necessários ao desenvolvimento, afirmando assim que a *“mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados”* (CNUMAD, 1996, p. 10).

Porém, o município em estudo está inserido num território em que há pouca organização entre agricultores, tanto no que diz respeito tanto à produção e comercialização, quanto à representação de suas ideias frente às instituições regionais e ainda pouca participação na tomada de decisão na comunidade, no município e nas ações coletivas. Visto que estes pequenos proprietários, tradicionalmente, estão economicamente dependentes e ligados às elites regionais (partidos políticos influentes e grandes proprietários de terra) por relações verticalizadas que os desestimulam às práticas coletivas, à organização

⁵ Porém, é importante ressaltar que esse novo enfoque do desenvolvimento territorial não deve ser levado ao exagero, incorrendo no erro de negar a importância de políticas públicas nacionais ou dar ao Estado apenas o papel de patrocinar projetos de desenvolvimento de cima para baixo e de dentro para fora, supervalorizando o local (BACELAR, 2008).

comunitária e, conseqüentemente, à gestão participativa (COSTA, 2006). Ou seja, é um grande desafio para o desenvolvimento territorial.

Baiardi e Menezes (2007) propõem uma classificação da agricultura familiar de acordo com sua inclinação a organização e participar de projetos de desenvolvimento locais ditos sustentáveis baseados na agroecologia, economia solidária e recuperação ambiental. Segundo os autores, a exploração agrícola familiar sertaneja é constituída por agricultores descendentes de escravos e indígenas marginalizados desde o período colonial, concentrados em áreas caracterizadas pela falta de infraestrutura e baixa intervenção estatal e também carência de recursos naturais básicos (como a água); a renda familiar é complementada com a aposentadoria e com contribuições de parentes que já migraram para as cidades; e por terem menos terra e, descrentes da possibilidade de mudança de qualidade de vida, são os menos sensíveis a adoção de projetos de desenvolvimento local dito sustentável. Contudo, esta última característica é criticada por alguns autores, como Caron e Sauborin (2003), pois estes afirmam que os mais excluídos adotam estratégias para a otimização e redução dos custos, utilizando-se de atividades extra-agrícolas, migração e procura de valor agregado para seus produtos, entre outras estratégias. Ou seja, podem ver na gestão participativa uma estratégia para mudar sua condição de vida.

Essa estratégia encontra respaldo na literatura em diversos autores. Segundo Abramovay (2003), uma das grandes vantagens competitivas é dada pelo fenômeno da proximidade que permite a coordenação dos atores em forma de ações cooperativas e a valorização do ambiente local transformando-o em um ativo em empreendimentos inovadores. A ação coletiva e/ou as formas de associativismo são instrumento capazes de dinamizar e potencializar os recursos humanos e naturais. Pinheiro (2001) acrescenta que o associativismo tem se destacado nas últimas décadas como um dos principais fóruns de formulação de estratégias para a agricultura familiar, principalmente no que diz respeito à atividade de produção e comercialização, dando viabilização econômica para esse grupo e estimulando o desenvolvimento de novas formas de relacionamento social, formação de lideranças políticas e de identidades. O que remete à noção de “sistemas econômicos locais”, não significando isolamento, e sim abertura de novas oportunidades com base no tecido social de cada região. Storpe (1996 apud ABRAMOVAY, 2003) lembra que:

“(...) os sistemas produtivos mais dinâmicos – os que se caracterizam pelas inovações – não emergem de uma racionalidade universal abstrata, mas de racionalidades endógenas e diferenciadas de atores coletivos ligados uns aos outros por suas próprias convenções cuja base é frequentemente local” (p. 90).

Desta forma, para pensar o desenvolvimento de regiões de agricultura familiar, assim como o semiárido, as políticas públicas devem ser elaboradas de maneira a recuperar as deficiências na infraestrutura física e social e, em especial, impulsionar a conquista da cidadania, da capitalização e da educação. Promovendo, entre a população, uma gestão mais participativa de seu território, de modo que os indivíduos tornem-se agentes do seu próprio desenvolvimento, como será discutido no tópico a seguir. Pode-se acrescentar também políticas que considerem a produção rural não agrícola e o estímulo à produção agrícola ambiental e socialmente sustentáveis e culturalmente viável que garanta a segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores.

5.3 Gestão participativa

O modelo de desenvolvimento alicerçado em uma abordagem territorial implica no desenvolvimento de metodologias de ações voltadas para o empoderamento da população local, de modo a desenvolver a participação da população na tomada de decisão tanto no âmbito local como regional.

A *participação social* (uma das dimensões do conceito de gestão participativa), aqui referida, é uma estratégia social que busca o melhor desempenho organizacional. Está vinculada à noção de poder, mais especificamente, à noção de democratização, distribuição do poder ou mesmo *empoderamento* (indicador da participação social) da sociedade sobre o espaço político, social, ambiental e econômico. Empoderamento, aqui referido, não se remete ao sentido de dar poder à algo ou alguém como denota a palavra inglesa “empowerment”. A palavra empoderamento, conceito de Paulo Freire, alude a idéia de conquista e avanço por parte daquele que se empodera, o empoderado realiza ações e mudanças que levam ao fortalecimento (FREIRE, 1992), ou seja: “implicam essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação de mudanças desejadas e da

condição a ser construída. A estas variáveis deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido de objetos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva” (SCHIAVO e MOREIRA, 2005, p. 59)

Neste sentido, a palavra participação incorre na ideia de fazer parte de algo e influenciar no processo decisório, além de significar um exercício de convivência com realidades e verdades diferentes, muitas vezes, conflitantes (FREIRE, 1992).

A participação pode ser vista como uma ferramenta e como um objetivo. Percebida como uma ferramenta ou método significa entendê-la como um caminho para que as estratégias de desenvolvimentos sejam eficazes, e vista como um objetivo significa empoderar a população de modo a desenvolver suas habilidades e ter domínio do território e do seu desenvolvimento (BOEF e THIJSEN, 2007).

Autores como Gandin (1994) e Pretty (1994) teorizaram sobre o conceito de participação e elaboraram diferentes níveis de participação que se constituem como um *continuum*, indicando o grau de participação dos indivíduos em uma organização e paralelamente o grau de controle exigido dos dirigentes. Pretty (1994) sugere um *continuum* composto de sete níveis de participação no desenvolvimento de um projeto ou programa e afirma que o desafio da gestão participativa é alcançar o último nível desta escala (Quadro 1). Segundo o autor, a participação nos primeiros quatro níveis é realizada por meio de consultas dos dirigentes à população e por avisos sobre o que será realizado; nos últimos níveis a participação é mais espontânea, interativa e o grau de controle exigido dos dirigentes é bem menor, chegando ao último nível (“automobilização”).

TIPOLOGIA	COMPONENTES
1. Participação passiva	As pessoas participam sendo informadas do que irá acontecer ou que já aconteceu. É uma notificação unilateral de uma administração ou gerência de um projeto sem levar em consideração as pessoas envolvidas. A informação é dividida apenas com os profissionais externos.
2. Participação com extração de informações	As pessoas participam respondendo questões propostas por pesquisadores ou administradores de projetos utilizando questionários de coletas de dados ou similares.

3. Participação por consulta	As pessoas participam sendo consultadas, e os agentes externos escutam seus pontos de vista. Estes agentes definem os problemas e as soluções e podem modificá-los de acordo com a reação das pessoas. O processo de consulta não compartilha alguma tomada de decisão e os agentes não têm obrigações de considerar a visão das pessoas.
4. Participação por incentivos materiais	As pessoas participam ofertando recursos, por exemplo, trabalho, em retorno de incentivos como comida, dinheiro ou outros incentivos materiais. Muitas pesquisas caem nessa categoria, já que os atores locais oferecem recursos mas não participam da experimentação ou processo de aprendizagem. É muito comum ver esta situação chamada de participação, mesmo que as pessoas não tenham interesse em prolongar as atividades quando os incentivos acabam.
5. Participação funcional	As pessoas participam formando grupos para coincidir objetivos predeterminados relacionados ao projeto, que pode envolver desenvolvimento ou que promova organizações sociais externamente iniciadas. O envolvimento não tende a acontecer nos estágios iniciais de planejamento e ciclos do projeto, e sim depois que grandes decisões foram feitas. Essas instituições tendem a serem dependentes dos iniciadores ou facilitadores, mas podem se tornar independentes.
6. Participação interativa	As pessoas participam em análise conjunta, na qual direciona à planos de ação e à formação de novos grupos locais ou no fortalecimento daquelas existentes. Tende a envolver uma metodologia interdisciplinar que busca múltiplas perspectivas e faz uso de um sistemático e estruturado processo de aprendizagem. Esse grupo assume o controle das decisões locais e as pessoas adquirem o interesse em manter as estruturas e as práticas.
7. Automobilização	As pessoas participam tomam iniciativas independentes das instituições externas para mudar sistemas. A iniciativa de automobilização e ação coletiva podem ou não desafiar a distribuição não equitativa dos recursos e do poder.

Quadro 1: Níveis de participação: como as pessoas participam no desenvolvimento de programas ou projetos.

Fonte: modificado de Pretty (1994).

A gestão participativa⁶ é um processo político de propósito coletivo que deixa de ser uma estratégia ligada a um governo específico e passa a ser da sociedade e é um processo no qual pode resultar em profundas transformações sociais e na ação política da população (DEMO, 1996).

A gestão participativa, portanto, é uma “nova” maneira de perceber a comunidade como agente protagonista do desenvolvimento e é o resultado de um processo de empoderamento e socialização do processo de decisão, na medida em que a sociedade reforça as relações de solidariedade, capacita-se e habilita-se para o autodesenvolvimento. Autores como Abramovay (2003) e Negreiros (2006) afirmam que em muitas experiências bem-sucedidas de desenvolvimento territorial, a população local encontrava-se envolvida efetivamente no processo decisório, ampliando suas relações no espaço político, econômico e social.

Além disso, a pedagogia da participação possui um forte conteúdo motivacional, estimula a comunidade a tomar consciência de seus problemas reais e a desenvolver sua criatividade na busca de soluções. A fomentação da participação produz um efeito cíclico de reforço: quando a população percebe que sua opinião é valorizada, sente-se parte integrante e responsável pela tomada de decisão na comunidade, potencializando-se os movimentos de organização social e produção coletiva capazes de dinamizar os processos de desenvolvimento territorial (MATOS, 2003).

Além disso, como ressalta Sabourin (2003), há o fenômeno de proximidade, que gera a construção de estratégias de desenvolvimento coletivo e que pode ser um grande passo para a gestão comunitária efetiva e o desenvolvimento territorial, onde os atores participam “da

⁶ É importante salientar que a forma com que é elaborado e gerido esse processo é bastante complexa. Muitos dos projetos que se dizem participativos, estão alicerçados por uma racionalidade do modelo dominante de desenvolvimento, exigindo que as comunidades se adaptem a ela, ao invés de buscar realmente representá-las em todo seu significado. Gandin (1994) ressalta “problemas” que podem ocorrer em um processo dito participativo, caso não seja gerido de maneira correta: a manipulação dos atores por meio da pseudo participação; e a aplicação de metodologias inapropriadas que fazem com que haja um desgaste das idéias e uma não compreensão dos atores sobre a participação. É imprescindível, também, a revisão da postura do extensionista. Este deve ter o papel de ativador, habilitador, consultor, facilitador, realimentador e mediador, em substituição da postura de executor de projetos e/ou solucionador de conflitos, o que requer a prática do diálogo (e não persuasão ou manipulação) com a comunidade (FREIRE, 2006; CORNELLY, 1980).

reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade” (p.233). Isso gera entre o grupo um sentimento de identidade, valores de confiança, responsabilidade e justiça. Estratégias essas que se traduzem em associações e cooperativas.

A gestão participativa, nestas formas de organização social, demanda uma *relação social* (dimensão do conceito de gestão participativa) entre seus membros e líderes de *equidade* (indicador da referida dimensão), onde todos têm direito de expor suas opiniões e onde os conflitos (indicador da referida dimensão) sejam mediados ou acomodados. É necessária, portanto, a criação de um ambiente em que a relação de poder seja horizontal entre membros e lideranças, garantindo a inserção destes no processo de desenvolvimento local.

Este tipo de *organização social* (outra dimensão do conceito de gestão participativa) deve ter *representatividade* e ser capaz de criar *novas lideranças* para a renovação e avanço de seus interesses. A organização deve visar o bem-estar coletivo e desenvolver estratégias de desenvolvimento humano, garantir o direito a participação de todos em todas as etapas, ter *autonomia nas tomadas de decisões*. Assim como é imprescindível ter a *capacidade de gerar e gerir seus recursos*. Composto assim os indicadores da dimensão Organização social

A organização participativa pode ser realizada também no âmbito da propriedade, por meio do planejamento das ações e na execução das atividades envolvendo a família. Para isso, a divisão de trabalho deve ser repensada, assim como o papel da mulher e dos jovens na propriedade. Porém, o que se observa no meio rural é um desequilíbrio de gênero e geração dentro das propriedades. No que se refere à mulher, elas são frequentemente excluídas das tomadas de decisões da propriedade; corroborando um modelo patriarcal de gerenciamento dos estabelecimentos agrícolas e uma masculinização dos espaços públicos de decisão (STROPASOLAS, 2006)

No que tange à juventude, é evidente o desinteresse pelo rural, verificando pouca participação e autonomia dentro da propriedade, por diversas razões, tais como: a situação de vulnerabilidade da agricultura tanto em relação ao clima quanto em relação ao mercado; a agricultura, muitas vezes, não tem conseguido fornecer-lhes renda para a reprodução social; o trabalho, muitas vezes, árduo com a terra é tido como um desestímulo aos jovens; o meio rural, em sua grande maioria, é caracterizado por um isolamento em relação a localidades urbanas; o campo apresenta raras áreas de lazer; a condição de subordinação dos

jovens ao chefe do estabelecimento; entre outras (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010) (SPANEVERELLO, 2008). Desta forma, apesar de a família ser considerada uma unidade coletiva, não quer dizer que há ausência de conflitos no seu cerne.

Em contraposição a isso, verifica-se também uma tendência mundial, a partir da década de 60, de aumento da participação da mulher na produção de alimentos (DE GRANDI, 1999), avanço este que pode vir acompanhado de uma participação maior na gerência dos recursos conquistados com seu trabalho ou da propriedade na qual reside. Segundo Susan Bullock (1994), mais da metade das mulheres do mundo residem no meio rural. Sua maioria trabalha na agricultura ou em atividades relacionadas e estas produzem metade dos alimentos do planeta. Além disso, movimentos feministas da década de 60 tornaram visível o trabalho feminino, que era considerado apenas como um auxílio ao chefe da família e como uma atividade não econômica, como o trabalho em casa e nas plantações.

Essa mudança no meio rural contribui tanto para a democratização dos espaços de decisão e de produção nos estabelecimentos agrícolas familiares e para a valorização do trabalho da mulher quanto para o estabelecimento da SAN das famílias, pois estas atividades gerenciadas de modo mais participativo muitas vezes estão ligadas ao plantio para o autoconsumo. Tornando, assim, o gerenciamento participativo da propriedade um elemento importante para pensar a SAN dessas famílias.

Vejamos como os autores abordam o conceito de SAN.

5.4 Segurança alimentar e nutricional

Por muito tempo, o conceito de segurança alimentar estava ligado à produção de alimentos, visto que os estoques estavam escassos e ficou claro, após o fim da Segunda Guerra Mundial, que o controle das fontes de alimentação poderia se transformar em um instrumento de dominação, principalmente para aqueles países que não são autossuficientes. A preocupação com a produção, vista como maneira de garantir a segurança alimentar, corroborou com o discurso da Revolução Verde sobre a ampliação do uso de insumos químicos para o aumento da produção e redução da fome e desnutrição no mundo.

Essa perspectiva sobre a segurança alimentar foi bastante criticada. E, ao longo do tempo, este conceito foi discutido na literatura,

por autores como Maluf (2007) e Hoffmann (2008), e no seio das políticas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2009). A partir de então, o conceito de SAN (re) construído passa a incorporar as seguintes dimensões: (i) acesso aos alimentos (ii) diversificados, (iii) com qualidade nutricional e (iv) livre de componentes químicos que possam causar danos aos consumidores, (v) com respeito aos hábitos e cultura local expressa na preferência de um conjunto de alimentos e no modo específico de prepará-los e (vi) garantia de sustentabilidade em sua produção.

Maluf e Menezes (2000) sugerem estratégias de desenvolvimento focadas na segurança alimentar e nutricionais, pois admite que no processo de desenvolvimento estão envolvidas questões de cunho alimentar por três fatores, a saber:

“Primeiro, estar adequadamente alimentado constitui um direito humano básico enquanto condição vital da existência. Segundo, o conjunto de atividades ligadas à produção, distribuição e consumo de alimentos (o sistema alimentar) desempenha um papel central na configuração econômica, social e cultural dos países. Terceiro, as questões ligadas aos alimentos e à alimentação sempre foram fonte de preocupações e de mobilizações sociais, e objetos permanentes das políticas públicas.” (p. 5)

No Brasil, o marco da discussão sobre SAN como estratégia de desenvolvimento foi a criação em 1993 do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), aliado ao Programa Ação Cidadã e a estruturação da Política Nacional de Segurança Alimentar. Porém, esse movimento de crescimento e amadurecimento das políticas com relação à segurança alimentar foi interrompido quando foi lançado pelo governo o projeto Comunidade Solidária que restringia o problema de insegurança alimentar na distribuição de alimentos e estímulo das iniciativas de geração de empregos localizados, reduzindo a segurança alimentar a apenas um dos itens da ação social, o assistencialismo.

Recentemente, foi criado um grupo que acompanha a elaboração, tramitação e execução do orçamento federal, nos itens pertinentes a uma Política Nacional de Segurança Alimentar, conforme diretrizes da Primeira Conferência Nacional. Também foi criado o Comitê Técnico Interministerial que conta com a participação da sociedade civil na

análise da atuação do governo sobre a segurança alimentar e nutricional. O que pode significar uma retomada nas estratégias de desenvolvimento focadas na segurança alimentar.

Grande parte da insegurança alimentar do Brasil advém da instabilidade da forma social de produção familiar, visto que esta é responsável pela maior parte da produção de alimentos para o mercado interno e encontra-se em uma situação de degradação econômica e social (SOARES, 2001). Segundo Maluf *et al* (1996), as estratégias de desenvolvimento baseadas na segurança alimentar e nutricional devem compreender que um dos fatores que corroboram para tal questão é a equidade social. O que não significa somente a distribuição de renda ou geração de empregos, mas em mudanças nas formas sociais de produção e no acesso aos alimentos.

No caso da agricultura familiar o acesso ao alimento não se restringe ao aumento de renda, mas sim à produção para o autoconsumo⁷. É necessário, portanto, que se desenvolvam práticas políticas que associem a unidade de produção com a unidade de consumo (ecologicamente correto e culturalmente viável). Políticas como a do crédito agrícola e aquelas de fomentação ao plantio de oleaginosas dão incentivos aos agricultores familiares para cultivar espécies não adaptadas à região (como o milho e feijão) ou espécies de valor econômico (como a mamona), respectivamente, reduzindo ainda mais o plantio destinado ao autoconsumo. Com isso, os agricultores são induzidos a cultivar apenas espécies que garantam benefícios financeiros ao cultivo de alimentos de consumo direto.

A produção para o autoconsumo é de grande relevância para a reprodução social da unidade familiar, visto que ela confere a manutenção da identidade cultural, minimização da pobreza rural e segurança alimentar (MALUF *et al.*, 2000). Este último está ligado ao

⁷ É importante ressaltar que a distinção entre os termos produção para subsistência e produção para o autoconsumo é um exercício árduo, visto que alguns autores os utilizam como sinônimos, como Garcia (1989), e outros, como Wandereley (1976), produção para o autoconsumo e para subsistência são condições diferentes. A produção de subsistência, segundo este autor, pode passar por um fator intermediário antes de chegar à mesa do agricultor, o mercado. Mesmo que a família se dedique à produção para garantir elementos de troca, ou seja, mesmo que os agricultores sejam “produtores simples de mercadorias” (termo proposto por PAULO (1990)), esta produção é considerada de subsistência, pois ela se dedica à suprir as necessidades básicas da família. Ao passo que a produção para o autoconsumo não passa pelo mercado. Nesta pesquisa buscou-se utilizar a abordagem de Garcia (1989).

fato de que na produção para o autoconsumo, em sua grande maioria, não se utiliza insumos químicos, privilegia a diversidade e qualidade dos alimentos em diferentes épocas do ano, a cultura local expressa na preferência por um grupo de alimentos, atendendo assim três pontos do conceito de segurança alimentar e nutricional, sejam eles: sustentabilidade produtiva, diversidade e qualidade alimentar, respeito à cultura local (MENASCHE, 2007) (MALUF *et al* 2000).

Além disso, a produção para o autoconsumo não apenas tem a função de atender às necessidades alimentares, mas sim a de envolver um processo de empoderamento e de autonomia do processo de produção frente aos atores externos, com maior controle do processo produtivo (MENASCHE, 2007); auxiliando na estabilidade socioeconômica das unidades, pois a produção para o autoconsumo é capaz de compensar as épocas de baixo rendimento, variações ao longo do ano e colabora para a *economização* (indicador da dimensão *Poder de Compra*). Ou seja, o aproveitamento da força de trabalho ociosa na propriedade para a produção de alimentos para consumo interno e a diminuição dos gastos com alimentação podendo investir em outras atividades ou melhoria da propriedade (GRISA, 2007).

Garcia (1989) acrescenta a função de *alternatividade* (indicador da dimensão *Poder de Compra*), a flexibilidade da produção de autoconsumo de servir para o consumo interno (“produção para o gasto”) ou a transformação dessa produção em mercadorias com valor de troca (“produção para a exportação”), estratégia esta que significa para as unidades familiares uma maior autonomia. Isso porque podem acionar este recurso para manter sua estabilidade alimentar e proporcionar-lhes também recursos monetários para adquirir produtos de consumo doméstico que não são produzidos na propriedade, como o sal, arroz e o café. Ou seja, essa dupla face da atividade produtiva demonstra uma tentativa de inserir-se no mercado e garantir o sustento familiar, e explica o aparente paradoxo do “excedente camponês”⁸. E,

⁸ Segundo Garcia (1989) o paradoxo do excedente camponês acontece quando ele “vende um “excedente” de produção mas que, simultaneamente, passa fome. “Excedente” que deveria ter a marca do eventual, mas cuja venda se observa durante o ano inteiro, no inverno e no verão, em ano bom de lavoura e em ano ruim de lavoura. Notamos simplesmente que o feijão sem sal não é comida, e que o orçamento doméstico é composto de dois tipos de produtos que têm de ser adicionados ou combinados para que se atinja os níveis de consumo socialmente necessários. Assim, o mais do que o gasto vendido da farinha de mandioca em uma semana determinada era condição da aquisição do sal, para que o feijão pudesse ser consumido juntamente com a farinha, segundo padrões socialmente aceitáveis. Ora, todos os agricultores entrevistados em

por isso, o autoconsumo é uma forma de enfrentar a precariedade de suas condições sociais e garantir a reprodução social de suas famílias.

As estratégias de retomada da autonomia dos recursos internos de produção é bastante importante, na medida em que a intensa modernização, decorrente da transformação técnico-produtiva no meio rural, por que passou a agricultura, promoveu uma minimização da base endógena dos recursos administrados pelas unidades familiares, crescente externalização dos processos de produção (que antes era desenvolvido na e pela unidade produtiva). E, em decorrência disso, cada vez mais, foi se intensificando a dependência da agricultura ao mercado, o que significou uma mudança de lógica da produção agrícola para os agricultores familiares. A lógica agora passa a ser a do mercado, o processo produtivo é organizado “*em função do aumento da capacidade de geração de valores de troca*” (GRISA, 2007, p.7).

O mercado, portanto, que é um dos fatores das relações sociais, passa a ser um fator que rege as relações entre os agricultores e outros atores. Essa dependência aos fatores externos gera uma vulnerabilidade social das unidades familiares, o que resulta em uma grande sujeição às instabilidades e a situações de risco que podem levar muitas vezes ao comprometimento da reprodução social dessas unidades e a insegurança alimentar, isso porque a unidade familiar acaba dependendo, cada vez mais, pouco tempo para a produção de autoconsumo em detrimento da produção de bens de valor comercial. Ao invés do alimento seguir da unidade de produção para a unidade de consumo, ele passa por um processo intermediário que o torna elemento de troca, a reprodução social dessas unidades familiares, portanto, está cada vez mais sujeita ao mercado.

Além disso, Grisa (2007) aponta outras funções do autoconsumo no bojo das unidades familiares, como: diversificação dos meios de vida; coprodução, ou seja, uma reconexão entre homem, trabalho e natureza, possibilitando a existência de ciclos de produção futuros e um maior controle sobre o processo produtivo, de forma a otimizar os recursos disponíveis na propriedade, por meio, por exemplo,

Pernambuco sabiam que determinadas lavouras, como o maracujá em Bonito e o abacaxi em Carpina, proporcionavam maior renda monetária por hectare e maior renda monetária por unidade de tempo de trabalho. Ou simplesmente: “dão mais dinheiro”. Mas não substituíam o cultivo destes produtos pelo da mandioca por uma razão muito simples: o cálculo em valor, em renda monetária, está diretamente ligada aos produtos de têm de ser necessariamente comprados.” (GARCIA, 1989, p. 117).

da utilização de resíduos da lavoura ou animal para a adubação da terra, utilização de sementes do ciclo produtivo anterior, e o “saber fazer” passado de geração a geração; e promoção da sociabilidade.

O conceito de SAN preconiza que a quantidade de alimentos não é o bastante se não houver *qualidade nutricional* (indicador de *Acesso aos alimentos em quantidade e saudáveis o ano todo*), visto que no semiárido sua população rural carece de grande parte dos nutrientes, em especial de vitamina A, C e cálcio, e apresentam uma alta taxa de anemia e desnutrição entre crianças e adultos e há altas taxas de obesidade entre os adultos (principalmente mulheres).

Além disso, o conceito remete também à garantia da *preservação da herança cultural local expressa na preferência de um conjunto de alimentos e no modo específico de prepará-los* (indicar da dimensão *Utilização sustentável dos recursos*). Assim como refere-se ao desenvolvimento de uma agricultura que não prejudique as produções futuras, que tenha um papel de *conservação dos recursos naturais*, mais especificamente *preservação da caatinga por um manejo agrícola não predatório* (indicadores da dimensão *Utilização sustentável dos recursos*), sem a separação de unidade de produção e unidade de consumo. Diversos autores, como Jean (1994) e Do Carmo (1998), entram em consenso quando afirmam que a agricultura familiar pode ser o *locus* de uma agricultura ambientalmente sustentável, na medida em que esta categoria possui uma grande flexibilidade e capacidade de adaptação.

A agricultura familiar possui um caráter multifuncional, ou seja, tem a capacidade de desenvolver formas de organização produtiva e alternativas ao modelo produtivista, exercendo funções diversas (CAZELLA e MATTEI, 2002) (CARNEIRO e MALUF, 2005). Segundo Jean (1994), o trabalho agrícola é muito mais amplo que a etapa validada pelo mercado. A manutenção do equilíbrio ecológico, conservação dos recursos naturais, produção de alimentos mais saudáveis e ecológica e socialmente corretos constituem-se como funções da agricultura familiar, mas fazem parte do processo produtivo, que é invisível para o mercado.

É importante ressaltar que a agricultura familiar não é necessariamente sinônimo de sustentabilidade, pois pode ser verificado que há um segmento expressivo de propriedades agrícolas familiares cujos processos produtivos não são sustentáveis. Porém, o que se quer levantar nesta discussão é que a agricultura familiar tem uma *tendência*

a adotar práticas agrícolas menos agressivas ao meio. Isso porque a ocupação do território dá-se por um elo de identidade, o que remete à importância da conservação do meio para estas famílias (JEAN, 1994) (BRANDENBURG, 1999). A produção, consumo e acumulação do patrimônio são praticadas com a finalidade de assegurar um nível de vida estável para o conjunto familiar e a reprodução dos seus meios de produção, diferindo da lógica de mercado. Desta forma, o processo de reprodução social está intimamente ligado à terra e, portanto, tem o interesse de preservá-la, explorando-a de um modo menos agressivo. E, segundo diversos autores, em várias regiões, a agricultura praticada pelo núcleo familiar é mais eficiente que outras formas de produção agrícola no que diz respeito à segurança alimentar e adoção de tecnologias que privilegiam a qualidade dos alimentos e dos ecossistemas, além de produzir mais em menor área (SOARES, 2001) (JEAN, 1994) (DO CARMO, 1998).

Além disso, Brandenburg (1999) identifica certa especificidade na lógica desta categoria social distinta da racionalidade capitalista:

“Na agricultura familiar o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo, enquanto na organização empresarial capitalista não há lugar para subjetividades (...) os agricultores identificam-se com o ritmo da natureza na organização do trabalho, experimentam os sentimentos subjetivos de apego à terra, e a liberdade e autonomia” (p. 87)

Ou seja, a produção familiar constitui o *locus*, em potencial, para o desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente mais sustentável, segundo Jean (1994), pois:

“Se tomamos em consideração o que é o modelo de agricultura sustentável, é aí que podemos ver que a agricultura familiar sempre esteve mais próxima do modelo e que ela pode então voltar a ele ou aproximar-se dele mais facilmente (...) Segundo nossa pesquisa, as literaturas sobre agricultura sustentável, quatro idéias podem defini-la. A agricultura sustentável é um modo de produção agrícola que: 1) assegura a qualidade dos produtos e limita os riscos para a saúde humana; 2) respeita o meio ambiente e preserva

os recursos naturais; 3) é economicamente rentosa; 4) permite uma boa integração social das pessoas intervenientes no processo de produção e transformação.” (p.73).

Estas funções da agricultura familiar são capazes de atender a uma tendência que está presente, cada vez mais, no mercado e será um fator no qual as empresas deverão apoiar suas estratégias de crescimento, marcado pelas transformações qualitativas do consumo. Sejam elas: a valorização de alimentos orgânicos e de produtos locais (podendo ter selo de procedência ou não), movimentos *slow foods*, uma maior preocupação com a saúde alimentar e com a produção de alimentos socialmente e ecologicamente corretos, entre outras (DO CARMO, 1998).

No estudo de caso em questão, os agricultores familiares adotaram uma série de estratégias agrícolas baseadas nos princípios da permacultura (exposto no anexo 2), que, concomitantemente, se preocupa com uma forma de aumentar a renda das famílias, contribui para a recuperação da caatinga e da biodiversidade local e, para a ideia de propriedade como uma unidade de consumo e produção para comercialização de modo sustentável ambiental, econômica e culturalmente viável, com biodiversidade e qualidade dos alimentos. Esses pontos são essenciais para pensar na segurança alimentar e nutricional dessas famílias.

Como constatado por Brandenburg (1999), esses agricultores adotam as práticas agrícolas mais sustentáveis como uma opção de vida e não apenas como uma situação transitória ao enfrentamento de uma crise, sendo que essas práticas atendem a duas lógicas; são elas: uma ligada à natureza interna a unidade de produção familiar e os pressupostos de uma agricultura alternativa sustentável; outra à possibilidade de integração da sua produção ao mercado e à possibilidade de economia com a otimização dos recursos da propriedade pertinente às práticas permaculturais.

3. O SEMIÁRIDO NORDESTINO E OS AGRICULTORES FAMILIARES

Neste capítulo serão apresentadas características gerais do semiárido nordestino, sua localização e magnitude de sua área, sua situação econômica, política, social e ambiental, enfocando os agricultores familiares sertanejos. E, em seguida, será feita uma caracterização do município de estudo e dos agricultores familiares residentes, evidenciando a problemática da participação e de sua situação alimentar.

As zonas áridas, semiáridas e desérticas compreendem cerca de 48,35 milhões de km² da superfície do planeta (o que equivale a 36,3% da área da superfície terrestre) distribuída em 2/3 dos países no mundo. Desse total, 21 milhões de km² são áreas semiáridas, 21,5 milhões de km² são extremamente áridas e 5,85 milhões de km² desérticas. Nessas regiões vivem cerca de 630 milhões de pessoas (PDSA, 2005). O Semiárido Nordeste localiza-se em uma área subequatorial e tropical com uma área de 980.089,26 km² (correspondendo a segunda ordem espacial e a 11% do território brasileiro), com uma população estimada em 21.718.168 habitantes, residente em 1.135 municípios. E engloba partes dos Estados da Bahia, Piauí, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Ceará (Figura 2) (PDSA, 2005).

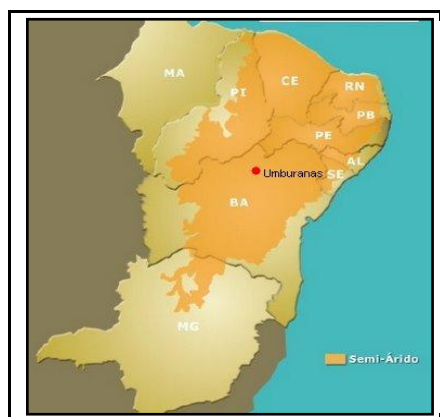


Figura 2: Semiárido e localização do município de Umbranas.
Fonte: Adaptado de Rio (2008).

Na Bahia, o semiárido ocupa 68% do seu território, o que corresponde a 51,7% de todo o semiárido nordestino, abrange uma área de 388.274 km² onde estão localizados 258 municípios e 41,15% da população baiana (SEI, 2009).

3.1 Aspectos fisiográficos e climatológicos

A semiaridez é definida em termos climáticos como zonas de altas pressões subtropicais que causam a subsidência de massas de ar (Equatorial Continental, que forma precipitações nas depressões interplanálticas nordestinas) resultando em aquecimento adiabático e baixa umidade relativa, ou seja, em um vazio de precipitação de seis a sete meses (parte do outono, ao inverno inteiro e a primavera em áreas temperadas), com taxas de evaporação muito elevadas e de precipitação muito baixas de pelo menos 250 mm anuais, mas suficiente para sustentar o crescimento de densa vegetação. A temperatura também apresenta-se bastante elevada e constante, entre 25 a 29°C. Massa de ar que é responsável pelas precipitações mais intensas (tropical atlântica) tem baixa condição de penetrar de leste para oeste do país, beneficiando apenas a Zona da Mata durante o inverno (AYOADE, 1983). Não existe um regime sazonal definido e, portanto, além da baixa taxa de pluviosidade, há uma variabilidade no período e na intensidade de chuvas resultando no prolongamento do período de seca.

A drenagem é, em sua grande maioria, intermitente, o que está relacionada ao ritmo desigual e pouco frequente das precipitações. Porém, não raro, as precipitações são capazes de provocar inundações. No período de seca, o lençol aprofunda-se e os rios passam a alimentar o lençol freático (ROSS, 2005).

A região semiárida nordestina compreende a Região de Depressões Interplanálticas reduzidas, grandes planícies de erosão resultado da pediplanação (processo erosivo de regressão de escapas típicos de climas áridos e semiáridos) sertaneja moderna. São áreas de fraca decomposição de rochas, com mantos de alteração que variam de 0 a 3m, via de regra. Apresentam colinas desnudas atapetadas por fragmentos dispersos de quartzo, e rochas metamórficos argilosa que se apresentam como “chão de tijolos no dorso das ondulações” (AB’SÁBER, 2005, p. 90), os chamados “Altos Pelados”, favorecendo a formação dos solos litólicos. Apresentam-se também solos dos tipos vertissolos e eventuais aridissolos, ao longo das planuras onduladas

sertanejas por grandes extensões.

Há ainda presença de áreas de granito recortados por diáclases múltiplas, que criam conjuntos locais de “campos de matações” ou “mares de pedras”, sendo que entre os interstícios das grandes rochas redondas. Inselbergs frequentemente também fazem-se presentes. Estes correspondem a relevos residuais constituídos de rochas duras que afloram no local: lentes de quartzito resistentes, massas homogêneas de granitos, apenas espaçadamente fraturados, ou outras exposições rochosas que resistiram a processos denudacionais responsáveis pela pediplanação dos sertões, ao fim do Terciário e início do Quaternário (AB’SÁBER, 2005).

Sob essas condições climáticas e fisiográficas, contempladas, segundo Ab’Sáber (2005), pelo Domínio Morfoclimático das Depressões Interplanálticas Semiáridas do Nordeste, desenvolve-se uma vegetação de Caatinga. Segundo o Conselho Nacional da Biosfera da Caatinga, foram registradas 932 espécies da fauna e flora, sendo 380 endêmicas. Segundo Ross (2005), a Caatinga é composta por matas secas e campos que se desenvolvem sobre um solo fértil:

- Mata seca: esta é a caatinga propriamente dita, que perde suas folhas durante a estação seca, exceto o juazeiro e algumas palmeiras perduram, pois estas árvores possuem raízes profundas capazes de captar água do lençol freático. As plantas da caatinga possuem adaptações para manterem-se em um clima rígido do semiárido, como folhas grossas, espinhos ou folhas pequenas. A caatinga é rica em espécies frutíferas, plantas com muita fibra, ceras e óleos vegetais. Do ponto de vista ecológico, pode-se dividir a caatinga em cinco tipos: caatinga seca não-arbórea – associações de vegetais que crescem em grupos, mas não formam dossel, com predomínio de cactáceas e ausência de árvores; caatinga seca arbórea – predomina o pau-pereiro e arbustos isolados; caatinga arbustiva densa – bosques densos com árvores isoladas, tipo de caatinga mais amplamente distribuído; caatinga de relevo mais elevado – bosque denso com pluviosidade alta; caatinga do chapadão do Moxotó – predomínio de cactáceas arbóreas em forma de candelabros;
- Agreste e outras matas secas: matas pouco densas sem a formação de dossel, com árvores tortuosas de folhas grandes que perdem a folhagem durante o período de seca desenvolvidas sobre solos pedregosos ou arenosos, com pouco desenvolvimento de húmus. Essa vegetação localiza-se nas matas pluviais costeiras de elevações, formando matas de sopé de morros;

- Campos secos das Chapadas: os planaltos possuem grandes extensões de campos secos xeromórficos, onde predominam plantas arbustivas e herbáceas e, predominantemente, gramíneas e cactáceas.

Este bioma é considerado bastante frágil, em termos de resiliência. Estima-se que 11% do semiárido nordestino apresenta, tanto por ações naturais quanto antrópicas, forte erodibilidade (encontradas principalmente no semiárido cearense e baiano), 59,4% moderada erodibilidade e 29,5% baixa erodibilidade (MELO FILHO e SOUZA, 2006).

3.2 Uso do solo semiárido e degradação

Os impactos causados por eventos de origem antrópica não sustentáveis e de origem natural resultam em problemas ambientais de grande magnitude, como, por exemplo, a desertificação. Segundo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, ela pode ser definida como efeitos de ações da degradação do solo por ações antrópicas e naturais em zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultando na redução da biodiversidade, perda da produtividade de terras agrícolas, estiagens prolongadas e instabilidade tanto econômica quanto agrícola. Na Bahia, 490.285,6 km² apresentam terras desertificadas (ou em processo). Estima-se que cerca de 159 municípios sofrem com este fenômeno (BRASIL, 2004).

Dentre as práticas antrópicas de exploração do solo semiárido estão: a atividade agrícola de subsistência em pequenas propriedades baseadas na seqüência desmatamento-queimada-plantio-pousio (sendo o período do último estágio cada vez mais reduzido); plantio de sequeiro, como milho, mandioca, palma, criação de bovinos e caprinos; a exploração da vegetação para venda de lenha; mineração; atividades de produção em larga escala baseada na irrigação, fertilizantes químicos, utilização de maquinários; produção e comercialização do carvão; o extrativismo excessivo de frutas como o Umbu, Licuri, Cajú entre outras (MELO FILHO e SOUZA, 2006).

Estas atividades, praticadas em um ecossistema naturalmente frágil, substituem a vegetação nativa, expõem o solo (ao se retirar a vegetação original) às ações erosivas, impõe espécies autóctones ao semiárido (fato que descaracteriza a caatinga, muda a composição da vegetação nativa e promove a difusão de espécies invasoras sem valor ecológico) e aumentam a concentração de sais no solo (no caso da

irrigação excessiva). Além disso, essas práticas agrícolas são uma das grandes responsáveis pela redução da vegetação natural (ROSS, 2005).

Com todos esses impactos têm ficado cada vez mais frequente a ocorrência de estiagens prolongadas. Porém, a seca, nos discursos acadêmicos e políticos, passou de vítima da degradação ambiental para autora da degradação humana e econômica, construindo-se uma imagem determinista do semiárido de região-problema e uma relação causal entre seca e recursos.

3.3 Estigma do semiárido nordestino e relação causal seca-recursos

Quando se fala em semiárido, o primeiro fato no qual se pensa é a seca. O discurso da seca foi competentemente elaborado, divulgado e assimilado, construindo a imagem do nordeste como região-problema.

A seca é tratada, por aqueles que reproduzem o discurso (a chamada “indústria da seca”), como calamidade e não como um período climático natural de estiagem prolongada. O que transforma um fato de caráter inevitável em um infortúnio, sendo enfrentada de forma imediatista e conduzindo à argumentação da necessidade de mobilidade de recursos (o que se chama de relação seca/recursos). Esses recursos assumem as mais diversas formas: investimentos em obras, preços mínimos compensatórios, créditos subsidiados, programas emergenciais, entre outras.

Nos discursos, a responsabilidade da situação socioeconômica do nordeste é do “azar” climático, da baixa produtividade das terras, do baixo nível cultural da população, da elevada resistência das mesmas às mudanças e do fortalecimento do centro-sul em detrimento do Nordeste, o que reforça ainda mais a relação seca/recursos. Tal argumento fornece maior legitimidade ao discurso frente aos seus receptores (o Congresso Nacional).

Para os detentores do discurso da seca, a participação federal é considerada, portanto, primordial no desenvolvimento do nordeste. Este discurso esconde os reais causadores da reprodução da situação social e econômica dos sertanejos, como: a relação social de produção e as elites regionais que na condução do processo histórico regional que reproduz uma relação clientelista e verticalizada de poder desestimulando ações de cunho coletivo. Além disso, revela um tratamento determinista da questão que contamina, mesmo que inconscientemente, boa parte da produção intelectual e cultural da região. Com isso, pode-se falar em um

determinismo geográfico no discurso regional (RIBEIRO, 1999).

O “combate à seca” fortalece a estrutura política da região, além de garantir aos políticos “preocupados” com o “problema da seca” apoio da uma expressiva parcela da população sertaneja em busca de soluções emergenciais. Estes atos refletem-se nas relações sociais e no espaço por elas organizado, isso porque no Nordeste, em especial as ações políticas ultrapassam as atividades parlamentares e penetram no aparelho administrativo do Estado, em todos os níveis, influenciando o fluxo decisório e a base territorial (CASTRO, 1992).

3.4 Aspectos políticos

A situação política do semiárido é marcada pela relação vertical entre a população e os políticos regionais e/ou latifundiários. Esta situação advém da época da colonização quando o poder era monopolizado pelos proprietários de grandes extensões de terra (sesmarias, cedidas aos fiéis aliados ao Rei de Portugal). Esses grandes proprietários, chamados por “senhores”, eram tidos como força maior nas regiões e os pequenos proprietários de terra eram subservientes a eles em troca de proteção (CASTRO, 1992).

Apesar de existirem ainda famílias poderosas que detêm grande parte das terras e realizam práticas semelhantes àquelas da época da colonização, atualmente, a relação de poder não é dada exclusivamente pela posse de grandes extensões de terra, mas também por laços de amizade com grandes políticos. Na Bahia, uma frase famosa ilustra esta situação clientelista, dita pelo falecido Senador Antônio Carlos Magalhães: “Para os amigos, tudo, para os inimigos, a força da lei.”

Os agricultores locais relatam situações, que não podem ser generalizadas, mas que são bastante frequentes no nordeste, em que os candidatos a cargos políticos regionais mantêm relações clientelistas com seus eleitores na compra de votos por material de construção, cestas básicas, entre outros benefícios. Sem contar com o jogo político e a violência presentes, não raro neste período, onde há pessoas que são ameaçadas de morte. Outra situação também recorrente é que ao passar o período de eleições, as comunidades que se aliaram aos políticos que perderam as eleições passam por um período, em muitos casos, de inacessibilidade de água e de benefícios de fundos administrados pelos municípios.

Os sertanejos, portanto, veem-se dependentes das elites

regionais e sem poder de decisão. Assim, mesmo com a Constituição de 1988, que estabelece uma maior participação das entidades civis na área pública, essa situação, de modo geral, ainda é incipiente ou pontual no semiárido. Este é um espaço de tradição de práticas de produção e comercialização gerenciadas por núcleos familiares, sendo poucas as iniciativas de organização comunitária e ações coletivas voltadas à gestão participativa e ao envolvimento na esfera política regional.

3.5 Aspectos socioeconômicos

A economia baiana ocupa a posição de sexto lugar no PIB do país e nos últimos 60 anos esteve alicerçada pelo crescimento da indústria de transformações bens finais, da fruticultura, da produção de grãos, da celulose, da indústria do turismo, e, portanto, está bastante diversificada, do ponto de vista setorial e espacial; porém o que se verifica é que os baianos não se apropriaram deste crescimento, apresentando um baixo desenvolvimento social, ilustrado pelos índices sociais, em que o estado ocupa as últimas posições. Além da degradação ambiental e política, o sertanejo vivencia graves problemas de cunho social e econômico.

Nas zonas rurais, especialmente em espaços de agricultura familiar do semiárido, a situação é ainda pior. É nesta área em que se concentram os menores indicadores de escolaridade, maior carência de infraestrutura básica e de acesso aos meios de comunicação e maiores índices de desnutrição infantil. Apesar de terem grande relevância para a Bahia, visto que a agricultura familiar ocupa cerca de 40% da população economicamente ativa do Estado, o nível de pobreza é de 75% entre as crianças e jovens (muito acima da média nacional que é de 45%), a taxa de evasão escolar é muito superior em comparação a outras regiões do país e cerca de 36% dos jovens não são alfabetizados (SEI, 2006).

As perspectivas de trabalho são bastante restritas, pois a economia do semiárido gira em torno da produção agrícola e esta sofre grandes perdas de mão de obra nos períodos de seca. Há também atividades industriais e agroindustriais, ligadas ao extrativismo mineral, indústria de transformação (principalmente a de produção de biodiesel), construção civil e de serviços industriais. Os agricultores sertanejos fazem do extrativismo vegetal uma forma de aumentar a renda familiar, principalmente com o Umbu, Licuri e o Cajú.

O semiárido também é marcado pelo forte êxodo rural, no qual

famílias inteiras saem de suas propriedades na época de estiagem em direção às cidades em busca de trabalho e de uma melhor condição de vida. Em geral, são os jovens do sexo masculino que migram em busca de oportunidades de empregos, isso porque eles não veem perspectiva de melhores condições de vida nesta região.

Outro aspecto socioeconômico é a situação previdenciária do semiárido. Sandi e Heringer (2001) e Gomes (2001) ressaltam que a aposentadoria e as pensões previdenciárias rurais fazem parte das estratégias de sobrevivência dos sertanejos, atingindo direta e indiretamente cerca de 20% da população rural no semiárido. Fato este que leva Gomes (2001) considerar que um dos maiores setores econômicos nordestino, e que cumpre a função de distribuição de renda e diminuição do fluxo migratório, é a economia sem produção. Estes são os últimos dados tratados focados na região semiárida. Verifica-se que no município em estudo a aposentadoria tem um papel de capitalização das famílias e atinge indiretamente um percentual significativo de sua população, assim como, os programas sociais de erradicação da pobreza como o Bolsa Família⁹.

Além disso, a segurança alimentar e nutricional na zona rural é deficitária. Segundo Hoffmann (2008), baseado em estudos estatísticos, se forem comparadas áreas urbanas às rurais, a insegurança alimentar é muito maior nas últimas. Para os sertanejos, a situação é ainda pior, principalmente nos períodos de seca. Visto que estes, em geral, não armazenam alimentos e, cada vez mais, estão reduzindo os plantios de subsistência, até porque famílias inteiras saem de suas propriedades nestes períodos ou preferem cultivar espécies de valor econômico e, muitos deles, estão desacreditados com relação ao potencial produtivo do semiárido. Batista Filho (2005) demonstra que a dieta de muitos dos sertanejos não alcança 450 gramas diárias, quantidade de alimentos recomendada para ingestão diária. Verifica-se também uma carência de ingestão de vitamina A, C e Cálcio, baixo consumo de frutas, verduras e hortaliças, altas taxas de desnutrição e anemia em crianças e adultos, além de obesidade, especialmente entre as mulheres.

⁹ A Bolsa Família é um programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de transferência direta de renda que beneficia famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza. O programa atua em três eixos: transferência de renda, onde se objetiva o alívio imediato da pobreza; condicionalidades, com objetivo de propiciar acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e programas complementares, com o intuito de proporcionar que famílias consigam superar situação de vulnerabilidade.

Segundo Hoffmann (2008), essa situação de insegurança alimentar e nutricional vem sendo amenizada. A partir de 2001, programas de transferência de renda e de redução da pobreza, como o Bolsa Família, promovem a capitalização dessas famílias mais pobres e garante o acesso a mais alimentos, porém isso não significa que sejam alimentos de qualidade nutricional. Esses programas, portanto, deixam a desejar em uma assistência nutricional para as famílias atendidas.

Nestas condições vivem os agricultores sertanejos baianos, que representam 47,15% do contingente populacional do semiárido baiano. Esses agricultores são, em sua grande maioria, pequenos produtores com propriedades de tamanho médio e pequena, que possuem uma renda inferior a um salário mínimo (IBGE, 2009a). Tratam-se de descendentes de africanos marginalizados no período da escravidão, portugueses e indígenas.

3.6 Local de estudo: município de Umburanas - BA

O município em estudo localiza-se no Piemonte da Chapada Diamantina (Figura 3), região oeste da Bahia, especificamente microrregião de Senhor do Bonfim. Limita-se com os municípios de Campo Formoso, Orolândia, Mirangaba e Sento Sé; e está compreendido pelo Território de Identidade do Piemonte Diamantina.

Surgiu da venda de terras das sesmarias do médio São Francisco para proprietários de regiões vizinhas e, mais tarde, com o começo das atividades agrícolas, mais pessoas vieram morar na região. E, em 23 de fevereiro de 1983, foi elevada a categoria de distrito e desmembrada do município de Orolândia, ficando com uma área de 1.812,741 Km². Sua ocupação é recente pelas condições de acesso, ausência de investimentos no setor agrícola e de rios permanentes.

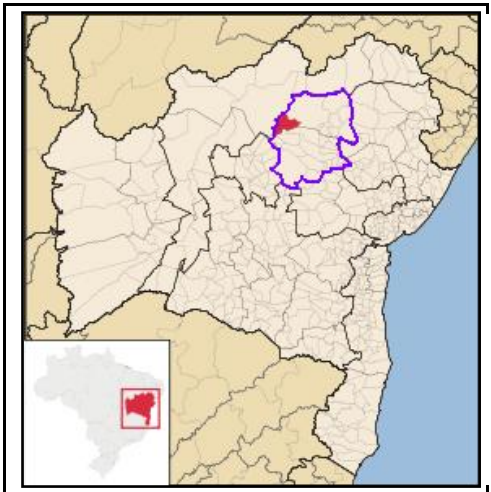


Figura 3: Limite do Piemonte da Chapada Diamantina (em roxo) e município de Umburanas (vermelho).

Fonte: IBGE (2009a).

Assim como no semiárido, este município apresenta índices e taxas de desenvolvimento muito baixas. Segundo dados do IBGE (2009a), o município possui um grau de urbanização de 43,75%, valor bem abaixo em relação ao percentual correspondente da Bahia (67,12 %) e este do Brasil (81,25 %). Possui uma população de 17.096 habitantes (4.432 vivem na zona urbana e 12.664 na zona rural), sendo, a maioria, jovens de 10 a 19 anos e densidade demográfica de 8,8 hab./km². Segundo o PNUD (2009), mais de 80% das crianças pertencem a famílias pobres e 41,17 % de sua população é analfabeta, ficando muito acima da média da Bahia (23,15%) e do Brasil (13,63%).

Além disso, Umburanas é classificado pela Análise Territorial da Bahia Rural do ano de 2006 (últimos dados disponíveis pela Secretaria de Estudos Integrados da Bahia) como deprimido, o que significa que Umburanas, assim como outros 206 de 343 municípios rurais da Bahia, possui um fraco desempenho relativo às suas respectivas regiões de inserção no que diz respeito aos indicadores econômicos (Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE) e sociais (Índice de Desenvolvimento Social – IDS). Segundo dados da Secretaria de Estudos Integrados da Bahia, Umburanas está na posição de 410º no IDS (de um total de 417) do Estado, configurando-se, assim, como um

dos 10 municípios mais pobres da Bahia (SEI, 2009).

A maior parte da população vive na zona rural (74,07%). Estes são, em sua grande maioria, agricultores familiares possuidores de pequenas e médias propriedades. Possuem renda inferior a um salário mínimo, baseadas no cultivo de um consórcio de espécies (geralmente milho, feijão, mamona e mandioca) e a criação de caprinos. Isso se deve às políticas de crédito agrícola e seguro à safra, implantadas na década de 70 para aqueles agricultores que adotavam o sistema consorciado de produção e criação de caprinos. Houve também um grande incentivo aos agricultores a plantarem mamona para a empresa Brasil Óleo de Mamona (BOM BRASIL). Por isso, em muitas propriedades ainda prevalece a monocultura da mamona (a região centro-norte da Bahia, cujo Umburanas faz parte, é responsável por 90% da produção de mamona do Brasil). Sendo que a assistência técnica agrícola é desempenhada por esta empresa e não pelo governo.

A comercialização dos produtos é bastante restrita aos mercados e feiras locais e regionais, com algumas exceções como a mamona, produzida em grande quantidade, que é vendida para grandes empresas de biodiesel como a BOM BRASIL.

Além disso, o incentivo para o plantio de espécies oleaginosas, tanto por parte das empresas beneficiadoras quanto por parte do governo, com o Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel, que incentivam as empresas de biodiesel a comprarem oleaginosas diretamente de agricultores familiares, faz com que estes agricultores ampliem o cultivo de mamona (como no caso da região onde se localiza o município em estudo) e reduzam seu plantio de subsistência. Essa situação verificada em Umburanas traz consequências graves para a reprodução social das famílias dos agricultores, pois ficam mais dependentes do mercado para satisfazer suas necessidades alimentares e sujeitos às determinações de preço das empresas de biodiesel.

Somando-se a esta situação, o tipo de agricultura incentivada representa ao agricultor maior gasto com insumos e maquinários, além do cultivo de plantas não adaptadas às condições semiáridas e altamente dependentes da chuva. Sendo que, os agricultores, em sua grande maioria, apenas plantam milho, feijão, mamona e mandioca, e, por sua vez, compram boa parte de sua alimentação, promovendo então uma situação alimentar bastante precária em todos os períodos do ano, mas em especial nos períodos de seca.

Com a substituição do manejo tradicional, estima-se que 80%

da caatinga foi suprimida para a implantação de atividades agropecuárias em Umburanas. Além disso, os solos apresentam-se, em grande parte, compactados, com baixa fertilidade e com acentuado processo de erosão, tanto sulco quanto laminar. As poucas áreas irrigadas apresentam solos salinizados pela inadequada irrigação. Além disso, muitas áreas apresentam-se desertificadas e outras apresentam solos arenos e arenoargilosos, pobres em matéria orgânica e pouca umidade.

Agravando ainda mais a situação do agricultor sertanejo, a disponibilidade de água é muito precária, pois os rios da região, Riacho da Serra Brava e Riacho Morin, são de regime temporário e a água subterrânea é de difícil acesso e, em sua grande maioria, segundo a Agência Nacional das Águas (2008), imprópria para uso (44% salobra, 17% salgada e 39% doce).

Além disso, dentre as mazelas enfrentadas pelos sertanejos há a ineficiente infraestrutura básica do município, situação esta que é verificada em todo o semiárido. Segundo dados fornecidos à pesquisadora pela prefeitura local pode-se verificar que: a maioria dos domicílios não possui água ligada à rede pública, o acesso à água potável é restrito aos que podem pagar por água mineral e, na zona rural, aqueles que não possuem sistemas de captação e armazenamento de água da chuva, utilizam água de barragens sem tratamento; não existe esgotamento sanitário, apenas algumas residências na sede do município possuem fossa séptica, e na zona rural a maioria das casas não tem banheiro com sanitário; a comunicação também é precária, pois existem poucos terminais telefônicos; não há casas bancárias e fórum; o acesso à informação é também bem restrito; não há bibliotecas públicas e a conexão à internet é restrita às *lan houses*; a educação restringe-se ao ensino médio e à grande parte dos jovens não tem condições financeiras de continuar os estudos em faculdades fora do município; há um grande número de escolas fechadas na região ao entorno; os serviços de saúde limitam-se a serviços básicos como primeiros socorros e consultas clínicas; e também verifica-se a ausência de espaços culturais no município.

Politicamente, o município de Umburanas é marcado pela relação vertical de poder, pelo clientelismo e pelo desestímulo às ações coletivas de organização, assim como, em todo o semiárido. As associações comunitárias são, basicamente, as formas de organização dos agricultores do semiárido. Porém estas, em sua maioria, estão

comprometidas pelo clientelismo político regional. São narrados, por moradores do município, muitos casos de interferências de políticos nas associações locais, com o intuito de angariar parte de recursos conquistados pelos agricultores e fazer da associação um palco eleitoral buscando votos dos seus membros e de suas respectivas famílias.

Esta situação desestimula e desarticula ações coletivas de associação, cooperação entre os agricultores e participação nas políticas regionais e locais. Além disso, a falta de informação e de conhecimento que capacitem o agricultor a organizar-se no setor político é um fator bastante relevante e, muitas vezes, relatado por eles como sendo um dos principais motivos da relativa ausência dos mesmos na participação nas tomadas de decisão do município e em entidades regionais, como o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Piemonte da Diamantina (CODEP).

Os agricultores afirmam que as associações existentes no município e da região não participam de políticas de cunho regional. Alegam que elas são utilizadas apenas para conseguir carros pipas e distribuição de benefícios do governo (como o fornecimento de sementes e instalação de cisternas). Os agricultores locais alegam também que a maioria dos associados não contribui com sua mensalidade e apenas comparecem às reuniões em que há distribuição de algum recurso, e muitos não sabem quais são os objetivos e ações das associações às quais pertencem.

Com relação às políticas de governo, os agricultores familiares do município de Umburanas são pouco assistidos. Apesar de o município ter acesso a diversos programas da Secretaria do Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, assim como o Território de Identidade do Piemonte da Diamantina (ao qual o município pertence); esses programas atingem uma pequena parte dos agricultores, pois são bastante pontuais e estão vinculados à metodologias de ação sem poder de replicabilidade, como o Programa de Aquisição de Alimentos (uma das ações do Fome Zero) acessado por apenas 2% dos agricultores familiares do município, o Programa de Garantia a Safra do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) acessado por menos de 6% dos agricultores familiares, Programa de Recuperação com Modernização e Diversificação do Pólo Sisaleiro e Cabra Forte (SEAGRI, 2010).

É neste contexto de empobrecimento social e econômico, que o Instituto de Permacultura da Bahia vem atuando há dez anos, procurando promover, entre os agricultores, a capacitação de lideranças comunitárias com o intuito de apoiar práticas de ações coletivas voltadas para a gestão participativa, favorecendo o empoderamento da população alvo, a segurança alimentar e nutricional e o aumento de renda junto a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e inserção de novas atividades econômicas.

4. INSTITUTO DE PERMACULTURA DA BAHIA E PROJETO POLICULTURA NO SEMIÁRIDO

Neste capítulo será apresentado o Instituto de Permacultura da Bahia que presta apoio aos agricultores familiares do município em estudo com o projeto Policultura no Semiárido. Será demonstrada sua atuação no município e discutidas as noções apreendidas pelos técnicos, em especial suas ações em gestão participativa e segurança alimentar e nutricional.

O IPB é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos. Tem CNPJ e títulos de Utilidade Pública Municipal (03/08/2007), Estadual (07/05/2003) e Utilidade Pública Federal (06/03/2007). O Instituto foi fundado em setembro de 1992 por Marsha Hanzi, pioneira da permacultura no Brasil, e por profissionais liberais. O IPB realiza cursos, oficinas e vivências permaculturais, projetos socioambientais, consultorias e estudos, os quais objetivam:

“Estudar e divulgar a permacultura na Bahia e no Brasil; pesquisar, criar, disseminar soluções sustentáveis no meio urbano e rural, proporcionando qualidade de vida e convívio harmônico com a natureza; defender e proteger o meio ambiente e recursos naturais, preservando áreas ecologicamente importantes e conservando a biodiversidade; estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania por meio da educação e da educação ambiental, para melhorar a qualidade de vida da população” (IPB, 2009).

O Instituto é constituído por associados, equipe administrativa, equipe técnica e é dirigida por um conselho diretor. Ele é financiado por empresas particulares e por projetos do Governo Federal. O corpo técnico é composto por vinte e uma pessoas com formações diversas (agrônomos, biólogos, técnicos agrícolas, especialista em permacultura, engenheiros florestais, educador socioambiental, pedagogos, ecólogos entre outros), e atuam em sítios e comunidades do Litoral Norte da Bahia nas áreas de preservação e conscientização ambiental utilizando técnicas de permacultura e bioconstrução. Especialmente no semiárido, nos municípios de Umburanas, Ouro-lândia e Carfanaum, o IPB atuou ao longo de dez anos (de 1999 a 2009 – período estipulado no projeto)

beneficiando 1.500 famílias de agricultores com o projeto Policultura no Semiárido (PSA) e, ao final de suas ações atuou com 700 famílias de agricultores familiares.

O objetivo central do PSA é a capacitação dos “pequenos agricultores para desenvolverem sua própria agricultura da forma mais próxima ao sustentável, permitindo segurança alimentar, um convívio harmônico com o meio ambiente, o combate à desertificação, o aumento de renda e da qualidade de vida e a fixação do homem no campo” (entrevista cedida pela coordenadora geral do PSA). Porém, ao longo de sua atuação, o foco do projeto foi se modificando, segundo relatórios e projetos analisados.

Inicialmente, o PSA tinha como parceiro e financiador a empresa de biodiesel BOM BRASIL, e por isso as ações do projeto eram focadas apenas em questões relacionadas ao aumento de produção da mamona concomitantemente ao estabelecimento de uma agricultura mais sustentável, por meio da policultura baseada nos princípios da permacultura. Anos mais tarde, o PSA rompeu a parceria com esta empresa, o que possibilitou a inserção de novas ações, não apenas objetivando o aumento da produção, mas também vinculadas ao melhoramento do solo, preservação da biodiversidade local e segurança alimentar das famílias dos agricultores. Desta maneira, eram realizadas ações de conscientização dos agricultores sobre a preservação da caatinga e de criação e adoção de um manejo agrícola mais sustentável, adaptado às condições físicas e socioeconômico locais que garantisse aos agricultores melhores condições alimentares através das técnicas permaculturais, vivências, cursos, oficinas e extensão rural.

No que tange à aceitação do PSA, segundo os técnicos do IPB e policultores, no princípio foi satisfatória, pois quando foi apresentada a proposta da policultura para os agricultores houve uma grande aceitação ao desenvolvimento das áreas experimentais em suas propriedades. Porém, observa-se que estes dedicaram à policultura a porção mínima de terra definida pelos técnicos do IPB, determinando assim, uma estratégia de risco calculado. O que se verifica, no estudo de caso em questão, é que estes agricultores percebem no PSA uma estratégia para melhorar suas condições de vida e, por isso, adotam a policultura.

Ao analisar a atuação do IPB em Umburanas, através de entrevistas aos técnicos e da análise de relatórios e publicações do Instituto, nota-se um amadurecimento da noção de desenvolvimento sustentável, participação (de uma perspectiva puramente consultiva para

uma mais interativa) e incorporação da noção de gestão comunitária no decorrer de sua história. Percebe-se também um amadurecimento na concepção do papel dos técnicos como extensionistas, de formuladores e aplicadores de ações para facilitadores e motivadores.

Verificam-se no discurso dos técnicos que, apesar de conceituar o desenvolvimento sustentável como uma noção que abrange diversas dimensões (cultural, social, político, ambiental e econômico), o IPB apenas articulava suas ações em questões ambientais.

No que se refere ao conceito de participação, este restringia-se a ouvir opiniões e sugestões dos agricultores. Nesta época, os agricultores não participavam da elaboração do plano de ações e dos projetos, no planejamento dos campos de cultivo de espécie em policultura de suas propriedades e, muito menos, da gestão do PSA. Até porque, não havia abertura dos técnicos do IPB para tal. O foco das ações do IPB era apenas de ordem ambiental, como melhoramento do solo, aumento da produção e preservação da caatinga. Os técnicos extensionistas, portanto, neste período de atuação em Umburanas, tinham dificuldade em lidar com a diversidade e com os conflitos gerados no contato com os agricultores e, por isso, estes não eram levados em consideração.

O planejamento espacial dos campos de policultura era feito pelos técnicos e, cabia aos agricultores a execução do plano dando apenas algumas sugestões. Desta forma, apesar de um dos princípios da permacultura ser a valorização do conhecimento tradicional de uma localidade, isso não era levado em consideração pelos técnicos, que levavam um planejamento pronto para ser executado em campo. Este planejamento tinha como base modelos de manejo agrícola que havia dado certo em outras localidades com características naturais semelhantes, ou seja, não havia uma construção de um conhecimento permacultural entre os técnicos e agricultores.

AÇÕES EM GESTÃO PARTICIPATIVA

Mais tarde, instituições financiadoras em que o IPB captava aos seus recursos, impuseram alguns objetivos para a aprovação dos projetos candidatos, dentre eles, a noção de empoderamento da população-alvo. Desta maneira, para concorrer a tais recursos, o PSA se propôs a desenvolver ações direcionadas ao incentivo à gestão participativa dos recursos locais.

Isso pôde ser verificado em 2002, quando foi aprovado um projeto do PSA pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente para o Combate à Desertificação, no qual como pré-requisito para ser

aprovado, estava a “formação” de lideranças nas localidades de ação com a finalidade de promover o empoderamento dos indivíduos e comunidades através de capacitações e formação de jovens Agentes Comunitários Rurais (ACRs) (IPB, 2002).

Como resultado, houve a “formação” de Agentes Comunitários Rurais, jovens agricultores que tinham como objetivo a mediação entre agricultores e técnicos e o desenvolvimento de suas capacidades de liderança para a gestão do projeto. Segundo relatórios, a formação dessas pessoas era feita de modo participativo, na qual cada conceito, como: sustentabilidade, natureza, permacultura, entre outros, era elaborado com base no diálogo. A partir daí, os planos de ação nas comunidades era elaborado juntamente com os ACRs (IPB, 2008).

A partir das lideranças formadas pelo PSA houve uma maior aceitação e divulgação do projeto por parte dos agricultores, e, por demanda deles, foi fundada há 6 anos a Associação de Policultores do Semiárido na localidade de Catarina, município de Umburanas (IPB, 2008). Esta Associação teve apoio dos técnicos do IPB quando eram solicitados pelo policultores até o término da atuação da Instituição na região, por meio de capacitações relacionadas à gestão da Associação (capacitações de secretária, tesoureiro, formulação de projetos, entre outras).

Como principais resultados adquiridos estão: a divulgação da permacultura e da cultura local por meio de eventos e palestras; a conquista de recursos do Ministério do Meio Ambiente para o desenvolvimento de um projeto de uma fábrica de beneficiamento de frutas, que se encontra atualmente em fase de construção; e o aumento de renda das famílias em detrimento das capacitações com a finalidade de diversificação produtiva (artesanato, processamento de frutas, culinária, dentre outras).

Com a intervenção desses jovens verifica-se que os dirigentes do PSA apreenderam a importância do saber local e entenderam com maior propriedade a realidade regional. Os técnicos, que antigamente faziam o trabalho de extensão rural impondo o que deveria ser feito no manejo da terra, abriram suas perspectivas para incorporar o saber dos agricultores e suas experiências construindo em conjunto com os agricultores as práticas permaculturais, questão esta que é preponderante na permacultura, mas que não estava sendo colocada em prática efetivamente. Assumindo, portanto, o papel de facilitador.

Em 2005, reafirmando a mudança de ação do PSA para uma

metodologia voltada à gestão participativa, foi aprovado um projeto pela Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais da Bahia (SECOMP), cujo um dos pré-requisitos era o de promover o empoderamento dos indivíduos envolvidos e das comunidades em que estão inseridos, por meio da capacitação para o associativismo e para a sustentabilidade das propriedades (IPB, 2005). Para tanto, o IPB preocupou-se com ações de incentivo às associações comunitárias por meio de cursos diversos (como elaboração de projetos e relatórios, comunicação, liderança, tomada de decisão por consenso), gestão administrativa, associativista e cooperativista e à organização de apicultores (IPB, 2008).

Ainda em 2005, e reafirmando o seu foco no rearranjo de suas ações para uma metodologia mais participativa, pela primeira vez, foi elaborado o Planejamento Político-Pedagógico do projeto, que teve como objetivos: definir o eixo político-pedagógico identitário do PSA; sistematizar as potencialidades e desafios do projeto quanto ao seu contexto pedagógico, administrativo e financeiro; planejar participativamente as ações de fortalecimento e articulação; fortalecer a visão de grupo e a articulação dos diversos segmentos do projeto no trabalho coletivo. Nessa oportunidade foram construídos seus princípios político-pedagógicos para as ações na relação projeto-comunidade, na relação educação-trabalho do campo, na relação teoria-prática e na relação ambiente rural e sociedade.

Para a relação projeto-comunidade, os objetivos entre os membros do PSA eram: a participação de todos e todas; o envolvimento com as comunidades e sensibilidade para com a realidade local; a valorização do sujeito do campo e, especialmente, da família rural; o respeito e valorização das opiniões de todos; a boa comunicação; a clareza e organização dos trabalhos; a solidariedade; a avaliação contínua e a reflexiva do projeto (IPB, 2005).

AÇÕES EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Além do foco em participação e empoderamento dos policultores, em 2005, o projeto aprovado pela SECOMP também chamou a atenção do IPB para a promoção da segurança alimentar e nutricional. Um dos pré-requisitos para que o projeto fosse aprovado era o de garantir a segurança alimentar das famílias dos agricultores, colaborando para a redução da incidência de doenças e para a melhoria da qualidade de vida.

Desta forma, além de objetivar a recuperação de áreas

degradadas e o plantio sustentável, o IPB incorporou questões como a melhoria das condições alimentares dos agricultores envolvidos no PSA, ações para identificação de novas oportunidades de mercado e de estratégias e canais alternativos de comercialização. Objetivou-se também a redução da participação da cadeia intermediária e valorização dos produtos da agricultura familiar e o desenvolvimento de um modelo prático de administração rural no qual se objetiva o melhor gerenciamento dos recursos e investimentos racionais.

As ações que objetivavam a segurança alimentar e nutricional resumiam-se na difusão das práticas que haviam dado certo com os policultores, fortalecendo a policultura segundo os princípios da permacultura, apicultura, viveiros, armazenamento de sementes, implantação de hortas, curso em aproveitamento integral dos alimentos e atividades de beneficiamento de frutas.

Neste contexto, o IPB procura atuar como um ator social cujas ações buscam (i) a reflexão de um conjunto de agricultores sobre sua atuação no semiárido, de modo a pretender mudar a realidade local de degradação ambiental, (ii) o aumento da renda dos agricultores com a proposta da biodiversidade agrícola (através do cultivo de espécies em policultura fundamentada nos princípios da permacultura) e na inserção de novas atividades produtivas, (iii) a dinamização de uma organização comunitária mais efetiva em busca de uma gestão participativa, e (iv) uma produção alimentar que prioriza a segurança alimentar e nutricional dos agricultores e leva em consideração as condições financeiras, culturais e os recursos locais disponíveis.

O penúltimo item refere-se às ações do IPB de cunho dinamizador de uma gestão participativa do projeto e sensibilização a participação dos agricultores nas políticas locais e regionais, por meio de capacitações de lideranças comunitárias e apoio às associações locais. A partir daí, deriva o foco desta pesquisa. Neste trabalho serão identificadas e analisadas as transformações de cunho individual e coletivo, voltadas à gestão participativa, entre os agricultores decorrentes da ação do IPB.

Será abordado também nesta pesquisa, visto que é de grande relevância para as famílias de agricultores semiáridas, o tema de segurança alimentar e nutricional. O IPB apresenta como um dos fatores para o alcance da segurança alimentar e nutricional dos agricultores a produção alimentar sustentável (o cultivo de espécies em policultura), assim como, é um dos fatores que, segundo o IPB, leva os agricultores a

uma reflexão sobre sua atuação no ambiente e sobre o potencial produtivo do sertão. Busca-se, nesta pesquisa, portanto, analisar também se as condições alimentares dos agricultores melhoraram depois da adoção do cultivo em policultura e das ações em gestão participativa no âmbito da propriedade.

4.1 Permacultura: uma proposta de mudança

Permacultura é uma terminologia criada na década de 70, na Austrália, por Bill Mollison e David Holmgren. Ela é formada pela junção das palavras “cultura” e “permanente”, o que faz menção aos sistemas agrícolas integrados de plantas, água, animais, edificações e energia que se perpetuam naturalmente, ou seja, autossustentáveis. Segundo seus idealizadores, a permacultura é a ciência do planejamento integrado, onde objetiva-se o bem-estar humano e da natureza a longo prazo (MOLLISON e HOLMGREN, 1978). É também chamada de “Ecologia Cultivada” por integrar sociedades humanas dentro de ecossistemas sustentáveis e busca a criação de sistemas socialmente justos e financeiramente viáveis, utilizando saberes tradicionais na criação de paisagens produtivas específicas para cada local e em harmonia com a natureza. (MORROW, 1993).

A permacultura pode referir-se tanto à produção autossustentável de alimentos como ao paisagismo, arquitetura ecológica, ou seja, sistema de uso consciente da água e captação da água da chuva, banheiro com tecnologia de compostagem, entre outros, e o *design* de produtos ecologicamente corretos por meio do desenvolvimento de produtos funcionais feitos com materiais da natureza e materiais reciclados da indústria.

A permacultura surge como alternativa às técnicas de manejo agrícola insustentáveis, propondo simular um ambiente natural, de maneira que, diversas espécies convivam de forma harmônica, simulando interações complexas, em um miniecosistema de suporte mútuo (BRAUN, 2005), otimizando, portanto, os recursos da propriedade e garantindo uma economização. Para isso, segundo Bill Mollison (1988), existem alguns princípios de desenho permacultural que devem ser adotados, como:

a) funções múltiplas: tudo que está incluído no sistema permacultural possui mais de uma função, utilizando ao máximo essa potencialidade, obtém-se maior eficiência;

b) diversidade: a base da estabilidade dinâmica nos sistemas naturais é a diversidade, portanto o sistema permacultural tenta incorporar o máximo de diversidade possível para que o sistema se autorregule e propicie também segurança alimentar;

c) reciclagem de energia: a energia que seria descartada nos modelos convencionais de produção é reutilizada fechando o sistema. A compostagem é um exemplo;

d) padrões da natureza: devem-se utilizar padrões da natureza local para tornar o plantio sustentável, e não impor à região um *design* e espécies que não lhe são próprias;

e) localização relativa: tudo em um sistema permacultural deve ser localizado onde possa haver interação e auxílio, utilizando, assim, mais de uma função dos elementos;

f) planejamento com as elevações: planejar a propriedade de forma a aproveitar o relevo natural, como, por exemplo, as elevações no deslocamento da água.

g) zonas: esse conceito refere-se ao manejo de energia. Os sistemas que são utilizados com maior frequência devem se localizar mais próximos da residência (zona 1 – cultivo de hortaliças) e, sistemas que não precisam de tanto manejo e não são usados com tanta frequência podem estar em uma distância maior (zona 5 – áreas de bosque e área de colheitas).

Desta forma, na medida em que os percussores da permacultura propõem princípios e não modelos pré-concebidos de manejo agrícola fazem com que o indivíduo reflita sobre os princípios e crie estratégias agrícolas mais adaptadas às características locais. O conceito permacultural excede o ambiente físico, pois pretende considerar também os aspectos sociais, econômicos e culturais de cada local como parte integrante do sistema natural, procurando dar valor, assim, à especificidade de cada região e, com isso, valorizando a heterogeneidade.

Além disso, a adoção da permacultura implica em uma reestruturação no modo com que a agricultura desenvolve-se, além de mudanças de relação entre o homem e a natureza, propondo uma nova perspectiva sobre a produção de alimentos, valorizando o conhecimento local e científico e aplicando-os de modo ambientalmente consciente e social, cultural e economicamente sustentável. A permacultura propõe um novo tipo de relação entre os seres humanos e a natureza, através de princípios que buscam promover uma reflexão das questões ambientais,

sociais e culturais, incorporando novos valores éticos.

Desta forma, ao adotar as técnicas permaculturais, o agricultor estabelece uma relação com sua propriedade e com a natureza de responsabilidade e busca uma revisão do seu papel como agricultor, criando assim uma espécie de um perfil de agricultor sustentável, verificado também por Brandenburg (1999) na experiência de adoção à agroecologia pelos agricultores envolvidos com a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural do Centro-Oeste do Paraná (RURECO).

O IPB projeta a permacultura como um conceito chave para pensar em soluções para a realidade semiárida, em substituição aos modelos convencionais de manejo agrícola que tratam todas as regiões como possuidora das mesmas características naturais e socioeconômicas. Visto que a permacultura busca (i) produzir sempre otimizando o espaço e o material existente na propriedade, reduzindo a dependência de materiais externos à propriedade, e reduzindo consequentemente o custo de produção, (ii) uma produção permanente, onde se tenha alimentos saudáveis colhidos por todo o ano e com diversidade, (iii) sustentável, e (v) que respeita os aspectos culturais locais incentivando a valorização e a recuperação de espécies locais e sementes “crioulas” e (iv) condições financeiras do produtor. Características essenciais para a consolidação de uma segurança alimentar e nutricional.

5. PERFIL DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA

Neste capítulo será apresentado o perfil dos agricultores entrevistados através de dados sociais e econômicos coletados por meio do roteiro de entrevista. Foram entrevistados vinte e cinco agricultores policultores e suas famílias, envolvendo cento e duas pessoas. Dentre estes onze famílias são também apicultoras, três possuem membros monitores do PSA e dois ACRs. E, com a finalidade de obter-se uma amostragem controle, foram também entrevistadas cinco famílias de agricultores, compreendendo dezoito pessoas, que não participam do PSA.

As famílias entrevistadas possuem apenas um estabelecimento agropecuário. Todas são proprietárias de suas terras que compreendem 0,4 a 4 ha e, segundo informações obtidas na prefeitura local, a maioria dos estabelecimentos agrícolas localizados no município está na faixa de 0,3 a 9 ha. Todos os estabelecimentos são geridos pelos membros das famílias e apenas um possui um trabalhador assalariado.

Os agricultores estão envolvidos com o PSA em média de 7,4 anos e desenvolvem campos de cultivo em policultura na faixa entre 1 mil a 5 mil m². Aqueles que são adeptos ao PSA desde o início cultivam a policultura além do espaço determinado pelos técnicos (1.000 m²). Observa-se também que a maior parte dos entrevistados, mesmo aqueles que dispõem de uma área maior, possui uma policultura de apenas 1.000 m², como pode ser verificado no Gráfico 1.

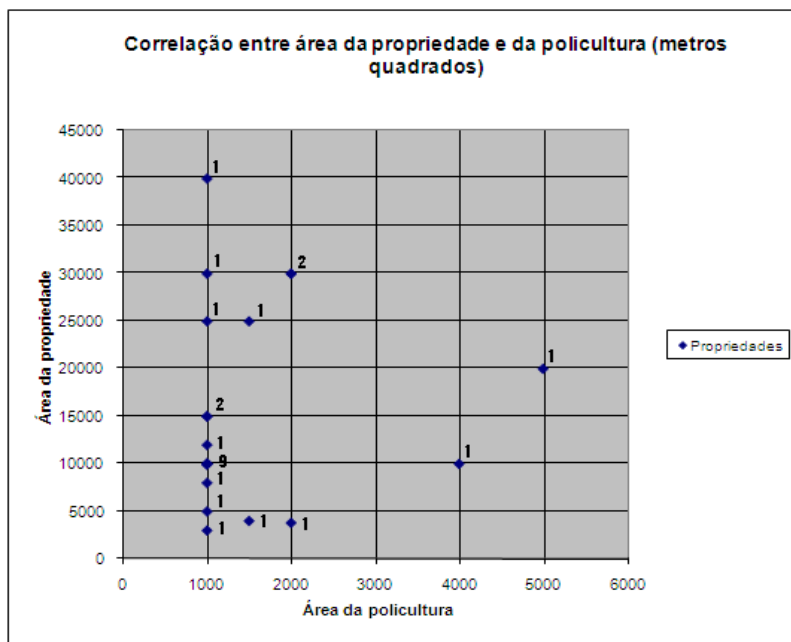


Gráfico 1: Correlação entre área da propriedade e área da policultura em m².

Abaixo, no Gráfico 2, é apresentado o perfil etário dos membros das famílias entrevistadas policultoras e não policultoras, correlacionado com seus níveis de instrução. Contatou-se que, em média, o número de pessoas de cada família morando na propriedade é de 4,5, havendo uma predominância de pessoas na faixa etária de 36 a 45 anos.

Verifica-se que a maioria da população possui apenas o ensino fundamental e que há um grande número de pessoas analfabetas a partir dos 46 anos. Já abaixo de 36 anos inexistem analfabetos. Todas as crianças e jovens com até 15 anos frequentam a escola. Porém, nas faixas etárias entre 15 e 25, e entre 26 e 35 anos, há uma grande evasão escolar, que é quando os jovens, principalmente os homens, abandonam a escola antes de completarem o ensino fundamental ou cursarem o ensino médio para trabalhar em cidades próximas mais urbanizadas objetivando conquistar sua independência financeira e/ou ajudar nas despesas familiares. E, por isso, é verificado um vazio demográfico nas faixas etárias acima referidas. Com relação às mulheres, há uma preocupação maior em terminar os estudos antes de trabalhar ou mesmo

conciliar os dois.

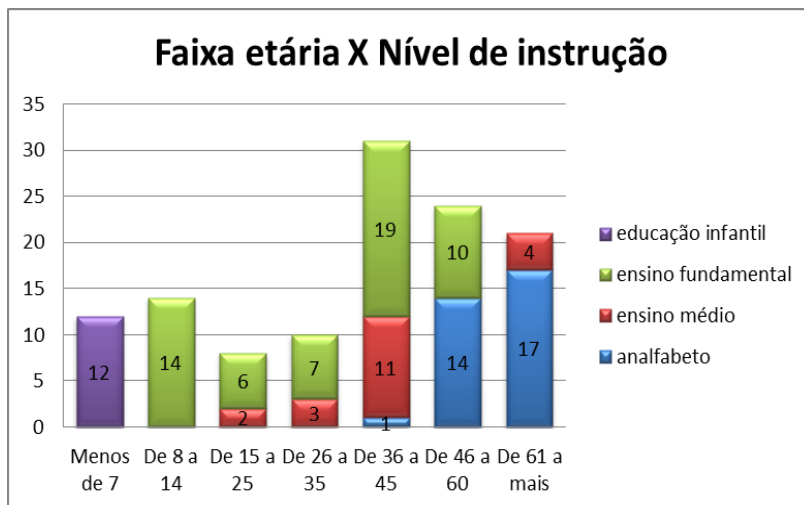


Gráfico 2: Perfil etário e nível de instrução da população residente nas propriedades entrevistadas de policultores e não policultores.

Quando perguntados sobre seus planos para o futuro, nota-se que nas faixas etárias de 15 a 25 anos e de 26 a 35 anos, apenas dois jovens pretendem sair da propriedade. Estes afirmam não ter vocação para trabalhar com a terra e gostariam de tentar viver nas cidades próximas, como Jacobina. O número de evasão da propriedade parece pequeno, mas quando perguntados se outras pessoas da família saíram da propriedade observa-se que seus irmãos abandonaram a terra para viver nas cidades de Salvador e Jacobina por não verem perspectivas de melhora da condição de vida nesta região e pela busca de uma perspectiva econômica ascendente. Desta forma, estes jovens que preferiram ficar na propriedade são a exceção do que geralmente acontece no campo. Estima-se que em cada família houve abandono da propriedade por três jovens e dois adultos (na maioria, homens).

Das jovens entrevistadas, a maior parte diz que gostariam de permanecer, *a priori*, na região, pois têm como prioridade o casamento. Estas possuem uma visão conservadora sobre o papel que a mulher exerce na família, cuja função, segunda elas, é restrita à atuação nas atividades domésticas e no cuidado com os filhos. Esta situação vai de

encontro com a tendência mundial de masculinização do campo, onde as mulheres tendem a sair das propriedades buscando uma independência financeira e, também, a valorização do seu trabalho, que muitas vezes não é reconhecido nas propriedades em que residem (SPANEVELLO, 2008).

Já a minoria das jovens entrevistadas tem como objetivo a continuação de seus estudos no nível superior e estas reclamam do contínuo fechamento de escolas agrícolas da região e falta de espaços culturais. Alegam que gostariam de sair da região após completarem o ensino médio para cursar faculdade e trabalhar em cidades próximas mais urbanizadas tanto para ter uma condição de vida melhor quanto para “ampliar seus horizontes”. Elas se questionam sobre as funções que a sociedade tradicional estipula como pertencentes à mulher, ou seja, àquelas apenas de caráter doméstico.

O gráfico mostra também um processo de envelhecimento da população, tendência esta não só presente em Umburanas, mas em grande parte dos espaços rurais (SPANEVELLO, 2008). Os entrevistados acima de 30 anos de idade não têm intenção de sair da propriedade. Alguns alegam ter afinidade com a terra e outros afirmam que gostariam de permanecer na propriedade por não terem estudos nem perspectiva de outro emprego nas cidades próximas. Porém, 29 pessoas (dentre os 53 dos prováveis próximos sucessores na gestão das propriedades) dizem que não têm intenção de assumir a gerência da propriedade, pois preferem trabalhar na cidade de Umburanas no setor de serviços e alguns afirmam não gostar do trabalho com a terra. Os últimos acham que a atividade agrícola no sertão não tem uma relação de custo-benefício favorável a eles. O que pode significar um comprometimento da sucessão da chefia dessas propriedades e, por consequência, um comprometimento de sua reprodução social familiar no meio rural; o que vem sendo verificado como uma tendência no meio rural brasileiro (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010) (SPANEVELLO, 2008). Além disso, os agricultores que gerenciam a propriedade estão, em sua maioria, há mais de 15 anos nesta função. Desta forma, verifica-se a importância dos idosos nesta região, tanto para a complementação de renda com a aposentadoria quanto para a manutenção da propriedade.

Dentre as pessoas entrevistadas pertencentes às famílias policultoras, dezenove delas (o que corresponde a 19,7% do total) alegaram que retornaram à propriedade após o envolvimento do grupo familiar com o PSA, pois estes reconheceram no projeto e nos

resultados que a família já havia obtido uma oportunidade para ter uma melhor condição de vida sem precisar sair de suas propriedades.

Verifica-se, portanto, dois movimentos migratórios dos jovens: o primeiro, evidenciado em todo Brasil, de saída das propriedades em busca de melhores condições de vida e o segundo é um movimento de retorno, motivado pelos resultados favoráveis do PSA sobre a reprodução social de suas famílias no semiárido.

Das vinte e cinco famílias entrevistadas apenas cinco estabelecimentos são gerenciados pela mulher. Isso porque, na grande maioria das vezes, tanto nas propriedades em estudo quanto no meio rural como um todo, tende-se a deixar as mulheres à margem da herança da terra, privilegiando os homens nesta partilha (SPANNEVALLO, 2008) (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010). As mulheres apenas têm a gerência da propriedade quando ocorre morte de seus maridos ou quando não há sucessores homens residentes na propriedade e assumem a liderança do estabelecimento agrícola quando o marido está fora da propriedade trabalhando em grandes estabelecimentos agrícolas em época de safra (neste último caso a liderança é temporária).

As famílias entrevistadas possuem renda menor que 1 ou entre 1 a 2 salários mínimos, dentre policultores e não policultores. Com relação às famílias adeptas ao PSA, sua renda é composta por atividades como agricultura, pecuária, aposentadoria, atividades não agrícolas (motos-táxis, cozinheiras, servidores públicos, mecânicos e pedreiros) e através de programas sociais como o Bolsa Família, como pode-se verificar no Gráfico 3. As famílias que possuem renda maior que um salário mínimo têm como primeira fonte de renda empregos não agrícolas (28%) ou recebem aposentadoria (36%), e aquelas que vivem da agricultura (36%) não passam de 1 salário mínimo. Pode-se observar, portanto, a importância da aposentadoria para as famílias entrevistadas, confirmando a constatação de Gomes (2001) sobre a função da política previdenciária rural na composição da renda dessas famílias. É perceptível também a importância da pluriatividade para essas famílias como complemento à renda familiar, assim como é registrado uma tendência mundial neste sentido (SCHNEIDER, 2007) (WANDERLEY, 2000).

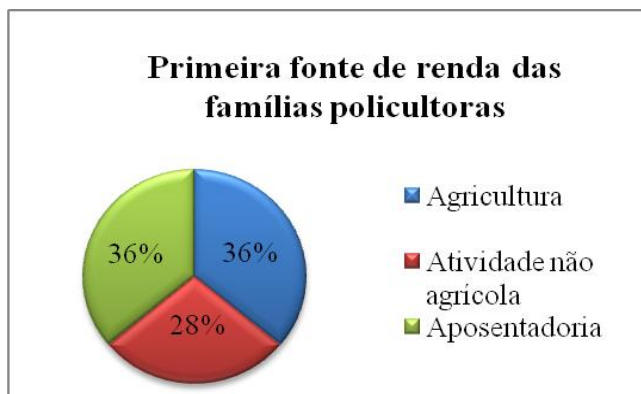


Gráfico 3: Primeira fonte de renda das famílias policultoras.

Como segunda fonte de renda (ou renda complementar), demonstrada no gráfico 4 abaixo, aparece com mais evidência a agricultura, em 40% dos casos, seguida do programa social com 32%. O que demonstra a importância do Bolsa Família como complemento de renda dessas famílias. A pecuária apenas aparece como segunda fonte de renda e chega a ser menor do que a porcentagem correspondente ao programa social.

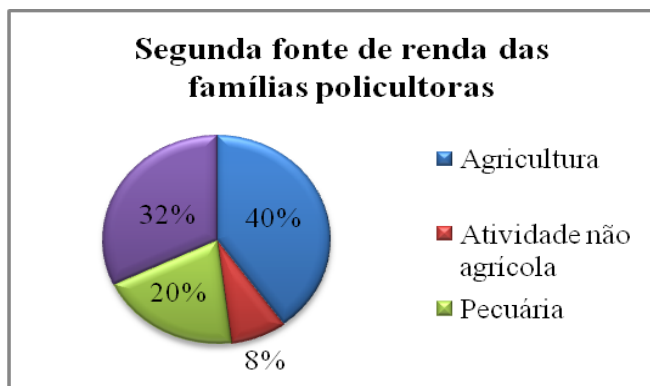


Gráfico 4: Segunda fonte de renda das famílias policultoras.

Diante dos dados socioeconômicos expostos, observa-se que o público-alvo desta pesquisa possui uma condição de vida precária e concentra-se nos níveis mais baixos da pirâmide socioeconômica.

Porém, verificam-se condições melhores de vida das famílias policultores em relação àquelas não adeptas ao PSA, pois nota-se que estas vivem com uma renda¹⁰ inferior a das famílias policultoras. Isso porque o manejo de uma gama maior de espécies e inserção de novas atividades produtivas como a criação de abelhas e beneficiamento de frutas representam para as famílias adeptas ao PSA um importante complemento à renda. Assim como, é observado nas propriedades dos agricultores não policultores, uma quantidade e variedade de alimentos disponíveis para o consumo familiar muito inferior àquelas propriedades que realizam o manejo de espécies em policultura. Observou-se também que a aposentadoria e as atividades não agrícolas das famílias não policultores são mais relevantes na composição da renda do que a agricultura (Gráfico 5).

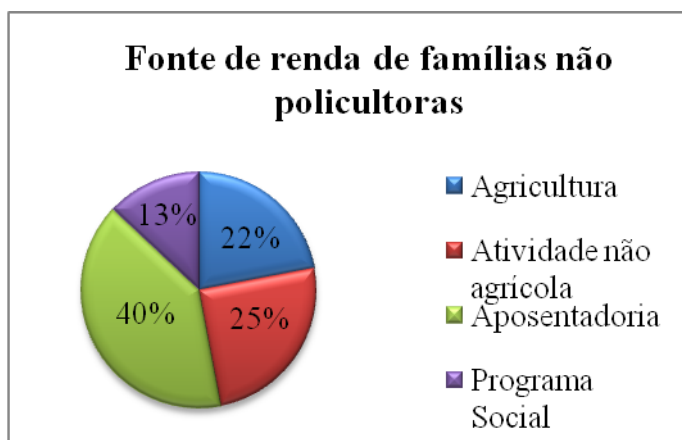


Gráfico 5: Fonte de renda de famílias não policultoras.

Segundo esses dados fica notório também que os agricultores entrevistados podem ser classificados como agricultores familiares segundo a lei 11.326 (24.07.2006) (BRASIL, 2006). Os agricultores entrevistados enquadram-se nos quatro critérios estabelecidos por esta lei: deter área não superior a quatro módulos fiscais; utilizar

¹⁰ O cálculo da renda das famílias policultoras e não policultoras foi realizado de modo qualitativo, onde eram analisados dois aspectos: os relatos dos agricultores sobre o valor de sua renda aproximada e a gama de produtos que esses agricultores produzem destinados à comercialização.

predominantemente mão de obra familiar na execução das atividades agropecuárias; ter renda familiar predominantemente do estabelecimento agropecuário; dirigir o estabelecimento contando com a participação da família.

6. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA GESTÃO PARTICIPATIVA ENTRE OS POLICULTORES DE UMBURANAS

Neste capítulo serão analisados os resultados da pesquisa tendo em vista o conceito de gestão participativa, que, como explicitado na revisão da literatura, possui diversas dimensões e indicadores (como pode ser visto no Quadro 2), e que ao final da pesquisa serão confrontados com as hipóteses de trabalho.

CONCEITO	DIMENSÕES	INDICADORES
Gestão Participativa	a. Relações sociais	a.1 Grau de equidade nas relações
		a.2 Ocorrência e mediação de conflito
	b. Participação social	b.1 Significado e importância
		b.2 Nível de participação (regional e local)
		b.3 Empoderamento
	c. Organização social	c.1 Eficiência com relação ao alcance dos interesses do grupo
		c.2 Eficiência no planejamento e execução de suas ações
		c.3 Representatividade
		c.4 Capacidade de gerar recursos próprios e geri-los
		c.5 Renovação das liderança - surgimento de novas lideranças
		c.6 Independência na tomada de decisões

Quadro 2: Dimensões e indicadores do conceito de Gestão participativa.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do modelo de análise de Quivy e Campenhoudt (1998).

Abaixo serão explicitados os resultados das entrevistas e análises referentes a cada dimensão.

a. Relações sociais

Foram acompanhadas algumas reuniões da Associação de Policultores e notou-se que todos têm uma relação de proximidade com a maioria dos membros, inclusive os pertencentes à comissão da

Associação (secretária, presidente, tesoureiro e consultores). Esta relação dá-se horizontalmente, visto que, mesmo com as hierarquias presentes na organização em função dos cargos estabelecidos, não foi constada ou relatada práticas de autoritarismo.

Nas entrevistas, os membros da associação dizem que nenhum integrante é mais importante que o outro nas reuniões. Todos têm o mesmo poder de voto e de expor suas opiniões, assim como, de participar de todas as etapas de trabalho da associação. E no tocante às relações sociais comunitárias e familiares, foram observadas relações de reciprocidade, materializadas na forma de mutirões entre amigos e vizinhos mais próximos. Como pode ser verificado no depoimento a seguir:

“Ninguém tem mais voto que ninguém lá, todos têm peso igual, o que acontece é que no dia da votação quem comparecer vota e quem não aparecer fica de fora mesmo (...) a gente se organiza, os vizinhos ou mesmo os membros da associação pra fazer uma melhoria no campo de alguém que esteja precisando” (agricultor da família 3)

Esta situação resultou, entre os membros da Associação, na manutenção da confiança, na consolidação de um sentimento de união, de responsabilidade e de identidade do grupo importante para o fortalecimento da organização social, como ressaltado na literatura por Sabourin (2000).

Embora os discursos sejam contundentes para expressar relações sociais de solidariedade, há conflitos. Foram acompanhadas algumas reuniões da associação e nestas surgiram uma série de conflitos entre os membros, tanto com relação à administração dos recursos captados com o Ministério do Meio Ambiente, quanto com relação ao problema de falta de participação dos membros na construção da fábrica de beneficiamento de frutas. Estes conflitos são mais frequentes entre a atual presidenta e o ex-presidente da associação.

Contudo, como exposto por Freire (2006) e Gandin (1994), os conflitos são parte importante do processo de participação e são benéficos para a renovação de ideias e manutenção dos objetivos das organizações. No caso da Associação, a maneira com que seus membros e, principalmente, a presidenta, tratam as opiniões divergentes é de forma a procurar um consenso através da argumentação e, quando

necessário, utiliza-se a votação. Este fato constitui parte imprescindível na estruturação da gestão participativa no seio da organização comunitária, visto que o processo de participação, segundo Freire (1992), envolve um exercício de convivência com realidades e verdades diferentes, muitas vezes, conflitantes.

Esta situação de mediação de conflitos pode ser verificada no depoimento a seguir:

“Existem conflitos sim, mas a gente faz umas rodas para cada um explicar o seu ponto de vista e depois a gente vota (...) nem sempre são as mesmas pessoas, mas tem gente lá que gosta de ser do contra, mas não atrapalha não, a gente encontra consenso na grande maioria das vezes (...) Vejo que a nossa presidenta tem um cuidado com isso, ela tem jeito para mediar essas situações, ela não impõe a vontade dela não, ela argumenta e a gente também. E quando mesmo com as rodas a gente não se entende, a gente vota ou procura outras soluções para o problema que está causando as opiniões contrárias.”
(agricultor da família 4)

No que diz respeito ao âmbito familiar, os jovens e as mulheres de 21 das 25 famílias entrevistadas inseriram-se nas novas atividades produtivas com o beneficiamento de frutas e hortas. E, nos 5 estabelecimentos agrícolas em que as mulheres são proprietárias, elas trabalham em todas as atividades, desde o planejamento até o plantio. Este aumento da participação das mulheres na produção de alimentos e na gerência dos recursos da propriedade também é evidenciado por movimentos feministas a partir dos anos 1960, como relatado por Alessandra de Grandi (1999).

A reestruturação da divisão do trabalho veio acompanhada do ganho de espaço no processo decisório nas propriedades; gerando, assim, condições para a estruturação de uma democratização entre gênero e geração, e uma gestão mais participativa, principalmente no que diz respeito à gerência de atividades ligadas à produção para o autoconsumo. O que torna a gestão participativa um elemento importante para a estruturação da SAN dessas famílias. Os depoimentos abaixo ilustram esse processo.

“Agora a família participa de mais coisas na

propriedade (...) a mulher cuida da horta e da alimentação e dá uns pitacos no planejamento da propriedade também, e os filhos trabalham no beneficiamento, eles gostam também de fazer o mapeamento e quando eu faço um planejamento os meus filhos gostam de participar (...) Essa nova organização aqui dentro do sítio fez com que a gente pudesse fazer mais coisas, como o beneficiamento, as hortas, a criação de abelhas, e isso ajudou muito a melhorar nossa alimentação.” (agricultor da família 12)

“Cuidava só da comida, né?! De preparar a comida com o que o meu velho conseguia trazer de alimento. Mas só me preocupava com isso. Muita coisa era comprada no mercadinho, mas agora a gente produz muita coisa aqui, até verdura aqui a gente produz que a gente não comia antes. Mas aí fui vendo que eu também posso participar de outras coisas, vi isso quando a gente começou a fazer o beneficiamento de frutas e chamei meu garoto pra ajudar, e quando a gente foi na oficina de planejamento da propriedade, fui dando meu pitacos com meu marido e agora faço junto com ele o planejamento do que vai ser plantado, quando vai ser plantado e aí vai, né?! (...) (agricultor da família 10)

“Antes eu só cuidava do meu filho menor e fazia a comida para o meu marido. De uns anos para cá, com a entrada do PSA nas nossas vidas, vi que podia fazer mais para nossa família e melhorar as condições de vida da gente também, ajudando meu marido e fazendo hortas, beneficiando frutas e participando do planejamento do sítio.”

O gerenciamento mais participativo e a reestruturação da divisão do trabalho no âmbito da propriedade foram, na maior parte dos estabelecimentos entrevistados, bem recebidos pelos chefes da propriedade, pois estes mostraram-se satisfeitos com a maior interação entre os membros da família e com os resultados de seus trabalhos. Como pode ser observado no depoimento a seguir:

“Envolver toda a família dentro do trabalho é bom porque quando a gente faz o trabalho

sozinho a família fica esquecida, a mulher não tem conhecimento, os filhos não têm conhecimento do trabalho dentro do campo, mas quando envolve toda a família é muito bom (...) Foi muito bom este trabalho com toda a família junto, divide o trabalho, não fica tudo nas minhas costas e a gente tem uma integração maior agora.” (agricultor da família 12)

“Eu até estou achando bom que eles (a sua esposa e seus filhos) participem mais dos trabalhos aqui, eu tava precisando muito que meu filho me ajudasse, mas ele não se interessava pelas coisas daqui da propriedade, mas como a gente resolveu fazer uns mapas para planejar melhor a propriedade, os períodos de colheita e o que plantar, e o meu filho gostou disso e está fazendo junto comigo. É bom porque eu já estou velho. Estou com a cabeça fraca para essas coisas de planejamento (...) A mulher também faz a policultura e está fazendo horta, também planeja a propriedade junto comigo e vai nas reuniões da associação comigo e também dá suas opiniões lá (...) ela não fazia isso antes” (agricultor da família 4)

O estabelecimento da gestão mais participativa no âmbito da propriedade contribuiu para a valorização e reconhecimento de capacidade das mulheres em protagonizar os espaços de decisão e de produção, podendo contribuir para a desconstrução de um modelo patriarcal de gestão dos estabelecimentos e uma relação mais horizontal entre os membros da família. Assim como, evidencia-se a importância do gênero feminino na segurança alimentar e nutricional das famílias, que antes da atuação do IPB restringia-se apenas ao preparo dos alimentos, e agora contempla também a produção dos mesmos.

Esta situação de reconhecimento do trabalho da mulher e de sua importância na segurança alimentar da família, assim como o potencial motivador do processo de participação, podem ser percebidos no depoimento a seguir:

“Foi um clique: para dar conta das novas atividades a gente foi devagarzinho se organizando dentro da nossa propriedade de

forma mais participativa, e isso me motivava ainda mais a continuar porque via que meu trabalho era valorizado. Fico feliz também por poder ajudar na alimentação com mais força. Com essa nova organização eu não faço só a comida para eles, eu cultivo também alimentos que a gente nem pensava que poderia dar aqui no sertão como o que dá agora nas hortas, faço também o beneficiamento que é também para nossa alimentação. Me sinto orgulhosa em colaborar para uma alimentação melhor para os meus filhos. Nessa nova organização acho que acabei ficando responsável pela alimentação mesmo, e acho que as mulheres de outras famílias policulturas também ficaram mais nesta área aí de garantir a segurança alimentar da família.” (agricultora da família 10)

Já um expressivo número de jovens (dezenove no total dos trinta e sete jovens entrevistados), que antes não tinham envolvimento com o trabalho agrícola, passou a demonstrar interesse, principalmente pelo planejamento e mapeamento da propriedade, e são requisitados na atividade de beneficiamento das frutas, como pode ser percebido no depoimento abaixo:

“Eu ainda quero sair daqui fazer uma faculdade, mas agora eu penso em sair e voltar, quero sair pra estudar e aplicar na minha propriedade. Antes eu queria sair pra não voltar, a gente não tinha o que comer na seca e eu não me interessava pelo trabalho na roça, achava muito trabalho pra não ter retorno quase nenhum. Hoje gosto de fazer o mapeamento da propriedade e ajudo o painho no planejamento e, como fui nas oficinas de permacultura, eu aprendi a fazer o manejo do campinho (policultura) e faço isso com painho depois da escola” (agricultor da família 14)

Outros oito jovens voltaram para as propriedades depois de terem conhecimento dos resultados do aumento de renda e da segurança alimentar obtidos por suas famílias, após a adoção do cultivo de espécies em policultura. Este fato é corroborado pelo depoimento a

seguir:

“Eu tinha ido para Jacobina, era moto-taxi lá, ganhava um dinheirinho e mandava para minha família aqui, mas depois que soube que a policultura estava rendendo bons frutos eu voltei. Aumentou a renda daqui e a comida não falta mais porque a gente planta muita coisa e não precisa comprar tanta comida no mercado, aqui a gente tem quase tudo que a gente precisa, e então eu voltei e estou feliz aqui, voltando a ser agricultor” (agricultor da família 13).

Desta forma, evidencia-se um movimento contrário ao que geralmente é percebido no campo e relatado na literatura por Spanevello (2008): o de saída dos jovens em busca de melhores condições de vida fora de suas propriedades. Quando comparados com os jovens de famílias não adeptas ao PSA verifica-se que estes são unânimes em afirmar que se tivessem oportunidade de sair de suas propriedades para as cidades próximas mais urbanizadas eles o fariam, pois não veem na agricultura uma atividade que lhes possa proporcionar uma melhor condição de vida. Já muitos jovens das famílias policultoras, como mostrado acima, têm a intenção de continuar em sua propriedade e alguns voltaram a ela em detrimento dos resultados conquistados com a adoção da policultura e outras atividades produtivas.

Além do desinteresses dos jovens de famílias não policultoras com a atividade agrícola e com a sua propriedade, verificou-se também que essas famílias têm uma relação mais vertical entre seus membros, em comparação com as famílias policultoras.

As relações sociais caracterizadas pela mediação de conflitos e pelo maior envolvimento dos jovens e mulheres nas atividades produtivas e nas tomadas de decisões são resultados de transformações individuais sobre a noção de participação social. Esta dimensão do conceito de Gestão Participativa será analisada a seguir.

b. Participação social

A dimensão da participação social do conceito de gestão participativa foi analisada a partir dos seguintes indicadores: significado e importância, níveis de participação e empoderamento.

Dos sessenta e cinco agricultores membros da Associação dos Policultores, cinquenta participam das reuniões e muitos o fazem apenas votando, segundo a presidenta da associação. Os quinze restantes não

participam e só são avisados do que está acontecendo. Das vinte e cinco famílias entrevistadas na pesquisa, de um total de sessenta e cinco famílias membros da associação, apenas dez agricultores representantes de suas famílias dizem que dão opiniões e participam da execução do planejamento e das ações; os outros quinze restringem-se a sua participação com o voto. Os (as) donos (as) das propriedades se fazem presentes, acompanhados muitas vezes de suas esposas ou maridos.

Já os jovens destas famílias raramente aparecem nas reuniões. E verificou-se também que vinte e nove dos cinquenta e nove prováveis sucessores (entre jovens e adultos) à gerência das propriedades não pretendem se estabelecer na propriedade. Porém, é importante ressaltar que o êxodo nas famílias policultoras é muito menor do que nas famílias não policultoras, pois como dito anteriormente, há um movimento de volta de jovens às suas propriedades e de retomada de interesse sobre a atividade agrícola.

Nas entrevistas, percebe-se que as famílias de agricultores associados têm uma concepção de participação e gestão participativa distintas. Verifica-se a existência de dois grupos na associação. Por um lado, um grupo composto por quinze agricultores que concebe a participação social de forma mais passiva. Para estes, as iniciativas devem sempre surgir de outros membros com mais experiência política. Entendem participação como uma forma de gerir uma organização de maneira a respeitar as opiniões dos outros, de modo a sempre consultar as lideranças nas tomadas de decisões. Falam de participação como um instrumento de poder e veem unicamente o voto como forma de participar. E, isso pode ser classificado, segundo as tipologias de participação elaboradas por Pretty (1994), como detentores de uma concepção e prática de uma participação funcional. Ou seja, neste grupo o envolvimento não acontece nos estágios iniciais de planejamento e, por consequência, são altamente dependentes dos facilitadores e das lideranças. Como pode ser observado no depoimento a seguir:

“Eu participo votando (...) os membros da comissão fazem as propostas do que é possível fazer para se alcançar um objetivo e de como pode ser feito tal coisa, daí agente se reúne e vota. Sei que tem mais gente que participa da elaboração dos planos de ação, mas eu participo assim, votando. Acho que não precisam de mais gente para aquilo (se referindo ao planejamento das ações da Associação), se for muita gente vai

embolar (...) é melhor deixar para os mais explicados e que me parece que tem mais experiência com isso.” (agricultor da família 11)

Além disso, percebem a participação como um meio para se chegar a um objetivo, um processo no qual as ações em desenvolvimento podem ser mais eficazes. Este grupo tem a percepção da participação como ferramenta ou método. Vista nesta perspectiva, como propõe Boef e Thijssen (2007), o termo refere-se a um caminho a ser seguido para que as estratégias de desenvolvimentos tenham maior eficácia.

Por outro lado, o outro grupo, composto por dez agricultores, tem uma perspectiva mais interativa de participação social. Os membros participam das tomadas de decisões desde a elaboração do planejamento até a execução das ações independentemente de apoios externos, como o IPB. Os integrantes deste grupo percebem a importância da participação do grupo em todas as etapas. Referem-se à participação como um instrumento de poder e como forma de gerir os recursos locais de forma a favorecer a comunidade; e eles a veem não apenas como sinônimo de voto ou de presença nas reuniões da associação, mas como envolvendo-se também numa construção coletiva de projetos, planejamento e execução das ações. Este grupo tem uma percepção mais ativa da participação e, por isso, atua de forma mais parecida com que Pretty (1994) denomina de automobilização, onde os membros organizam-se e envolvem-se em todas as atividades.

Para estes agricultores, a participação não é apenas um meio para conquistar-se algo. Eles têm a participação como um objetivo, ou seja, percebem-na como um processo de empoderamento das pessoas pelo qual podem desenvolver suas habilidades para o domínio do território e do seu próprio desenvolvimento. Boef e Thijssen (2007) afirmam que esta concepção remete à compreensão, por parte do grupo, do processo pelo qual o indivíduo deve passar para ampliar suas habilidades e ter domínio do território e do seu desenvolvimento. O depoimento abaixo ilustra esta situação:

“Eu e mais uns 8 ou 9 participa mesmo. A gente se reúne nos dias certos e planejamos junto com os membros da comissão da Associação. Os outros só vêm para votar mesmo, quando já está tudo pronto, tudo pensado, tudo planejado. Eu participo também da execução das ações que são

decididas também, e acho muito importante isso (...), coisa que muitos outros não fazem. Acredito que esse processo que a gente está passando tem no seu final uma situação que a gente, os agricultores, seremos os promotores do desenvolvimento da região. A gente no final, quando todos ou a maioria estiver esclarecida, vamos estar conscientes de que é a gente que tem que se mobilizar e fazer acontecer, ter noção dos nossos direitos e não baixar a cabeça para esses políticos ou quem não queria que a não cresça. Vejo a participação com o fim da linha, como um objetivo que a gente tem que buscar para que a gente se desenvolva por nos mesmos.” (Agricultor da família 1)

Os agricultores falam também de suas percepções sobre a participação social antes e depois do envolvimento com o PSA. O que se verifica é que anteriormente não viam a participação com tamanha importância que veem atualmente. Outros afirmam que sabiam da importância deste conceito, mas reconhecem que não tinham conhecimento suficiente para organizarem-se e adquirirem recursos. Vejamos:

“Antes do PSA não tínhamos a capacidade de nos reunir, não sabia da importância de nos organizarmos. Isso parece óbvio para nós agora, mas antes não era, éramos conformados com a situação porque achávamos que não tínhamos jeito de viver bem no sertão, se quiséssemos viver bem tínhamos que ir para cidade grande (...) hoje sabemos que não precisamos ir pra lá pra viver bem, podemos nos organizar aqui, mesmo que isso seja devagar, demore bastante, mas alguém tem que começar.” (Agricultora e secretária da associação)

“Eu sou um dos fundadores da Associação e também um dos primeiros agricultores a entrar no projeto do IPB. O projeto nos ajudou a entender que podemos conseguir coisas a mais e melhorar nossa vida quando nos reunimos, daí fundamos a Associação. A coisa anda devagar, mas conseguimos algumas coisas e estamos muito

animados com a conquista da fábrica de beneficiamento de frutas, acho que agora vamos melhorar a vida das pessoas da comunidade” (agricultor da família 5)

Com relação ao nível de participação dos membros da associação, nas entrevistas contabilizou-se que seis agricultores já participaram de uma instituição política que age regionalmente, o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Piemonte da Diamantina. Estes começaram a participar por incentivo do IPB. Porém, apenas dois ainda participam e com pouca frequência, pois alegam que as reuniões são realizadas em Jacobina e em outras regiões do Piemonte da Diamantina e não possuem recursos financeiros para custear a hospedagem, alimentação e transporte. Quando perguntados se têm conhecimento das propostas do Conselho, os entrevistados não sabiam responder. Deste modo, verifica-se que não há uma relação direta da participação social local com a tomada de decisões no nível regional. Os agricultores agem apenas no nível local através da Associação de Policultores.

Já no âmbito da propriedade, vale lembrar que se observou uma maior participação da mulher e dos jovens nas atividades produtivas e no planejamento, indicando uma tendência à democratização nas relações de gênero e geração. No entanto, o poder decisório ainda é, majoritariamente, dos homens. As mulheres que estão participando mais do planejamento são aquelas que acompanham seus maridos nas reuniões da associação, o que sinaliza um interesse na gestão dos recursos da comunidade e um interesse na sua inserção nos espaços de participação da comunidade. Nas propriedades em que as mulheres são as proprietárias elas mesmas, juntamente com seus maridos, fazem o planejamento e lidam com as plantações.

Percebe-se também nos discursos que os agricultores sentem-se aptos, junto ao grupo, a mudar a realidade da comunidade. Afirmam que já fizeram algumas ações em direção a esse objetivo e avaliam que este movimento está apenas começando. Alegam que ainda estão aprendendo a lidar com a gestão participativa dos recursos da comunidade e que pretendem seguir nesta direção, pois afirmam obter bons resultados.

“Acho que estamos conseguindo muitas coisas, pelo menos a maioria dos objetivos da associação a gente está dando conta. E pode melhorar ainda mais, é que a gente está no começo, aprendendo a

lidar com essa coisa da participação mesmo e não enrolação como era nas outras associações que eu vejo por aí (agricultora da família 11)”

Pode-se perceber também nos depoimentos anteriores que os agricultores passaram por um processo de transformação individual e coletiva pelo qual o conceito de empoderamento preconiza. E, verifica-se entre os agricultores entrevistados, um certo empoderamento tanto com relação à dimensão local quanto à de suas propriedades. Os entrevistados tiveram uma reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição social, econômica e ambiental; além da reflexão sobre as mudanças desejadas para melhorar suas vidas e sobre as condições a serem construídas para que seus objetivos sejam alcançados. Assim como, verifica-se uma mudança de atitude que impulsiona o grupo às mudanças de práticas individualistas para ações de cunho coletivo, tanto na comercialização de produtos quanto na gestão dos recursos locais e, também, o alcance de objetivos estabelecidos para a conquista do espaço político, econômico e ambiental.

É importante destacar o caráter gradual do processo de desenvolvimento e de empoderamento, salientado por autores como Matos (2003). Este fato é verificado em campo à medida que os agricultores relatam o processo individual de mudança sobre a noção da participação e sobre o reconhecimento de sua importância, pelo processo coletivo de alcance dos objetivos com a gestão participativa da associação e quando afirmam que estão ainda em uma fase de aprendizado.

No que diz respeito à propriedade, é registrada uma mudança na forma de gestão dos estabelecimentos que indica certo empoderamento das famílias do seu espaço produtivo. Anteriormente, eram raros os agricultores que planejavam sua propriedade, a gestão era realizada de acordo com as demandas momentâneas. Após a adesão dos agricultores ao projeto Policultura no Semiárido, e por consequência, a adoção de novas atividades produtivas e manejo agrícola de diversas espécies, houve a necessidade de elaboração de um calendário de atividades do ano e mapeamento da propriedade e, isso os ajudou a planejar melhor suas propriedades e a empoderar-se dos seus meios de produção. Os agricultores, portanto, mostram-se mais conscientes dos fatores endógenos de produção, na medida em que fazem mapeamento e planejamento de suas propriedades para o ano todo, demonstrando certo

empoderamento dos recursos da propriedade.

Esse processo gradual de percepção da importância da participação e de busca pelo empoderamento resultou na organização de uma Associação de policultores, ou seja, teve consequência no âmbito coletivo, como será analisado no tópico a seguir.

c. Organização social

A dimensão Organização Social do conceito de Gestão participativa foi analisada segundo seis indicadores discutidos no decorrer do texto, sejam eles: eficiência com relação ao alcance dos interesses do grupo; eficiência no planejamento e execução de suas ações; representatividade; capacidade de gerar recursos próprios e gerir, renovação das lideranças (surgimento de novas lideranças) e independência na tomada de decisões.

Os entrevistados são membros (todos de origem rural) da Associação de Policultores, fundada há seis anos, com apoio dos técnicos do IPB por uma demanda dos próprios agricultores adeptos ao PSA. Estes, de maneira geral, mostram-se a par das diretrizes da associação, pois quando perguntados todos responderam um conjunto de objetivos e ações similares.

A Associação de policultores tem como objetivo o aumento de renda por meio da comercialização de produtos advindos do cultivo de espécies em policultura, da apicultura e do beneficiamento de frutas, assim como por meio da comercialização do gergelim diretamente às empresas de Salvador e São Paulo, garantindo uma menor dependência de atravessadores, tão comum entre os agricultores da região.

A Associação também busca oferecer capacitações aos agricultores e fortalecer a gestão participativa dos recursos da comunidade com a promoção de cursos e oficinas de associativismo, formação de liderança (tesoureiro, secretária, etc), formulação de projetos, tomada de decisão por consenso, entre outros (até o momento todos estes cursos e oficinas foram proporcionados pelo PSA). Foram realizadas capacitações sobre apicultura, artesanato, culinária, entre outras com o objetivo de diversificar as atividades produtivas das famílias. São também realizadas oficinas e capacitações para os agricultores sobre o cultivo de espécies em policultura, em viveiros e em hortas, bem como, sobre o beneficiamento de frutas com a finalidade de melhorar as condições alimentares. Outro ponto de ação dos associados é a produção de eventos, como a festa do gergelim (comemoração da safra do gergelim pelos agricultores da região), palestras e mutirões

como um meio de valorização dos produtos, da cultura local, dos agricultores e de divulgação da permacultura e da policultura.

No estudo de caso, percebe-se que o fenômeno de proximidade, como demonstra Sabourin (2000), é um elemento importante para o estabelecimento de uma organização mais efetiva. De modo que os atores possuem as mesmas problemáticas e um sentimento de pertencimento local que os estimulam a criar uma organização focada na melhoria de suas condições de vida. No caso da associação em estudo, verifica-se que a organização surgiu da necessidade de agricultores de comunidades vizinhas que apresentavam um conjunto de problemas em comum, a saber: insegurança alimentar, problemas na comercialização de seus produtos, baixa renda familiar, degradação ambiental, entre outros.

E, reforçando essa potencialidade de organização proveniente do fenômeno de proximidade, percebe-se também um efeito cíclico da participação nas relações sociais e, com consequências, na atuação dos membros na associação, como evidenciado na literatura por Matos (2003). Na medida em que os agricultores percebem que sua opinião é valorizada e que ela é importante para o processo de gestão, estes sentem-se identificados com o grupo e responsáveis pelas decisões tomadas e, por sua vez, sentem-se motivados a continuar participando e buscando novas soluções.

Com relação ao alcance dos interesses do grupo, os agricultores ressaltam terem realizado ações que geraram bons resultados, mas consideram que ainda podem melhorar, tendo em vista o aprendizado adquirido. O que pode ser verificado no depoimento a seguir:

“A gente fez cursos para melhorar a Associação de secretária, tesoureiro, comunicação, tomada de decisão por consenso, e outros cursos para aprender a fazer projetos para concorrer nos recursos (...) a gente está melhorando também na comercialização, agora a gente vende diretamente para empresas o gergelim (...) tem a festa também que valoriza a gente e o sertão (...) fizemos algumas coisa, né?! É o começo, estamos aprendendo, vamos fazer mais porque a gente está vendo que é assim que a gente aqui consegue alguma coisa” (agricultor da família 1)

Além disso, dez entrevistados afirmam que se houvesse a

participação mais efetiva de todos os membros da associação, comparecendo nas atividades e participando das reuniões, a situação poderia ser bem melhor.

No que se refere à eficiência no planejamento e à execução das ações previstas, alguns depoimentos indicam a ocorrência de atrasos por falta de mão de obra nas tarefas programadas pela associação. Alegam que os membros comprometem-se a comparecer nas atividades, porém não o fazem por inúmeros motivos (distância, atividades em suas propriedades, entre outros). Apenas 10 agricultores sempre estão presentes na realização das tarefas e afirmam que as atividades programadas pela associação são prioritárias. O depoimento a seguir ilustra essa situação.

"Ih! É difícil porque na hora de falar que vai todo mundo fala, mas quando chega a hora mesmo, poucos estão presentes, só os que têm vontade mesmo, os que não têm preguiça (risos), porque se fosse por causa de que a propriedade é muito longe ou porque não tempo (...) eu também não tenho e também moro longe, mas eu venho porque sei que é importante para todo mundo aqui. Isso que a gente faz é importante demais, se todos participassem da mesma forma que a gente seria bem melhor, a gente estaria com mais passos na frente com certeza" (agricultor 4)

Em relação à capacidade de gerar recursos, a Associação obteve o que alguns agricultores dizem ser o principal resultado da organização, ou seja, a conquista dos recursos do Ministério do Meio Ambiente para a construção de uma fábrica de frutas pelo próprio membros da Associação, que está em fase de construção. Esta fábrica tem a finalidade de processar frutas que são produzidas de forma abundante na região, como o umbu, goiaba, seriguela e cajá, para a produção de sucos, geleias, compotas e licores. Porém, o grupo apresenta desafios na gestão dos recursos conquistados, pois a comissão da associação tem dificuldades para controlar os gastos deste projeto. O que pode ser percebido no depoimento abaixo.

"A gente está fazendo a fábrica de frutas com o recurso do MMA, mas estou tendo dificuldade que registrar os gastos (...) o pessoal sai pra comprar as coisas que estão precisando para fabricar e

voltam com coisas que não estavam na lista, voltam com coisas que eles acham que precisa pra fábrica (...) eu já falei com Carlito (ex-presidente associação) que assim não vai ter como prestar contas com o MMA depois, mas ele fala que ele que tem experiência com isso e que ele que sabe o que precisa, ele não entende que depois a gente tem que prestar contas de tudo, não sei como vai ser isso (...) não quero tirar esse função dele porque todos elegeram ele pra isso, confiam nele pra isso, mas está difícil, já conversei muito com ele mas ele parece que não aceita que uma mulher jovem que diga pra ele o que fazer sabe?!" (presidente da Associação e agricultora da família 3)

A ponderação feita por esta liderança faz emergir o tema da renovação das lideranças. Embora alguns depoimentos coletados indiquem que os associados sintam-se representados pela diretoria (renovada em dois em dois anos). Percebe-se também alguns descontentamentos com relação ao fato da presidente ser uma mulher e jovem. Porém, a eleição da atual presidente evidencia uma mudança de padrões sociais patriarcais por parte da maioria dos membros da associação.

Outro fato também corroborado no estudo de caso e evidenciado por Freire (2006) é a independência nas tomadas de decisão pelo grupo proporcionada pelo processo de participação e empoderamento, rompendo assim, com práticas clientelistas tão presentes no semiárido nordestino. Os agricultores alegam de forma veemente sua independência política, ou seja, nenhuma instituição ou políticos têm influência nas decisões da associação. A grande maioria afirma com orgulho este fato. Afirmando que já ouviram falar de um grande número de associações que possuem vínculos com políticos ou partidos, entendendo este vínculo como a forma de conseguir recursos ou algum benefício. Os agricultores falam orgulhosos de não precisarem deste artifício porque conseguem, através dos seus esforços, recursos para modificar a realidade da comunidade. O depoimento a seguir ilustra essa situação.

"Isso eu posso falar por todos, alguns sabiam a importância da participação e organização, mas não sabia e nem tinha tempo para fazer

acontecer, outros não entendiam a importância e achavam que não se conseguia nada sem uma ligação com algum político da região (agricultora da família 7).”

7. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE OS POLICULTORES DE UMBURANAS

Nesta sessão são apresentados e analisados os resultados dos dados de campo com relação ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, como forma de identificar se houve mudanças na condição alimentar e quais mudanças foram estas. Buscou-se analisar também a relação entre essas transformações ocorridas no âmbito da propriedade com o cultivo de espécies em policultura e o gerenciamento participativo. O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN), como discutido na revisão de literatura, pode ser expresso pelas seguintes dimensões e indicadores (Quadro 3):

CONCEITO	DIMENSÕES	INDICADORES
SAN	a. Acesso aos alimentos em quantidade e saudáveis o ano todo	a.1 Alimentos em quantidade e variedade
		a.2 Aproveitar ao máximo os alimentos e o com máximo de modos de preparo
		a.3 Períodos de colheita diferentes
		a.4 Percepção do agricultor sobre a aparência dos alimentos
		a.5 Opção por alimentos mais saudáveis ou modos de preparo mais saudáveis ou nutritivos
	b. Poder de compra	b.1 Economização
		b.2 Alternatividade
	c. Utilização sustentável dos recursos	c.1 Preservação da caatinga
		c.2 Manejo agrícola não predatório
		c.3 Resgate de sementes crioulas, de espécies e receitas típicas

Quadro 3: Dimensões e indicadores do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do modelo de análise de Quivy e Campenhoudt (1998).

a. Acesso aos alimentos em quantidade e saudáveis o ano todo

Os agricultores estimam que, antes da adoção do cultivo de espécies em policultura, apenas 20% dos alimentos consumidos pela

família eram produzidos na propriedade. Anteriormente, apenas produziam-se mandioca, milho, feijão, galinha e ovos, que eram destinados prioritariamente para a comercialização; o que é verificado atualmente nas cinco famílias não adeptas ao PSA. Após a adoção do cultivo de espécies em policultura, do cultivo de hortas, beneficiamento de frutas e criação de abelhas (práticas descritas no Anexo 2), o percentual de alimentos consumidos advindos de suas propriedades aumentou para 90%. As famílias de policultores alegam que atualmente obtêm uma maior variedade e quantidade de alimentos em suas propriedades (o que pode ser verificado no Anexo 3, lista de plantas cultivadas atualmente nas propriedades). Assim como afirmam que, com a adoção deste tipo de cultivo adquiriram mais alimentos também para os animais mesmo nas épocas de estiagem.

Alegam também que as espécies cultivadas são adaptadas às condições locais e que estas possuem tempos de colheita distintos, garantindo o fornecimento de alimentos, tanto para consumo humano quanto para o animal, em todas as épocas do ano.

No que se refere às hortas, vinte famílias entrevistadas passaram a cultivar em seus quintais hortaliças e vegetais que não eram produzidos e nem consumidos anteriormente, modificando assim o hábito alimentar da família. O cultivo de hortas é uma atividade realizada pelas mulheres das propriedades envolvidas com o PSA que gerou externalidades positivas nas comunidades. Muitas famílias não participantes do PSA atualmente cultivam hortaliças em seus quintais influenciadas pelos bons resultados de seus vizinhos policultores.

Outra atividade adotada entre vinte das vinte e cinco famílias policultoras entrevistadas é o beneficiamento de frutas. A região possui um grande potencial de produção de frutas, como o umbu, seriguela, caju e goiaba, que são muito consumidos pela população local e comercializados na época da safra. Contudo, uma boa parte da produção que poderia ser consumida nos períodos de entressafra é desperdiçada. Tendo em vista esta situação, implantou-se a atividade de beneficiamento de frutas para a fabricação de geleias, compotas e sucos integrais para serem comercializados. As famílias que participam desta prática incluíram os jovens no processo e alegam que esta atividade representa para eles um aumento de renda e uma estratégia para a sobrevivência. Isso porque os alimentos processados podem durar, quando armazenados adequadamente, mais de um ano. Assim eles podem ser guardados e consumidos em épocas de seca. Isto é:

“A minha mulher e meu filho fazem o processamento de frutas para a gente comer e pra vender também (...) aqui na região se produz muito umbu, seriguela, caju, goiaba, era tanto que a gente não sabia o que fazer, estragava muito, daí o projeto ensinou a processar pra vender e para gente consumir em épocas de estiagem, agora a gente faz geleia, suco e compotas. Os frutos processados duram mais de um ano, a gente guardou muita coisa” (agricultora da família 10)

“A gente está processando as frutas também de forma artesanal, fazemos geleia, compotas e suco integral, fica muito bom, até vendemos os produtos (...) é que dá muita fruta aqui e a gente não sabia o que fazer, até desperdiçava, agora a gente tem esse alimento processado que dura nos períodos de seca, é uma segurança a mais pra gente.” (agricultor da família 7)

A prática do beneficiamento de frutas também resultou, portanto, em uma economização, no sentido de aproveitar os jovens e mulheres neste processo, uma “força de trabalho” que geralmente estava ociosa na propriedade, como pode ser observado no depoimento a seguir:

“Outra coisa boa do beneficiamento é que deu uma ocupação para o meu filho e minha mulher, que não se interessavam por nada do sítio, agora eles se interessam em fazer isso e também no planejamento” (agricultor da família 10).

Assim como a atividade de beneficiamento, as outras atividades produtivas, como a policultura, a criação de abelhas e o cultivo de hortas, também foram gerenciadas de forma mais participativa pela família. A inserção dessas atividades exigiu uma maior interação entre os membros da família tanto na execução dessas atividades quanto no planejamento, que antes era realizado somente pelo chefe de família. O que repercutiu, como foi dito no capítulo anterior, em uma valorização do trabalho da mulher e do jovem.

Outra prática adotada por alguns policultores é a criação de abelhas. Das famílias entrevistadas, quatorze criam abelhas e utilizam o mel para a comercialização e o consumo nas propriedades, o que lhes

proporcionou, portanto, um aumento de renda e de alimento para o consumo.

Vejamos alguns depoimentos que ilustram uma maior produção e acesso aos alimentos para o autoconsumo com a prática das novas atividades produtivas:

"Todos ainda plantam milho, feijão, mandioca e mamona, é o básico, até pra não perder a ajuda do governo (se refere ao seguro à safra), mas agora a gente tem os nossos campinhos (se referindo à policultura)(...) e lá a gente tem um grande variedade de plantas pra gente comer e para o animal comer também, é bonito de vê, né?!... a gente tem aqui uma quantidade grande de frutas, temos a manga, banana, pinha, cajú, siriguela, acerola, cajá, umbu, tangirina, laranja, jaca, umbu-cajá, iiii tem tanta coisa! temos gergelim, palma, neen, glirerídea, andú, eucalipto, jatobá, cisal, fuxico, cerqueira, taburio e mais outras (...) eu faço horta também e viveiros, aprendi com o projeto... e faz muita diferença, nossa alimentação melhorou muito (...) sou apicultor também e o mel das minhas abelhas a gente come, é muito bom, a gente não compra mais açúcar usa o nosso mel, e sobra um pouco para vender também." (Agricultor da família 4);

"A gente faz horta também, minha mulher faz, isso ajuda muito nossa alimentação né?! Agora preciso comprar menos coisas (...) fazemos a policultura que nos dá muitos alimentos para minha família e para os animais o ano todo com variedade e quantidade, e qualidade também. Tem também o processamento de frutas feito pela Angela e o Pedro (esposa e filho do agricultor) que além de nos dar uma renda é também um alimento a mais para gente, principalmente nos tempos de seca porque essas frutas processadas a gente pode armazenar por bastante tempo, uns 2 anos. Agora a gente produz muita coisa para o consumo da gente, e antes dava vegonha, tudo era para vender e o tudo que eu estou falando era só macaxeira (mandioca), milho e mamona." (Agricultor da família 5).

No que se refere ao quesito nutricional do conceito de SAN, não se pode afirmar que houve melhora concreta na dieta alimentar das famílias, pois não foram analisados os componentes de cada alimento produzidos nos campos de policultura, hortas e por outras atividades. Mas pode-se afirmar que houve a incorporação de alimentos essenciais para uma boa condição alimentar e que não eram consumidos por essas famílias, assim como pelo sertanejo em geral, como hortaliças, vegetais, mel e frutas; repercutindo diretamente nas condições nutricionais de sua dieta.

Já com relação à percepção sobre a aparência dos alimentos, a maioria das famílias (vinte dentre as vinte e cinco famílias entrevistadas) afirma que os alimentos produzidos nos campos de cultivo de espécies em policultura parecem-lhes mais vivos e com mais vigor do que aqueles produzidos nos campos de “monocultura”. Os outros cinco agricultores notam apenas diferença na quantidade e variedade dos alimentos produzidos, e não em termos de qualidade aparente dos alimentos; porém alegam que os produtos da policultura são mais saudáveis porque não são utilizados agrotóxicos em seu cultivo.

Além disso, verifica-se uma tendência, ocorrida após os cursos de culinária oferecidos pelo PSA, de preferirem o preparo dos alimentos de forma mais saudável (substituindo o açúcar pelo mel, por exemplo), de aproveitarem integralmente os alimentos e de prepararem receitas de forma mais nutritivas. Além dos resultados positivos na alimentação das famílias, estes cursos também proporcionaram uma manutenção da identidade cultural ao resgatar receitas típicas do sertão e o “saber fazer” que havia sido perdido ao longo das gerações. No Anexo 4 pode ser verificada uma lista de pratos típicos do sertão que agora são elaborados pelas famílias.

O depoimento abaixo expressa a aprendizagem de novas práticas no preparo dos alimentos:

“Eu aprendi com o projeto a preparar mais pratos com os produtos que a gente tem na propriedade e que são típicos do sertão, é muito bom.” (agricultora da família 10)

“Aprendi a aproveitar melhor os alimentos; então dá mais e aprendi a fazer mais comida com os alimentos que a gente tem na propriedade”

(Agricultura da família 9)

"Com o curso do projeto aprendi fazer umas coisas para comer mais nutritivas; o bejú agora eu faço com cenoura ou beterraba, aproveito a semente da abóbora para fazer farinha ou torrar para comer na salada e muitas coisas mais."

(agricultora da família 7)

"Eu aprendi a fazer pratos que já estava esquecido por muitas pessoas aqui e aprendi a fazer eles mais nutritivos também, aproveitando mais dos alimentos e colocando outros na receita para ficar mais nutritivo" (agricultora da família 11)

Desta forma, percebe-se que, com as novas atividades produtivas, e muitas delas ligadas às técnicas permaculturais, os agricultores alcançaram a dimensão da SAN com relação ao acesso aos alimentos em quantidade, variedade e qualidade. Além disso, os agricultores alegam que as novas atividades, como apicultura, beneficiamento de frutas e cultivo de espécies em policultura, resultaram em economia e em aumento de renda. O que repercutiu no aumento do poder de compra das famílias, uma das dimensões da SAN, como pode ser visto do tópico a seguir.

b. Poder de compra

A produção para o autoconsumo, que na experiência em estudo é realizada principalmente pela policultura e cultivo de hortas, atende não apenas às necessidades alimentares das famílias, mas envolve também um processo de empoderamento e de autonomia do processo de produção frente aos atores externos (MENASCHE, 2007). Isso porque ela auxilia na estabilidade socioeconômica das unidades familiares, pois é capaz de compensar as épocas de baixo rendimento, variações ao longo do ano e colabora para a *economização* (GRISA, 2007).

A *economização* refere-se ao aproveitamento de recursos humanos, vegetais e animais originários da propriedade, de modo a otimizar o seu uso e diminuir gastos com materiais externos, aumentando assim o poder de compra da família. Os policultores ressaltam que não compram tanto produtos externos como anteriormente, como evidenciado nos depoimentos abaixo, entre os quais sementes e alimentos para consumo, pois são produzidos e armazenados na propriedade atualmente. Além de não utilizarem

agrotóxicos e maquinários, pois alegam que a policultura não necessita. Adicionando-se a isso, a policultura, baseada nos princípios da permacultura, tenta otimizar o espaço e os recursos da propriedade, tornando o espaço de produção o mais sustentável possível, diminuindo a necessidade de recursos provenientes de fora da propriedade, seguindo práticas registradas do Anexo 2. Esse conjunto de ações resultou em uma grande economia para as famílias, como pode ser verificado no depoimento a seguir:

“Ah! A gente ainda tem que comprar muita coisa, não vou dizer que com a policultura a gente não tem que pegar nada de fora, tem sim (...) mas melhorou muito (...) eu faço horta então esses produtos de horta não precisa comprar, o tomate, folhas, temperos e aí vai, a gente trata a abelha também então açúcar a gente não compra mais, e o mel é muito melhor que o açúcar, e o campinho dá muita fruta que a gente processa, come ou armazena pra comer em época difícil e vende também porque dá muita fruta. E a policultura também dá muitos alimentos pra gente que a gente antes tinha que comprar, essa atividade está sendo muito boa pela economia que a gente faz e por muitas outras coisas.”(agricultora da família 21, dona da propriedade).

“A renda melhorou, porque não uso químico na minha propriedade e não preciso comprar muita coisa pra alimentar minha família, porque agora eu produzo produtos diferentes o ano todo. Estou até tratando de abelha, sou apicultor também, isso eu consegui com o projeto também (...) agora também sei que a minha propriedade é o que eu preciso, aqui eu posso alimentar minha família. Agora eu compro alimentos que complementam o que eu produzo aqui, o sal é um deles” (Agricultor da família 6)

“Estamos vendendo mais coisas, isso está dando uma renda a mais pra gente: o gergelim que aumentou a produção, o mel, as frutas processadas, dá pra fazer mais dinheiro (...) Além disso, a policultura não precisa de muitas coisas pra dar certo, então não preciso comprar agrotóxico e nem usar máquinas. E tem outra

coisa a policultura me ensinou a aproveitar ao máximo o que eu tenho na propriedade, otimizar o meu espaço e os meus recursos, então não compro muita coisa de fora pra sustentar minha plantação, não precisa, tento fazer o meu sítio o mais sustentável possível" (agricultor da família 4).

Este aumento de renda representou um aumento de aquisição de alimentos nos mercados locais e também de investimento fora da propriedade, particularmente para aqueles que possuem estabelecimento comercial ou casa na cidade de Umburanas, ou mesmo melhorias nas propriedades ou em aquisições de artigos de uso pessoal.

Verifica-se também, que em todas as propriedades entrevistadas que adotaram a policultura como um sistema de produção para o autoconsumo e novas atividades produtivas, faz-se uso da estratégia de *alternatividade* da produção. A função de alternatividade remete à flexibilidade da produção de autoconsumo que pode ser destinada tanto para o consumo interno quanto para a comercialização (GARCIA, 1989). No caso dos policultores de Umburanas, os produtos que têm essa característica são os feijões, as frutas, o amendoim, os alimentos produzidos nas hortas e os ovos.

A estratégia de alternatividade pode ser acionada em períodos de seca quando é frequente a perda de safra nos campos de plantio convencional, garantindo a estabilidade socioeconômica e alimentar, e para a aquisição de alimentos complementares aos produzidos na propriedade, como o sal dito pelo agricultor no depoimento acima. Desta forma, pode-se dizer que uma das funções da produção para o autoconsumo é a minimização da pobreza rural, como corroborada na literatura por Maluf *et al.* (2000).

Foi verificado também nas entrevistas a função de manutenção da identidade cultural deste tipo de produção, que é evidenciada na literatura por Maluf *et al.* (2000) e Grisa (2007). Esta função pronuncia-se a partir do momento em que o indivíduo reconhece-se como agricultor ao conseguir sustentar sua família com esta atividade e reconhece-se como sertanejo quando consegue praticar esta atividade com os recursos locais disponíveis. E especialmente a policultura, baseada nos princípios da permacultura, promove uma (re) conexão entre homem, trabalho e natureza, e desenvolve uma identidade de

agricultor sustentável ou policultor, como pode ser vista no tópico a seguir.

c. Utilização sustentável dos recursos

Os agricultores falam que um dos principais ganhos com a adoção do cultivo de espécies em policultura é a mudança de percepção sobre sua atuação na natureza. Os policultores ressaltam que a natureza era vista anteriormente como um recurso a ser explorado, e atualmente eles trabalham em uma perspectiva de coprodução com a natureza, respeitando os seus modelos de produção.

“Eu já tinha alguns conhecimentos, sabe de algumas coisas que não pode fazer, as queimadas, mas não sabia fazer diferente, né!? Achava eu que só tinha aquele jeito de tratar a terra. Eu tava enganado. Quando a gente começa a participar deste processo a gente começa a ver tudo de maneira diferente. Antigamente eu via a natureza como fonte de lucro para mim. Hoje, eu vejo como fonte de vida, não somente para mim, mas para todos. Como a natureza é vida, a gente tem de preservá-la.” (agricultor da família 1)

“Vejo agora a natureza semiárida como um ambiente como qualquer outro. Antes eu via uma coisa ruim, sem vida, seco. Agora sei que existe muita vida. É o ser humano que não se adapta a essa natureza e acaba com a vida do semiárido. A permacultura para mim é um caminho para reverter isso e para a gente perceber que dá para viver aqui no sertão muito bem.” (agricultor da família 3)

“A permacultura me despertou o orgulho de ser agricultor e sertanejo. Porque agora eu consigo sustentar minha família com a terra e, ainda mais, com a terra daqui do semiárido, que eu acha coisa impossível. Não tinha o menor apreço por essa atividade, fazia porque rendia alguma coisa, mas não gostava de ser chamado de agricultor e muitos dos meus amigos também.” (agricultor da família 5)

Em visitas às propriedades envolvidas no PSA os agricultores fizeram questão de mostrar seus campos de policultura e falam com propriedade dos princípios permaculturais utilizados nos campos. Todos

os entrevistados mostraram-se muito orgulhosos de estarem contribuindo para a preservação da caatinga e de sua propriedade onde muitos nasceram, de contribuírem para o estabelecimento de um micro clima mais agradável e um ambiente mais sustentável social e ambientalmente. Sentem-se responsáveis pela terra que possuem, responsáveis pela preservação ou recomposição da biodiversidade de suas propriedades. Estes são alguns dos motivos que os unem em torno da permacultura e cria a identidade de policultor.

Os depoimentos acima também demonstram que a percepção sobre o semiárido mudou. O sertão é visto por eles como um ambiente com restrições, porém um espaço onde é possível viver dignamente a partir de ações adaptadas às suas peculiaridades locais. Estas famílias percebem que a seca é um fenômeno natural (que pode ser agravado pela ação antrópica) e não a culpam mais por suas perdas de colheita, pois entendem que por meio de um manejo adequado dos recursos pode-se garantir colheita em todo ano independentemente da ocorrência de períodos de seca. A perspectiva atual desses agricultores não é de combate a seca, como a grande maioria das propostas políticas para a região semiárida baseada no discurso causal seca/recursos e, sim de convivência com ela. E, eles sentem-se menos dependentes de políticas governamentais compensatórias, como a distribuição de sementes e aquelas vinculadas à ideia de “combate a seca”, e do mercado.

“Antigamente eu pensava que eu tinha que sair daqui quando dava a seca braba, agora eu vejo que eu sou um dos que provocavam essa seca, eu desmatava. Estou colaborando para uma seca menos braba, não tiro mais a caatinga. E agora que tenho mais produção o ano todo com a permacultura, acho que não vou precisar sair daqui tão cedo (...) Sou sertanejo e não gostava de abandonar minha terra na seca, mas era necessário e não conhecia a policultura, não sabia que é possível viver bem no sertão e na seca.” (Agricultor e monitor do PSA da família 9)

“Tive uma nova visão sobre o sertão. Aqui também pode ser um lugar abundante. A renda também melhorou com a policultura e apicultura. Aprendi também a preservar a caatinga.” (agricultor da família 3)

Alegam principalmente que não fazem mais queimadas, não destróem as colmeias para retirada do mel, pois atualmente eles criam as abelhas nas matas da caatinga em caixas apropriadas. Aqueles que ainda possuem a caatinga em suas propriedades não a destróem e a utilizam para a criação de abelhas, deixam os restos de cultura no campo para umidificar e adubar a terra, utilizam os modelos naturais para o cultivo de espécies em policultura (estratos, diversidade, sucessão de plantas, etc). No Anexo 2 foram registradas as estratégias agrícolas adotadas pelos agricultores.

Os agricultores ressaltam que no planejamento dos campos de policultura foi privilegiado o plantio de sementes crioulas. Assim, alguns dos critérios para a seleção de plantas e sementes para a composição da policultura foram: a resistência das plantas à situação climática da região e plantas que fossem típicas da região. Nos depoimentos abaixo podem ser percebidas este resgate:

"No planejamento do campinho (se refere às áreas de policultura) a gente fez o seguinte, tentou fazer todos os passos da permacultura (...) observamos a natureza e vimos quais plantas que dá fácil e o que é típico da região, quais que eram resistentes a seca e como ela dá melhor, daí a gente tentou recriar esse modelo da natureza no nosso campinho, fizemos estratos, plantamos tudo juntos, mas sabendo o que plantar junto para uma planta se beneficiar da outra e uma não atrapalhar a outra" (agricultor da família 15)

"Com a policultura a gente recuperou sementes crioulas que quase ninguém mais plantava por aqui, a gente nem armazenava direito as sementes então não estávamos preocupados se era crioula ou não, a gente pegava as que o governo dava ou a gente comprava. O que era importante era a produção. Agora eu valorizo essa nossa cultura, por isso a gente resgata essas sementes." (agricultor da família 10)

Ainda com relação às sementes, como pode ser percebido no depoimento acima, os agricultores anteriormente não as armazenavam e, portanto, dependiam da distribuição de sementes feita pelo governo ou compravam sementes por altos preços. E aqueles que armazenavam não o faziam corretamente, perdendo parcela importante do material antes

do próximo plantio. Nos cursos de cultivo em policultura fornecidos pelo PSA foram divulgadas formas apropriadas para armazenar sementes e grãos. Essa prática acarretou aos agricultores melhorias com relação à qualidade da semente, à garantia de material para o próximo plantio e uma maior economia (já que não necessitam comprar mais sementes). O que pode ser verificado no depoimento a seguir:

“Antes a gente plantava, vendia. A gente aprendeu a guardar nas garrafas o milho, feijão, as plantas de plantar quando a chuva chegar (...) não precisamos comprar mais para o consumo (...) aqui a gente coloca nas PETs (...) e a gente tenta sempre plantar as sementes daqui, as crioulas. Agora a gente não depende das sementes distribuídas pelo governo” (Agricultor família 4)

Foram visitadas propriedades de vários níveis de agrofloresta. As propriedades com mais tempo de adoção do manejo permacultural possuem um ambiente mais diversificado, mais produtivo e menos dependente de chuvas. Além disso, as propriedades dos agricultores envolvidos com o PSA são muito diferentes das do plantio convencional. Dentre as características estão: microclima é mais agradável, mais fresco por ter mais sombras de árvores; o solo é mais agregado e escuro, mais úmido, com presença de mais organismos; as plantas têm mais vitalidade mesmo nos períodos de estiagem; a produção é diversificada em todo ano e mais sustentável (precisa de menos manejo e menos dependente de chuvas e agrotóxicos).

Já a plantação convencional na região possui vitalidade apenas na época de chuva, são plantadas ,no máximo, duas culturas juntas, sendo essa espécie altamente dependente da chuva. Além de utilizarem o arado, agrotóxicos e fazerem uso de queimadas. É necessário ressaltar que a prática das novas atividades produtivas, como o cultivo de espécies em policultura, cultivo de hortas, criação de abelhas e o beneficiamento de frutas, só foi possível por meio da inserção do trabalho das mulheres e dos jovens e, também, deles nas tomadas de decisão no âmbito da propriedade. Desta forma, os resultados adquiridos com as novas atividades, como exposto acima através das dimensões e indicadores do conceito de SAN, são, na verdade, consequências da gestão participativa estabelecida na propriedade, e esta, por sua vez, consequência das mudanças individuais sobre a importância e prática da participação entre os agricultores e seus familiares.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou enfatizar as transformações ocorridas entre os agricultores, de caráter individual e coletivo, residentes no município de Umburanas e envolvidos no projeto Policultura no Semiárido a partir de iniciativas e práticas em gestão participativa voltadas à organização comunitária e à segurança alimentar e nutricional.

A partir dos resultados, verificou-se que as ações de gerenciamento participativo desenvolvidas pelos policultores obtiveram resultados positivos em duas dimensões: (i) a das comunidades, onde foi alcançado um aumento de renda com a comercialização da produção em conjunto e sem a presença de intermediários, por meio da Associação de Policultores e, também, uma transformação de ordem individual e coletiva entre os agricultores sobre a noção e prática da participação; (ii) e a dos estabelecimentos agrícolas familiares, onde houve uma reestruturação da divisão do trabalho, através da inserção de jovens e mulheres nas novas atividades produtivas, acompanhada do ganho de espaço destes nas decisões no interior da propriedade e promoção da SAN.

Desta forma, as hipóteses deste estudo confirmam-se tanto no que diz respeito às ações em gestão participativa quanto às ações em segurança alimentar e nutricional. E de certa maneira elas complementam-se, visto que as iniciativas, cuja finalidade consistiu na melhoria das condições alimentares da família, tiveram como alicerce a gestão participativa da propriedade.

Os resultados da pesquisa confirmam que houve, entre os policultores, uma transformação de sua percepção sobre a noção e prática da participação. Atualmente, eles a veem como um processo importante para a melhoria de suas condições de vida, como um meio para alcançarem o empoderamento e de tornarem-se agentes de seu próprio desenvolvimento. Fato este que confirma a primeira hipótese de trabalho - houve transformações de ordem individual, ou seja, construção de novas noções sobre a participação entre os agricultores envolvidos no PSA – porém, com certas ressalvas. Essas reservas nada mais são que desafios a serem enfrentados para garantir a eficiência da organização comunitária nos próximos anos.

Dentre os desafios estão a estruturação de duas noções distintas de participação entre os agricultores, que por consequência, refletiram

no modo com que os agricultores intervêm nos espaços de decisão. Ou seja, as transformações de caráter coletivo são reflexos das percepções individuais dos membros do grupo e, por isso, percebe-se que há distintas formas de atuação no âmbito da Associação, algumas mais ativas chegando à automobilização e outras mais passivas e altamente dependentes das lideranças. Além disso, apesar de todos os entrevistados reconhecerem a importância da participação nos espaços de tomadas de decisões, verificou-se rara participação no nível regional e um desconhecimento das estratégias e ações do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural do Piemonte da Diamantina. Assim como, outro desafio encontrado é a participação dos jovens e/ou prováveis sucessores da gerência das propriedades das famílias entrevistadas, que raramente estão presentes nas reuniões da Associação.

Desta forma, no âmbito das comunidades, a gestão participativa tem como desafio o envolvimento dos jovens e a mudança da noção e prática da participação daqueles policultores que veem este termo como sinônimo apenas de voto. Para o avanço da gestão participativa e a estruturação de uma organização comunitária eficiente é imprescindível que todos tenham a compreensão da noção e prática da participação mais ativa, como o envolvendo a construção em conjunto de projetos, planejamentos e execução das ações. A melhoria desses pontos falhos é imprescindível para que não ocorra um fato comum nos espaços de participação, a pseudoparticipação, que nada mais é que uma ferramenta de manipulação dos atores.

Embora tenham sido encontrados pontos falhos a serem trabalhados pelos agricultores, os resultados demonstram que houve transformações de ordem coletiva, alicerçadas pelas transformações individuais sobre a noção e reconhecimento da importância da participação, que conferiu o estabelecimento de uma gestão participativa no seio da Associação de Policultores. Resultado este que corrobora a segunda hipótese de pesquisa: houve transformações de caráter coletivo, ou seja, a partir das ações desencadeadas pelo PSA os agricultores desenvolveram ações práticas de gestão participativa com fins de produção e comercialização. Entretanto, os resultados da gestão participativa foram além da finalidade de produção e comercialização. Verifica-se que a Associação de Policultores alcançou resultados extremamente importantes que transformaram positivamente as condições de vida das famílias envolvidas.

O processo de gestão participativa exigiu, e ao mesmo tempo

fortaleceu, uma mudança no nível das relações sociais estabelecidas entre os membros da organização comunitária. O que pode ser observado, quando comparado com outras associações da região, é o estabelecimento de uma relação mais horizontal e o favorecimento de ações de reciprocidade, de um sentimento de pertencimento, de responsabilidade e de identificação com o grupo.

Os agricultores também mostram-se mais conscientes da importância dos espaços de participação e demonstram certo empoderamento tanto no âmbito das comunidades quanto nos estabelecimentos familiares. Os resultados indicam que os agricultores passaram por um processo de reflexão sobre suas condições de vida, sobre as mudanças desejadas e as ações a serem realizadas para atingirem tal objetivo, o que resultou na substituição de práticas individualistas de produção e comercialização para ações de cunho coletivo. Essas mudanças materializaram-se em um processo de criação do espaço de participação e tomada de decisão da comunidade, conquista do espaço político e ambiental local, os quais são pontos importantes para o empoderamento da população. Os agricultores também alegam que a gestão participativa, estabelecida no seio da Associação de Policultores, foi imprescindível para a conquista de uma independência nas tomadas de decisão locais, rompendo assim com uma prática clientelista muito frequente nas relações de poder da região.

O empoderamento também estabeleceu-se dentro dos estabelecimentos familiares, pois mostram-se mais conscientes dos fatores produtivos de suas propriedades, no momento em que os agricultores adotaram práticas do planejamento e mapeamento com a finalidade de traçar estratégias de plantio ao longo dos períodos do ano e de reconhecer e otimizar os recursos de suas propriedades.

Ainda com relação às propriedades, os resultados mostram que existiram também mudanças positivas com relação à gerência e ao poder de decisão sobre as atividades produtivas, mais especificamente àquelas voltadas para o autoconsumo, o que demonstra um processo de mudança individual dos agricultores sobre a importância da participação dos membros da família na gestão e nas atividades produtivas realizadas no estabelecimento.

Anteriormente, de modo geral, a produção das famílias restringia-se ao milho, feijão, mandioca, mamona e, algumas, criavam galinhas, que eram destinadas prioritariamente à comercialização, e o gerenciamento era feito pelo chefe do estabelecimento (em sua grande

maioria, homem). Atualmente, verifica-se que as mulheres incorporaram novas atividades, como o beneficiamento de frutas, cultivo de hortas, de espécies em policultura e de viveiros. E a maioria dos jovens entrevistados se envolveu na atividade de beneficiamento de frutas e se interessaram pelo mapeamento da área da propriedade, importante instrumento para o planejamento do estabelecimento, participando, portanto, das tomadas de decisões.

Essa reestruturação da divisão do trabalho, proveniente da inserção dos jovens e mulheres no processo produtivo, veio acompanhada do ganho de espaço no processo decisório nas propriedades; gerando, assim, condições para a estruturação de uma gestão mais participativa, principalmente no que diz respeito à gerência de atividades ligadas à produção para o autoconsumo. Desta forma, a gestão participativa tornou-se um elemento importante para a estruturação da SAN dessas famílias. E por consequência, a produção para o autoconsumo proporcionou uma diminuição da dependência das famílias em relação ao mercado, aumento de renda e um maior controle dos fatores produtivos endógenos.

No que tange ao gênero feminino, tais mudanças contribuíram para a valorização e reconhecimento da capacidade destas em protagonizar os espaços de decisão e produtivos. Evidencia-se, portanto, uma transformação gradual de um modelo vertical de poder alicerçado pelo patriarcalismo e pela masculinização do processo produtivo tão presente no meio rural. Assim como, evidencia-se a importância da mulher na segurança alimentar e nutricional das famílias, que antes da atuação do IPB restringia-se apenas ao preparo dos alimentos, mas agora contempla também a produção dos mesmos.

No que diz respeito aos jovens, que de modo geral no meio rural mostram-se desinteressados das atividades agrícolas por uma série de aspectos, os resultados desta pesquisa apontam que há um processo de retomada do interesse dos mesmos nos assuntos da propriedade, especialmente em atividades relacionadas à sua gestão, como o mapeamento. A adoção da policultura e das outras atividades produtivas também resultou em um importante movimento migratório, o de retorno de jovens, tendo em vista os resultados positivos conquistados pelos policultores, que haviam saído de suas propriedades em busca de uma melhor condição de vida em cidades mais urbanizadas. Constituindo, portanto, um movimento contrário do que geralmente acontece com os jovens no meio rural, que tendem a sair de suas propriedades em busca

de novas oportunidades.

É importante ressaltar que quando comparadas as famílias adeptas ao PSA e as não adeptas, constatou-se que nas últimas eram mais frequentes relações verticalizadas e patriarcais entre seus membros. Assim como, é mais frequente nestas famílias o sentimento de impotência das mulheres com relação às decisões tomadas pelo chefe da família e o sentimento de desinteresse dos jovens pelo trabalho agrícola e uma necessidade mais contundente de sair de suas propriedades com a finalidade obter uma maior valorização de seu trabalho, independência financeira e melhores condições de vida.

Os resultados demonstram também que as atividades de policultura e cultivo de hortas gerenciadas de forma mais participativa, contribuíram para o alcance da SAN, confirmando, assim, a terceira hipótese de trabalho, seja ela: houve resultados positivos na condição de vida dos agricultores adeptos à permacultura e ao gerenciamento mais participativo da propriedade, mais especificamente no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional. Essas atividades garantiram acesso a alimentos em diversidade e mais saudáveis de suas próprias plantações, em todas as épocas do ano, tanto para o consumo quanto para a comercialização. E, por consequência, proporcionou um aumento de renda que lhes garantem acesso a alimentos e serviços que não dispõem em suas propriedades; além da economização proporcionada pela adoção do conjunto de técnicas permaculturais.

Outra contribuição da adoção da policultura foi o resgate das espécies e de receitas típicas do sertão e sementes crioulas, visto que na fase de planejamento dos campos policulturais era priorizado o cultivo de espécies locais e em diversidade; ou seja, as estratégias agrícolas adotadas proporcionaram um resgate da cultura alimentar regional e da biodiversidade local. Além disso, a policultura pressupõe o caráter ambientalmente sustentável da produção de alimentos, de modo a garantir as produções futuras. No caso da agricultura realizada pelos policultores, verifica-se que esse componente esteve presente nas práticas da permacultura, particularmente nas atividades de manejo da biodiversidade local ajudando a preservar a caatinga. Isso porque a permacultura refere-se ao conjunto de técnicas agrícolas que surge como alternativa ao manejo agrícola convencional e dito insustentável, propondo simular um ambiente natural, considerando as interações complexas entre diversas espécies em um miniecosistema de suporte mútuo.

A adoção da permacultura implicou, portanto, em uma reestruturação no modo com que a agricultura era desenvolvida nas propriedades dos agricultores entrevistados. Verificou-se que as estratégias permaculturais adotadas buscaram a coprodução com a natureza e a otimização dos recursos disponíveis na propriedade, o contrário do que geralmente é feito pelos agricultores da região e anteriormente à adesão ao PSA pelos agricultores entrevistados. Além disso, tal prática valorizou o conhecimento local, além do científico, aplicando-os de modo ambientalmente consciente e social, cultural e economicamente sustentável, valorizando a diversidade de espécies nativas e adaptadas às condições climáticas locais e promovendo a diminuição da utilização de materiais exógenos à propriedade (agrotóxicos, principalmente). Pontos estes essenciais para se pensar a segurança alimentar e nutricional dessas famílias. Assim como, o sistema de produção adotado pelos agricultores atende também uma das funções da agricultura que a de manutenção dos ecossistemas, estabelecendo uma coprodução, uma (re) conexão entre o trabalho e a natureza. Afirmando, assim, a prerrogativa da agricultura familiar como *locus* da produção ambientalmente sustentável.

A prática da permacultura resultou também em uma mudança de perspectiva sobre o sertão e sobre o papel do (a) agricultor (a) diante da natureza. Atualmente, as famílias de agricultores veem o semiárido como um lugar que tem grandes limitações climáticas, mas percebem que é possível conviver com elas por meio de um manejo adequado do solo e das plantações, e também sabem que este manejo pode gerar abundância alimentar tanto nos períodos de chuva quanto nos de seca para o consumo humano e animal. Essa nova perspectiva sobre a natureza semiárida contribuiu para o fortalecimento da identidade sociocultural dessas famílias. Atualmente elas falam com orgulho de serem agricultoras e sertanejas.

Desta forma, verifica-se a consolidação de um perfil de agricultor sustentável ou de uma identidade de policultor (como eles gostam de ser chamados), que adota a permacultura não apenas em momentos de crise e, sim, como uma opção de vida e de forma permanente. Mas é importante ressaltar que a adoção da permacultura, como pôde-se perceber nos resultados expostos acima, não se dá apenas por razões ecológicas, mas por uma dupla racionalidade que garante a reprodução social de suas famílias: uma diz respeito à procura por uma estabilização financeira, tendo em vista a economização e o aumento da

renda familiar que a permacultura proporciona; a outra está relacionada com aspectos simbólicos e subjetivos dos indivíduos, mais especificamente ligados à preservação da natureza e do ambiente ao qual se sentem parte integrante.

Espera-se que a pesquisa tenha servido para qualificar e compreender as potencialidade e limitações da experiência em curso. Por um lado, procurou-se ressaltar a relevância de ações de cunho territorial e, principalmente, aquelas focadas na agricultura familiar, tendo em vista a melhoria das condições de vida no meio rural. No caso das famílias de agricultores sertanejas, as estratégias de desenvolvimento voltadas especificamente para elas podem significar, como corroborado pelos resultados da pesquisa, uma diminuição da dependência dos políticos locais e uma desarticulação da relação vertical e clientelista de poder. Além da minimização da pobreza rural, aumento de renda e melhorias nas condições alimentares das famílias.

Para isso, as políticas desta região devem recuperar as deficiências nas infraestruturas física e social e, principalmente, estimular a conquista da cidadania¹¹, do empoderamento e da capitalização. Contudo, isso implica que os formuladores de políticas percebam a família rural não apenas como uma unidade produtiva, mas também como uma unidade social, rompendo com parâmetros puramente econômicos. Faz-se necessário valorizar não só o caráter multidimensional do espaço, e, portanto, a noção de território. Outro ponto importante é o estímulo à criação ou fortalecimento de espaços de participação, para que os sujeitos sociais tornem-se agentes do seu próprio desenvolvimento e à construção de formas de produção agrícola ambiental e socialmente mais sustentáveis e, culturalmente viáveis, que garantam a segurança alimentar e nutricional, renda e uma diminuição da subordinação das famílias de agricultores ao mercado.

Por outro lado, a pesquisa procurou destacar a importância da mobilização da população em prol do desenvolvimento, reafirmando que a força mobilizadora deve partir da sociedade. Desta forma, buscou-se ressaltar a potencialidade da agricultura familiar de mobilizar e aproveitar alianças com atores externos para (auto) desenvolverem-se. Essas alianças, materializadas pelo vínculo dos policultores com o MDA

¹¹ A cidadania ao qual nos referimos não é apenas aquela reconhecida formalmente perante às leis que regem as relações entre os indivíduos e destes com as instituições sociais, e sim cidadania social de fato, quando indivíduo se sente parte integrante e construtor da sociedade.

e principalmente com o IPB, foram de extrema relevância para que os agricultores alcançassem resultados positivos tanto no âmbito das comunidades quanto no âmbito das propriedades.

O MDA restringiu-se ao fornecimento de recursos para a construção da fábrica de frutas e o IPB, tanto no processo de criação quanto no desenvolvimento da Associação, limitou-se ao apoio e ao oferecimento de capacitações quando eram requeridos pelos associados. Apesar do término da atuação do IPB do semiárido desde setembro de 2009, percebe-se que a organização criada pelos agricultores estabeleceu e dá frutos satisfatórios. Assim como, no âmbito das propriedades, mesmo sem a atuação dos técnicos do IPB, verifica-se uma mobilização entre os membros da família para a continuação dos resultados positivos que foram gerados através da policultura, hortas, beneficiamento de frutas e pela apicultura, entre outras atividades.

Além disso, é importante ressaltar que a gestão participativa estabelecida no âmbito das Associações de Policultores significa que os indivíduos percebem-se agora como agentes protagonistas do desenvolvimento, estruturando estratégias de desenvolvimento com bases endógenas. Este é o resultado, por sua vez, do empoderamento e socialização do processo de decisão, da consolidação de um sentimento de união, de identidade e de responsabilidade pelo grupo e manutenção de relações de confiança e reciprocidade. Configurando, assim, um perfil de agricultor que não apenas desempenha um papel produtivo de forma passiva e alheio à definição das políticas que afetam os seus interesses diretamente. Ele é um personagem que avança no sentido de buscar mecanismos coletivos que lhe possa dar sustentação à vida no campo, independentemente da ação de órgãos governamentais.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a agricultura praticada pela população mais pobre pode ser bem-sucedida e pode garantir de forma digna a reprodução social das famílias. Esta constatação traz-nos o questionamento da visão setorial de órgãos como o CNA e MAPA, quando se posicionam contra políticas públicas voltadas à população rural mais pobres, afirmando que estes não possuem importância econômica para o país (pois apresentam baixa participação no mercado formal) e afirmando que estes não têm condições de praticar agricultura. Desconsiderando, assim, a força mobilizadora da população e o caráter emancipatório de ações endógenas de desenvolvimento, que podem resultar na inserção de agricultores no mercado formal, como verificado na experiência em

questão em que os policultores comercializam o gergelim diretamente às empresas de Salvador e de São Paulo. Por conta da visão setorial dessas instituições governamentais outras funções da agricultura, invisíveis ao mercado, também são profundamente desconsideradas, sejam elas: a manutenção do equilíbrio ecológico, conservação dos recursos naturais, produção de alimentos mais saudáveis e ecologicamente corretos, segurança alimentar e manutenção da identidade sociocultural.

REFERÊNCIAS

ANA. **Informações hidrológicas**. Disponível em: < hppt// ana.gov.br/paginas/serviços/informacoeshidrologias.html >. Acesso em: 19 abr. 2008.

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1983.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: _____ **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003. p.83-100.

_____. **Paradigmas do desenvolvimento agrário em questão**. São Paulo, Hucitec/Anpocs/EdUnicamp, 1992.

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**:

potencialidades paisagísticas. 3. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2005.

AGUIAR, Vilência Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: PARRY, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 159-183, 2010.

ALVES, E; ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G. VIEIRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Z (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA/MAPA, 2010.

BACELAR, T. Política pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.8, IICA, Brasília, 2008, p. 15-28.

BAIARDI, A. e MENDES, J. **Agricultura familiar no semi-árido**: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável? Salvador: Revista Bahia Agrícola, v.8, n. 1, 2007.

BATISTA FILHO, M. Segurança alimentar no semi-árido. **Revista eletrônica ComCiência**: 2005. Disponível em:< <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/09/09.shtml>>. Acesso em: 25 junho 2010.

BOEF, Walter Simon de; THIJSSSEN, Marja Helen. **Biodiversidade e agricultores**: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONG e desenvolvimento sustentável**. Paraná: UFPR, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de ação nacional de combate a desertificação e mitigação dos efeitos da seca**. Brasília: MMA, 2004.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 15 de out. de 2010.

BRAUN, Ricardo. **Novos paradigmas ambientais: desenvolvimento ao ponto sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BULLOCK, S. **Women and work**. London: New Zed Books Ltda., 1994.

CABRAL, Luiz Otávio. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**, 2004, 278p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. Brasília, Cadernos do CEAM, n 17, 2005.

CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. (editores técnicos). **Camponeses do Sertão: mudanças das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa, 2003.

CARRIÈRE, J-P; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 23-47.

CASTRO, Iná de. **Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementariedades e distinções conceituais. In: **Congresso de la Asociación latinoamericana de sociologia rural**, VI, Porto Alegre, 2002.

CONUMAD. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, 1996.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **Encontro nacional de segurança alimentar e nutricional**. Disponível em: < <https://www.planalto.gov.br/consea/static/eventos/IIIconferencia+2/Documentos.html>>. Acesso em: 30 set. 2010. 2009.

CORNELY, S. A. Subsídios sobre o planejamento participativo. **Série Planejamento 3**, Brasília, MEC, Secretaria Geral, 1980.

- COSTA, A. M. L. da. Agricultura familiar e organização: analisando aspectos da ação coletiva entre agricultores do semi-árido. In: GOMES, A. (Org.) **Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do Nordeste brasileiro**. Campinas: Editora Polis Ltda, 2006.
- COUTO FILHO, Vítor de Athayde. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: GARAMOND, 2007.
- DE GRANDI, A. B. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no Estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: PPGSP/UFSC, 1999.
- DEMO, P. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- DO CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D; BRANDENBRUG, A. (org.). **Para se pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed. UFPR, 1998, p.215-238.
- FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. Azevedo. **A agricultura familiar faz bem**. MDA, 2010 (mimeo)
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Comunicação ou extensão?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GARCIA, A. R. **O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.
- GLISSEMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.
- GOMES, Gustavo Maia. **A economia sem produção**. São Paulo: Valor Econômico, Opinião, 2001.
- GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para o autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, UFSM, ano xiv, jan-dez de 2007.
- GUANZIROLLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Catedra, 1994.
- HANZI, Marsha. **O sítio Abudante**: co-criando com a natureza. Bahia: [s.n.], 2003.
- HOLFFMAN, Rodolfo. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, 15(1): 49-61, 2008.
- IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balço social**. Disponível em: <www.ibase.br> . Acesso em: 14 out. 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregado**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/tabunit.asp?n=6&t=2&z=t&o=4>>. Acesso em: 14 out. 2009a.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Agricultura familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.
- IPB. **Policultura no Semi-árido**. Disponível em: <<http://permacultura-bahia.org.br/projetosemandamento.html>>. Acesso em: 14 out. 2009.
- _____. **Projeto FNMA ATEF**. Salvador: IPB, 2002
- _____. **Relatório anual**. Salvador: IPB, 2005.
- _____. **Relatório anual**, Salvador: IPB, 2008.
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGSociologia/UFRGS. v.6, 1994, p. 52-75.
- MALLUF, Renato S. Conferência aponta diretrizes para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. n. 3, julho, 2007.
- _____; MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/Alimentacao/TConferencias.html>>. Acesso em: 01 jun. 2010. 2000
- _____; VALENTE, Flávio L. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil**. Revista Cadernos de Debate. v. 4, 1996, p. 66-88.
- MATOS, A. G. de. **Desenvolvimento humano, pobreza rural e inclusão social**. Brasília: NEAE, 2003.

- MELO FILHO, José Fernandes de; SOUZA, André Leonardo Vasconcelos. O manejo e a conservação do solo no Semi-árido baiano: desafios para a sustentabilidade. **Revista Bahia Agrícola**. v. 7, n. 3, p. 50-60, 2006.
- MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- MOLLISON, B. **Permaculture: a designers` manual**. Australia: Tagari, 1988.
- _____; HOLMGREN, D. **Permaculture One**. Melbourne: Transworld, 1978.
- MORROW, Rosemary. **Permacultura passo a passo**. Goiás: IPEC, 1993.
- NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GUASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA/MAPA, 2010.
- NEGREROS, E. B. A construção do modelo de desenvolvimento sustentável em Camaragibe/PE. In: GOMES, A. (Org.) **Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do Nordeste brasileiro**. Campinas: Editora Polis Ltda, 2006.
- PAULILO, Maria Ignez S. O ser e o deveria ser no conceito da pequena produção. XIV Encontro Anual da ANPOCS. **Anais**. Caxambu, 1990.
- PDSA. Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido. **Ministério da Integração Nacional**, Brasília, 2005. Disponível em: <www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/.../pdsa.asp>. Acesso em: 30 set. 2010.
- PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 337-365.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 1 jun. 2009.
- PRETTY J. N. **Alternative systems of inquiry for sustainable agriculture**. Bulletin: IDS, 1994.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUCT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBERIO, Rafael Winter. Seca e Determinismo: a Gênese do Discurso do Semi-árido Nordestino. **Anuário de Geociências**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 22, p. 60-91, 1999.
- RIO. **São Francisco**: o rio da integração nacional. Disponível em: <http://riodaintegracaonacional.blogspot.com/2008_06_01_archive.html>. Acesso em: 14 nov. 2008.
- ROSS, Jurandy Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: USP, 2005.
- SABOURIN, Eric. Prática sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHENEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Grammond, 2004.
- SANDI, Ricardo F. e HERINGER, Luiz P. A previdência social nos municípios do semiárido brasileiro. Informe de Previdência Social, v. 13, n. 8. **Ministério da Previdência e Assistência Social**. Brasília, 2001.
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2 ed., 2000.
- SCHIAVO, Marcio R.; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005, p. 59.
- SCHNEIDER, Sergio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Pública**, n3, 2007.
- SEAGRI. **Programas**. Disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/estat_ba.asp>. Acesso em: 15 jun. 2010.
- SEI. **Análise territorial da Bahia rural**. Disponível em: <http://sei.ba.gov.br/indicadores_especiais.html>. Acesso em: 11 maio 2009.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, n.82, p.40-49, dez./jan, 2001.
- SPANEVELLO, Rosani Mariza. **A dinâmica sucessório da agricultura familiar**. 2008, 236p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. Desenvolvimento rural para quem? Os desafios para a inclusão dos excluídos na ação extensionista. **Grifos**, n. 20/21, jun./dez., 2008, p. 10-47.

- STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Rural: o Brasil precisa de um projeto. In: **Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Poços de Caldas, MG, 10 a 14 de agosto de 1998, vol. 1, p. 153-186.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil: da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDEMBERG, Miriam (coord.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade das sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. In: WANDERLEY, M. de N. B. **Estudos: sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.15, p.87-145, out. 2000.
- WANDERLEY, M. Nazareth B. Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade. **Revista Ciência e Cultura**. SP, 29: 537/44, 1976.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UFSC/PGA

LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE UMBURANAS

1. IDENTIFICAÇÃO

a) Nome: _____ Comunidade: _____ <input type="checkbox"/> Proprietário <input type="checkbox"/> Parente do proprietário <input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> arrendatário <input type="checkbox"/> meeiro <input type="checkbox"/> Outro – qual? _____	b) Quanto tempo participa PSA: _____ Fazendo o que? <input type="checkbox"/> Policultura <input type="checkbox"/> Apicultura <input type="checkbox"/> ACR <input type="checkbox"/> Monitor <input type="checkbox"/> Capacitação – quais? _____
---	--

2. DADOS SOCIO-ECONÔMICOS

a) Nome	Idade	Nível de instrução	Estudo/ profissão	Planos p o futuro (pretende sair da propriedade?Pq?)	Membros da família voltaram para a propriedade depois do PSA?	b) Principal fonte de renda (enumerar): <input type="checkbox"/> aposentadoria <input type="checkbox"/> programa social – qual? _____ <input type="checkbox"/> agricultura <input type="checkbox"/> pecuária <input type="checkbox"/> Atividade não agrícola. <input type="checkbox"/> autônomo <input type="checkbox"/> outra - qual?
						c) Renda familiar: <input type="checkbox"/> < 1 salário mínimo

g) O que é Permacultura para o Sr. (a)? _____

h) Porque resolveu adotar a permacultura? _____

i) Achava antes que poderia se produzir no sertão como o sr, (a) está fazendo com a permacultura? Pq? _____

j) Práticas	Antes	Depois
Queimadas		
Agrotóxico/embalagem/frequência		
Retira os restos de cultura (folhas, raízes) da roça		
Adubo químico		
Adubo orgânico/compostagem		
Deixa as plantas pioneiras		
Quebra ventos		
Ilhas de fertilidade		
Uso de materiais de fora da propriedade		
Preenche os estrados		
Conservava a mata ciliar		
Captação de água da chuva		
Alimenta os animais com restos de culturas		

l) Mudanças	Antes	Depois
Solo		
Animais		
Paisagem		
Produto		

3. GESTÃO PARTICIPATIVA

a) Relações sociais:

a1) Equidade nas relações: Um membro é mais importante ou tem um poder de voto maior que o outro?

Há ou houve cooperação entre os membros? Eles se ajudam (em mutirões, por ex.)?

a2) Familiares: Como se dá a divisão das atividades na propriedade? Quem cuida da plantação, horta, alimentação, compras, planejamento, etc? As mulheres e jovens participam? Antes participavam?

a3) Mediação de conflito: Existem muitos conflitos nas reuniões? Estes são mais por algum motivo específico? Qual? Entre pessoas específicas? O que se faz quando se tem um conflito de opiniões (votação, os dirigentes escolhem o que eles acham melhor, propõe uma sessão de argumentação das opiniões, busca pelo consenso)?

b) Participação:

b1) Significado e importância: O que é participação para o sr. (a)? E gestão participativa? Tinha esta visão antes? Acha importante?

b2) Nível de participação – regional/local: Participa ou já participou de fóruns, comitês, outras organizações (locais e/ou regionais) e de construção de políticas regionais e/ou locais? Quais? Pq não participa mais?

b3) Tipo de participação: Como o sr.(a) participa nas tomadas de decisão nas reuniões (votando, sendo consultado pelos dirigentes, respondendo questões, sendo informado do que será realizado, participa do planejamento e execução das ações)?

As reuniões são abertas ou existem reuniões que são feitas com uma parte do grupo? As decisões são tomadas com o grupo todo ou apenas com pessoas seletas? Nas reuniões todos que querem podem expor suas opiniões? Com que

frequência participa das reuniões? É um evento prioritário para o sr. (a) ou comparece quando sobra tempo? Se sente representado(a) pela organização?

b4) Público participante: Os jovens participam? As mulheres participam? De que forma? Participavam antes?

c) Empoderamento:

c1) Sentimento com relação ao seu poder político: O sr. (a) se sente apto à, com a sua participação em conjunto com a do grupo, modificar algum aspecto da realidade da comunidade? Porque? Acha que já conseguiram modificar algo? O sr. (a) acha que possui um poder de decisão local e/ou regional? Porque?

d) Organização:

d1) Contexto: Quando surgiu a organização? Como surgiu? Quem fundou?

d2) Existe como organização legal: A organização tem normais de funcionamento? Está legalizada? Tem amparo jurídico?

d3) Número e gênero dos associados.

d4) Objetivo: aumento de renda, comercialização, produção, beneficiamento, SAN, capacitações, eventos, etc.

d5) Ações. (membros e dirigentes)

d6) Resultados conquistados. (membros e dirigentes)

d7) Recursos: A organização consegue recursos para a execução de suas atividades? Quais? Recebe recurso eventualmente ou tem uma fonte regular? Qual?

d8) Apoio interstitucional: Existem outras organizações que dão suporte? Quais?

d9) Autonomia nas tomadas de decisões: As decisões tomadas precisam de aprovação de políticos ou outras organizações? Quais? Porque? Já houve alguma intervenção de pessoas ou organizações sobre a sua organização ou sobre decisões tomadas por ela? Quais?

É frequente? Porque? Como procederam? Como se relaciona com o poder regional (uma pessoa vai às reuniões, é feito antes uma conversa com o grupo para expor seus interesses nas reuniões regionais)?

d10) Lideranças: Quais pessoas já foram dirigentes? Quanto tempo estão na liderança? Como são eleitas essas pessoas e com que frequência? (membros e dirigentes)

ANEXO 2 - PRÁTICAS AGRÍCOLAS PERMACULTURAIS

O manejo agrícola realizado pelos agricultores anteriormente à atuação do PSA era resumido na rotina de desmatar, queimar, arar e plantar (geralmente a mamona, feijão, milho e mandioca). Após a colheita eram retirados os materiais orgânicos das plantas anteriores e a terra deixada descoberta à espera do próximo período de plantio. Além das conseqüências ambientais desta prática, a terra ficava subutilizada durante boa parte do ano.

Com a adoção do sistema de policultura novas dimensões foram incorporadas no planejamento, como a valorização da diversidade no sistema produtivo, da preservação da caatinga e o desenvolvimento de estratégias que buscam a otimização dos recursos da propriedade para o alcance de uma produção sustentável.

Os campos de policultura cultivados pelos agricultores são, em sua grande maioria, de 1.000 m², isso porque os técnicos do PSA compreendem que este tamanho seria suficiente para que os agricultores pratiquem o manejo permacultural, para os mesmos se sentirem mais seguros não comprometendo uma área grande de sua propriedade e por se tratar de um trabalho intensivo nos primeiros anos.

Dentre as estratégias utilizadas pelos agricultores, baseadas nos princípios da permacultura segundo Hanzi (2003), Morrow (1993) e Mollison e Holmgren (1978), estão:

a) Promover a biodiversidade: a diversidade biológica em um sistema é extremamente importante para a manutenção do mesmo. As espécies se beneficiam mutuamente das características das espécies vizinhas, sendo que cada indivíduo tem múltiplas funções que ajudam outras plantas a se estabelecerem. Dentre essas múltiplas funções estão: melhoramento do solo; sombra; produção de *mulch*; reciclagem de nutrientes; produção variada; repelência de pragas; redução da reflexão de luz; quebra-vento; suprimento de nitrogênio; e modificação da temperatura. Para isso são utilizadas as técnicas seguintes:

- Plantio consorciado e policultura: existem quatro fatores que regulam o plantio de espécies em um mesmo espaço: arquitetura; tolerância à sombra; exigências em termo de solo e umidade; e afinidade no tempo de sucessão. Nos campos de policultura é feito o plantio com plantas de ciclo anual intercaladas com de ciclo rápido, sempre observando as quatro condições citadas.

Cada espécie, portanto, tem funções dentro do sistema. As leguminosas, por exemplo, recuperam o solo, pois elas fixam nitrogênio, produzem bastante matéria orgânica e algumas mobilizam o fósforo e boro. As leguminosas rasteiras (mucuna-preta, por exemplo) são plantadas depois da germinação das outras plantas vizinhas ou com um tutor, pois têm alta capacidade de dominação. O andu (*Cajanus cajan*), sorgo (*Sorghum bicolor*) e girassol (*Helianthus annuus*) crescem nas bordas da policultura exercendo o papel de quebra-vento. O sisal (*Agave sisanalala*), a palma (*Opuntia dillenii Haw*), babosa (*Aloe sp.*) e o fuxico, por causa de sua estrutura, retém a passagem do vento (criando um micro-clima), além de recuperar o solo e reter água.

Na policultura são desenvolvidos sistemas diversificados de produção envolvendo o cultivo de frutíferas, hortaliças, forrageiras, oleaginosas e medicinais, adaptadas às condições agroecológicas e socioeconômicas das unidades familiares (no anexo 1 relacionamos as principais plantas cultivadas na policultura).

- Preenchimento dos estratos e otimização do espaço: busca aplicar o modelo de sistemas florestais naturais, onde há o nível do dossel composto por árvores altas, logo abaixo uma camada de árvores menores, em seguida plantas arbustivas e gramíneas, com indivíduos de todos os ciclos (curto, médio e longo). Ocorre também o preenchimento do espaço vertical no solo, com as raízes mais profundas, médias e outras mais superficiais. Essa acumulação vertical permite que cada espécie utilize os recursos à sua volta. Além disso, não requer muita manutenção, pois quanto mais o sistema é abundante em biodiversidade e em estratos, mais se torna autosustentável e produtivo. O empilhamento resulta na otimização dos espaços – de acordo com a Permacultura a subutilização dos espaços pode ser um problema, pois ervas invasoras podem se estabelecer em um solo exposto ou descoberto, podendo ser foco de erosão.

- Respeito à sucessão ecológica para criar, gradativamente, condições de estabelecer uma agrofloresta: os agricultores adeptos à policultura (baseados nos princípios da permacultura) possuem propriedades em que os solos são bastante pobres, assim faz-se necessário respeitar os ciclos das plantas pioneiras que cobrem o solo retendo a umidade e incorporando matéria orgânica, favorecendo o estabelecimento de plantas secundárias e assim sucessivamente. Deste modo, toda a área da propriedade que não é cultivada é coberta por

gramíneas nativas (espécies pioneiras) – constituindo assim a primeira fase na recuperação do solo.

b) **Construir quebra-ventos:** um dos grandes problemas para a plantação no semi-árido é a ocorrência de ventos fortes e secos, pois ressecam a cultura. De tal modo, é necessário, antes de se plantar, criar quebra-ventos que favoreçam o desenvolvimento sadio da planta diminuindo a exposição ao vento, criando um micro-clima propício ao crescimento das mesmas. Os quebra-ventos podem ser de palma, sisal, babosa, fuxico, atentando-se para a disposição dessas plantas – indivíduos mais rústicos ficam à frente mais expostos ao vento, indivíduos mais sensíveis no lado oposto – e procurando também preencher estratos para que fique bem denso e não permita passar muito vento.

c) **Instalar ilhas de fertilidade:** a recuperação do solo em condições de semi-aridez, é muito lenta; por isso, são criadas pequenas ilhas de fertilidade do solo, criando assim micro-climas.

As plantas mais sensíveis às condições de semi-aridez são plantadas em valas de 1,30x0,50m e preenchidas com cascas de coco e argila na porção mais inferior (para reter a água); acima são colocados composto, adubos variados (esterco de cabra e cama de galinheiro), e em seguida, irriga-se bastante a área da vala.

O mesmo procedimento é feito no plantio de árvores, porém a área plantada é circular. Faz-se um buraco que é preenchido com casca de coco, argila e compostos, em seguida planta-se a muda da árvore e ao seu redor semeia-se plantas que ajudam no crescimento da árvore (leguminosas, principalmente, e outras plantas, como o fuxico, que servem como fonte de matéria orgânica e quebra-vento, respectivamente).

d) **Aproveitar sistemas de captação de água:** aproveitar a umidade para criar micro-climas mais amenos, derivada do potencial de armazenamento de água de certas plantas: cactáceas, bromélias, mandioca (*Manihot esculenta*), capim de corte, entre outras.

e) **Pensar nas diversas funções dos recursos:** as plantas que a princípio servem como quebra-ventos podem ter outras funções, como fornecer matéria orgânica, composto, alimento, forragem animal, retenção de água, fornecer madeira, ser habitat da fauna, fornecer sombra, ser uma cerca viva, medicinal, servir como reflorestamento, embelezar o local, servir de abrigo para o gado, entre outras. A “cama de galinheiro” (solo superficial do galinheiro) serve como adubo para a plantação.

A permacultura visa desenvolver tecnologias de baixo impacto ambiental por meio de processos que funcionem a favor da natureza, utilizando os próprios mecanismos da natureza na agricultura, como o uso de espécies fixadoras de nitrogênio na manutenção da qualidade do solo, uso de flores consorciadas com legumes, tubérculos e outros vegetais para atrair insetos nocivos à plantação para as flores, uso de algumas hortaliças no mato (como acontece em um ambiente natural) para evitar pragas e doenças (HANZI, 2003).

f) **Reaproveitar resíduos orgânicos:** todos os resíduos são reciclados pelo sistema local transformando-os num recurso energético para outra aplicação, como a adubagem. É um produto acessível aos agricultores e reduz o gasto com energia externa, além de proporcionar uma maior segurança para sua produção e evita a contaminação dos solos. A utilização de adubos orgânicos praticamente não existia, os agricultores separavam a palha da mamona e o esterco de animais e vendiam aos plantadores de café de outros municípios.

É também feita a capina seletiva onde se retiram as espécies que estão prejudicando o desenvolvimento das outras, mas que pode ser aproveitada para outras situações (alimentação animal, adubo, cobertura do solo, entre outras).

g) **Reduzir o uso de insumos externos:** tenta-se reduzir, ao máximo, o uso de elementos externos como adubos químicos ou orgânicos de outras regiões, tratores, arados etc. Procura-se sustentar o sistema a partir dele mesmo, sem inserir elementos externos. Isto torna a prática agrícola mais acessível aos pequenos agricultores.

Outras estratégias:

- *Cobertura do solo:* feita com galhos, folhas e resíduos orgânicos das lavouras para manter a umidade, promover uma infiltração lenta da água, diminuir a temperatura do solo, gerando condições mais propícias para a germinação e desenvolvimento das plantas, não havendo necessidade de irrigação e de utilização de herbicidas e fungicidas (pois diminui a ameaça de doenças). Além disso, garante mais eficiência na reciclagem dos nutrientes (reduzindo a compra de fertilizantes) e permanência destes no solo e previne a lixiviação e a erosão.

- *Abandono da prática de queimada:* o fogo mata os organismos vivos existentes no solo que auxiliam no desenvolvimento das plantas, além de deixar a terra descoberta e susceptível a erosão. O IPB promoveu debates sobre o manejo do fogo alertando para os pontos negativos desta

atividade e mostrando que o material que era queimado é de grande valor para a plantação, como proteção do solo e adubo.

- *Cultivo de horta*: propicia a alimentação mais rica e sem agrotóxico. O cultivo de hortas inexistia na região e a alimentação de hortaliças era também pouco freqüente. A idéia do cultivo das hortas surgiu para melhorar a condição alimentar das famílias e aumentar a renda com a venda das hortaliças excedentes. O PSA procurou estimular esta atividade, mobilizando jovens, crianças, professores e mulheres.

- *Criação de viveiros*: as mudas promovem melhores condições de germinação e desenvolvimento inicial, aumentando a chance de se estabelecerem no campo e garante uma maior diversidade de produtos. Foi dada prioridade a mudas de frutíferas nos quintais dos agricultores para fornecimento de frutas para sua alimentação e propiciar um microclima mais agradável a volta de suas casas com a sombra das árvores.

- *Armazenamento de sementes*: poucos agricultores na região armazenavam sementes ficando dependentes daquelas fornecidas pelo governo, ou até mesmo tinha que comprá-las, desfavorecendo a multiplicação das sementes crioulas (adaptadas à região e resistentes às doença e pragas). Aqueles que armazenavam o faziam de forma errada. Foi difundido pelo IPB a maneira correta de se armazenar sementes para o plantio por até dois anos. Segunda as recomendações dos técnicos do IPB o ambiente onde se vai armazenar as sementes deve ser arejado e com temperaturas amenas e umidade baixa; as sementes ou grãos devem estar secos para que não apodreça; pode-se utilizar garrafas PETs, depois de lavadas e secadas, enchendo-as até a tampa com as sementes ou grãos e fechando-as bem; pode ser utilizados tonéis de 200 litros, caso não possa enche-lo de sementes ou grãos faz-se a retirada do oxigênio com uma vela acesa dentro do tonel sobre as sementes.

- *Práticas de fenação e ensilagem*: anteriormente, nos períodos de estiagem, muitos agricultores vivenciavam um grande prejuízo com a perda de peso, diminuição da produção de leite e carne e elevado índice de aborto e morte de seus animais. O PSA lhes proporcionou oficinas de planejamento e organização para a fenação e ensilagem para a alimentação animal, que reduziu a incidência de morte, doenças e perda de peso.

- *Plantio de árvores*: surgiu da preocupação com os elevados índices de desmatamento e queimadas da região. O IPB incentivou o plantio de árvores primeiramente nos campos de policultura de modo a compor a

agrofloresta e, mais tarde, os agricultores se sentiram motivados a plantar árvores nos quintais de casa e nas ruas. As árvores exercem muitas funções como: descompactação do solo; aumento da microvida que melhora a agregação e aeração do solo; as flores atraem polinizadores; a matéria orgânica que cai no solo pode ser usada como adubo ou cobertura do solo disponibilizando lentamente nutrientes.

- *Beneficiamento de frutas*: Umbranas tem um potencial muito grande para a produção de frutas, e no período de safra os agricultores afirmam que não conseguem consumir e comercializar toda a sua produção, desperdiçando assim muitas frutas. Pensando nesta situação o beneficiamento consiste no processamento de frutas como o umbu, goiaba, caju, seriguela para a fabricação de sucos integrais, licores, geléias e compotas para serem comercializados e consumidos na entressafra. O Fundo Rotativo também beneficiou esta atividade, com este recurso os agricultores investiram em um kit para o cultivo do umbu (despolpadeira, liquidificador e fogão industriais, placa para corte de frutas e tacho em esmalte), na qual transformou produção de suco, polpa, geléia, compotas, licores em grande escala. A produção dos agricultores é reunida e o dinheiro total da venda é dividido igualmente pelos mesmos.

- *Criação de abelhas*: as abelhas da região eram manejadas de forma predatória, onde os agricultores procuravam as abelhas na caatinga e cortavam uma galha ou até mesmo a árvore inteira para a retirada do mel. Para mudar essa situação o IPB promoveu cursos e oficinas de meliponicultura nas comunidades para capacitar os agricultores em técnicas adequadas para a criação das abelhas. O Fundo Rotativo Solidário foi uma das ações para a geração dessa atividade de forma mais técnica e ecologicamente correta, na qual os agricultores investiam nesta atividade.

ANEXO 3 - LISTA DE PLANTAS CULTIVADAS

ESPÉCIES	NOME CIENTÍFICO
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz
Mamona	<i>Ricinus communis</i> L.
Feijão de corda	<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.
Feijão de porco	<i>Canavalia ensiformis</i>
Feijão-mucuna	<i>Mucuna pruriens</i>
Palma	<i>Opuntia dillenii</i> Haw
Sisal	<i>Agave sisanala</i>
Mangueira	<i>Magifera indica</i>
Bananeira	<i>Musa spp.</i>
Glicerídea	<i>Gliricidia sepium</i>
Pinha	<i>Annona squamosa</i> L.
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>
Jaqueira	<i>Artocarpus heterophyllus</i>
Cajá	<i>Spondias lutea</i> L.
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i> Arruda ex Koster
Seriguela	<i>Spondias purpurea</i>
Acerola	<i>Malpighia glabra</i>
Laranja Baía	<i>Citrus sinensis</i>
Laranja Lima	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck
Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>
Gergelim	<i>Sesamum indicum</i> L.
Gandú	<i>Cajanus cajan</i>
Sorgo	<i>Sorghum bicolor</i>
Babosa	<i>Aloe sp.</i>
Amendoin	<i>Arachis hypogaea</i> L.
Leucena	<i>Leucaena leucocephala</i>
Girassol	<i>Helianthus annuus</i>
Milho	<i>Zea mays</i> L.
Jamelão	<i>Eugenia jambolana</i>
Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>

<i>Anil</i>	<i>Indigofera tinctoria</i>
<i>Crotolária</i>	<i>Crotalaria juncea</i>
<i>Tomate</i>	<i>Lycopersicum esculentum Mill.</i>
<i>Cebola</i>	<i>Allium cepa L</i>
<i>Camomila</i>	<i>Matricaria Recutita</i>
<i>Alface</i>	<i>Lactuca sativa L.</i>
<i>Rúcula</i>	<i>Eruca Sativa L.</i>
<i>Quiabo</i>	<i>Abelmoschus esculentus</i>
<i>Agrião</i>	<i>Nasturtium officinale</i>
<i>Cenoura</i>	<i>Daucus carota L.</i>
<i>Beterraba</i>	<i>Beta vulgaris L.</i>
<i>Batata doce</i>	<i>Ipomoea batatas Lam.</i>
<i>Abobora</i>	<i>Cucurbita moschata</i>
<i>Manjeriço</i>	<i>Ocimum basilicum</i>
<i>Cebolinha</i>	<i>Allium fistulosum</i>

ANEXO 4 - LISTA DE RECEITAS

- Bolo de Aipim nutritivo;
- Beiju colondo – de cenoura e de beterraba;
- Canjica de abóbora;
- Cocada de licuri;
- Doce de batata de umbu;
- Doce de casca de goiaba;
- Doce de casca de abóbora;
- Doce de casca de umbu;
- Geléia de umbu;
- Suco de frutas integral;
- Compotas de umbu, cajá, caju, etc;
- Umbuzada;
- Doce de abóbora;
- Bolo de batata doce;
- Farinha da folha de murunga;
- Farinha da semente de abóbora;
- Leite de gergelim;
- Gersal;
- Paçoca;
- Pé-de-moleque de gergelim;
- Refogado de palma.